



Credenciamento: Portaria N° 597/2017 de 5/5/2017, D.O.U de 8/5/2017

ANA LÉRIDA PACHECO GUTIERREZ

**MEMÓRIA INSTITUCIONAL E GESTÃO DOCUMENTAL NO INSTITUTO DE
MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA DA UFRGS**

CANOAS, 2017

ANA LÉRIDA PACHECO GUTIERREZ

**MEMÓRIA INSTITUCIONAL E GESTÃO DOCUMENTAL NO INSTITUTO DE
MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA DA UFRGS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Memória Social e Bens Culturais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Lourdes Borges

CANOAS, 2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G984m Gutierrez, Ana Lérica.

Memória institucional e gestão documental no Instituto de Matemática e Estatística da UFRGS [manuscrito] / Ana Lérica Gutierrez – 2017.

251 f.; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2017.

“Orientação: Prof^a. Dra. Maria de Lourdes Borges”.

1. Memória institucional. 2. Gestão documental. 3. Instituto de matemática e estatística - UFRGS. I. Borges, Maria de Lourdes. II. Título.

CDU: 930.25

ANA LÉRIDA PACHECO GUTIERREZ

**MEMÓRIA INSTITUCIONAL E GESTÃO DOCUMENTAL NO INSTITUTO DE
MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA DA UFRGS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Memória Social e Bens Culturais.

Aprovado pela banca examinadora em 28 de junho de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria de Lourdes Borges
Universidade La Salle, Orientadora e Presidente da Banca

Profa. Dra. Tamára Cecília Karawejczyk Telles
Universidade La Salle

Profa. Dra. Gilca Maria Lucena Kortmann
Universidade La Salle

Prof. Dr. Valdir José Morigi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

A gratidão é uma dimensão importante da memória, que emerge da certeza de que nunca estive sozinha nesta jornada que só se tornou possível com a participação, apoio e incentivo de muitas pessoas, nos diversos grupos no qual transitei. Cada um deixou impressa sua contribuição e me ensinou que juntos somos melhores. Gostaria que soubessem que estarão sempre em meu coração.

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle pela generosidade com que compartilharam seus saberes e por apresentarem as possibilidades de investigação que a Memória Social oferece;

Agradeço à minha querida orientadora, Profa. Dra. Maria de Lourdes Borges, pela competência e generosidade em compartilhar seu conhecimento, além da paciência e compreensão diante das minhas limitações e dificuldades;

Agradeço aos membros da banca examinadora que gentilmente aceitaram o convite e cederam o seu tempo para a avaliação desta pesquisa;

Agradeço a oportunidade de ter conhecido e convivido com a querida turma 302 nestes dois anos. Vocês são inesquecíveis!

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP) e à Escola de Desenvolvimento (EDUFRGS) pela concessão do incentivo educacional e afastamento, sem os quais o estudo não seria viável;

Agradeço aos gestores e colegas do Instituto de Matemática e Estatística (IME), que aceitaram e apoiaram o meu afastamento temporário e compreenderam que estudo traria contribuições para a instituição;

Agradeço às pessoas que gentilmente se dispuseram a colaborar, doando seu tempo para as entrevistas e contribuindo diretamente para os resultados do estudo. Obrigada por confiarem e acreditarem na realização deste trabalho;

Agradeço aos demais colegas que mobilizaram esforços e colaboraram para a concretização de etapas importantes deste estudo.

Agradeço ao Cláudio Macedo pelo incentivo, apoio incondicional e compreensão com a minha ausente presença durante esses meses de imersão.

Todos os dias quando acordo
Não tenho mais o tempo que passou
Mas tenho muito tempo
Temos todo o tempo do mundo

Todos os dias antes de dormir
Lembro e esqueço como foi o dia
Sempre em frente
Não temos tempo a perder

Nosso suor sagrado
É bem mais belo que esse sangue amargo
E tão sério
E selvagem.

Legião Urbana

Ao contrário do que costumamos pensar, nós somos e fazemos as
instituições.

Icléia Costa

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 10 |
| 1.1 | Problema | 14 |
| 1.2 | Objetivos | 16 |
| 1.2.1 | Objetivo Geral | 16 |
| 1.2.2 | Objetivos Específicos | 16 |
| 1.3 | Justificativa | 17 |
| 1.3.1 | Importância e Contribuição | 17 |
| 1.3.2 | Viabilidade | 19 |
| 1.3.3 | Relevância Científica e Acadêmica | 20 |
| 1.4 | Estado da Arte | 22 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO | 33 |
| 2.1 | Memória Coletiva e Social | 33 |
| 2.2 | Um Conceito de Institucional | 42 |
| 2.3 | Memória Institucional | 49 |
| 2.4 | Gestão Documental | 55 |
| 2.4.1 | Informação, Documento e Arquivo | 56 |
| 2.4.2 | Legislação Arquivística | 65 |
| 2.4.3 | Preservação do Patrimônio Documental | 67 |
| 3 | PERCURSO METODOLÓGICO | 71 |
| 3.1 | Pesquisa Qualitativa | 73 |
| 3.2 | Estudo de Caso | 73 |
| 3.3 | Universo da Pesquisa | 77 |
| 3.3.1 | Pesquisa Documental | 77 |
| 3.3.2 | Observações e Registros Fotográficos | 78 |
| 3.3.3 | Entrevistas e a (difícil) Escolha dos Entrevistados | 78 |
| 3.3.4 | Tratamento e Análise do Material | 83 |
| 3.4 | Produto Final | 86 |
| 4 | CONTEXTUALIZAÇÃO ANALÍTICA DO IME | 91 |
| 4.1 | Administração Central da UFRGS | 92 |
| 4.2 | Trajetória do IME | 98 |
| 4.2.1 | A Face Antiga (1959-1985) | 99 |
| 4.2.1.1 | <i>Relato dos Pioneiros</i> | 100 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 4.2.1.2 | <i>Testemunhos da Transição</i> | 107 |
| 4.2.2 | A Face Contemporânea (1985-2016) | 113 |
| 4.2.2.1 | <i>Conquistas e Desafios</i> | 123 |
| 4.2.2.2 | <i>Percepções sobre as mudanças</i> | 129 |
| 5 | ANÁLISES | 137 |
| 5.1 | Categoria Gestores Técnicos da Administração Central (GTAC) . | 137 |
| 5.1.1 | Tema-chave Trajetória Profissional | 138 |
| 5.1.1.1 | <i>Subcategoria Lugares e Temporalidades</i> | 138 |
| 5.1.1.2 | <i>Subcategoria Laços Afetivos</i> | 140 |
| 5.1.2 | Tema-chave Relações com a Memória Institucional | 143 |
| 5.1.2.1 | <i>Subcategoria Gestão e Mudanças</i> | 143 |
| 5.1.2.2 | <i>Subcategoria Trajetória do IME</i> | 146 |
| 5.1.2.3 | <i>Subcategoria Identidades</i> | 148 |
| 5.1.3 | Tema-chave Gestão Documental | 150 |
| 5.1.3.1 | <i>Subcategoria Atribuições do Arquivo e do Museu</i> | 151 |
| 5.1.3.2 | <i>Subcategoria Assessoria e Parceria</i> | 153 |
| 5.1.3.3 | <i>Subcategoria Digitalização e Descarte da Memória</i> | 157 |
| 5.1.3.4 | <i>Subcategoria Valor e Perda da Memória</i> | 159 |
| 5.1.3.5 | <i>Subcategoria Boas Práticas</i> | 165 |
| 5.2 | Categoria Gestores Técnico-Administrativos do IME (GTA) | 170 |
| 5.2.1 | Tema-chave Trajetória Profissional | 171 |
| 5.2.1.1 | <i>Subcategoria Laços Afetivos com o IME</i> | 171 |
| 5.2.1.2 | <i>Subcategoria Identidades</i> | 175 |
| 5.2.2 | Tema-chave Trajetória Institucional e Crescimento | 182 |
| 5.2.2.1 | <i>Subcategoria Gestão e Mudanças</i> | 186 |
| 5.2.2.2 | <i>Subcategoria Entendimentos sobre a Memória Institucional</i> | 188 |
| 5.2.3 | Tema-chave Gestão Documental | 190 |
| 5.2.3.1 | <i>Subcategoria Atribuição de Valor aos Documentos</i> | 191 |
| 5.2.3.2 | <i>Subcategoria Conhecimentos Arquivísticos</i> | 192 |
| 5.2.3.3 | <i>Subcategoria Critérios Setoriais</i> | 194 |
| 5.2.3.4 | <i>Subcategoria Digitalização e Descarte</i> | 199 |
| 5.2.3.5 | <i>Subcategoria Reflexões Inesperadas</i> | 204 |
| 5.2.3.6 | <i>Subcategoria Arquivo Imaginário</i> | 207 |
| 5.3 | Categoria Técnico-Administrativos não Gestores do IME (TA) | 208 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 5.3.1 | Tema-chave Trajetória Profissional | 208 |
| 5.3.1.1 | <i>Subcategoria Trajetória do IME.....</i> | <i>209</i> |
| 5.3.1.2 | <i>Subcategoria Laços Afetivos com o IME.....</i> | <i>210</i> |
| 5.3.2 | Tema-chave Relações com a Memória Institucional e Gestão | 211 |
| 5.3.2.1 | <i>Subcategoria Eventos Comemorativos e Homenagens</i> | <i>212</i> |
| 5.3.2.2 | <i>Subcategoria Gestão e Integração.....</i> | <i>213</i> |
| 5.3.2.3 | <i>Subcategoria Gestão e Conflito.....</i> | <i>216</i> |
| 5.3.3 | Tema-chave Gestão Documental | 217 |
| 5.3.3.1 | <i>Subcategoria Práticas e Documentos Híbridos</i> | <i>217</i> |
| 5.3.3.2 | <i>Subcategoria Verbalização e Insights</i> | <i>220</i> |
| 5.3.3.3 | <i>Subcategoria Entre Arquivo Morto e Depósito.....</i> | <i>221</i> |
| 5.4 | Síntese das Análises | 223 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 228 |
| | REFERÊNCIAS..... | 235 |
| | APÊNDICE A – Guia de Entrevista Aplicado no Arquivo Central e no Museu da UFRGS..... | 245 |
| | APÊNDICE B – Guia de Entrevista Aplicado no IME da UFRGS | 247 |
| | APÊNDICE C – Organograma do IME até 2014 | 249 |
| | APÊNDICE D – Organograma do IME a partir de 2015..... | 250 |
| | ANEXO A – Organograma da UFRGS | 251 |

RESUMO

Esta dissertação constitui uma investigação sobre as relações entre memória institucional e gestão documental no Instituto de Matemática e Estatística (IME) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O referencial teórico amparou-se em Andrade (2002), Costa (1997), Gondar (2005) e Halbwachs (2006), entre outros. O percurso metodológico constou de um estudo de caso simples, que envolveu pesquisa bibliográfica, documental, registros fotográficos, observação e dezoito entrevistas semiestruturadas realizadas com servidores docentes e técnico-administrativos gestores e não gestores do IME, e com os gestores dos órgãos responsáveis pela gestão documental e difusão da memória institucional da UFRGS. Os dados sistematizados foram analisados segundo a análise de conteúdo temática. Os resultados da contextualização analítica do IME lançam luz sobre as memórias na perspectiva dos gestores docentes, a partir dos relatos dos pioneiros, desde o Instituto de Matemática, denominada de face antiga do IME (1959-1985), e depois da mudança de sede, até a chamada face contemporânea, (1985-2016) em que recentes mudanças culminaram na alteração do próprio nome, que passou a ser Instituto de Matemática e Estatística (IME). A partir das análises, os resultados identificam: 1) a presença de inter-relações macro e microsociais e institucionais, apresentando o IME em relação à UFRGS e às demandas sociais que o mobilizam; 2) a divisão estrutural dos órgãos responsáveis por políticas de gestão documental e de difusão das políticas de memória na UFRGS, aliado ao número limitado de profissionais arquivistas, podem estar limitando seus âmbitos de atuação em setores distintos e não completamente alinhados dentro da UFRGS e 3) a memória institucional se apresenta em uma forma bidimensional e indissociável, onde podem ser identificadas duas faces: a) a face das lembranças, a qual é associada ao plano da expressão oral, da comunicação das práticas e conhecimentos tácitos, da longa permanência e legitimidade frequentemente associada aos gestores docentes e b) a face do esquecimento associada aos seus registros documentais, cuja gestão embora predominantemente realizada por gestores técnico-administrativos, sujeita-se a flutuações e descontinuidades.

Palavras-Chave: Memória Institucional. Gestão Documental. Instituto de Matemática e Estatística. UFRGS.

ABSTRACT

This dissertation constitutes in an investigation about the relationships between institutional memory and documental management at Statistic and Mathematics Institute (IME) of Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). The theoretic reference was based in Andrade (2002), Costa, (1997), Gondar (2005) and Hawbachs (2006), among other authors. The methodologic course consisted on a simple case study, based in bibliographic and documental research, photographic registers, observation and eighteen demi-structured interviews made with servers: Docents and Technical-Administratives; Managers or non-Managers of IME, and with Managers responsible for Organizations who take role on documental management and spreading of institutional memory of UFRGS. The data was analyzed in accord with thematic content analysis. The results of analytic contextualization of IME brings lights over the memories in a document manager's perspective. Starting from pioneer's reports, since the the Mathematics Institute was called "the old face of IME" (1959-1985), and after changing the headquarter's address, to the called "contemporary face" (1985-2016), in which recent changes led to a modification in their own name, now called IME – Mathematics and Statistic Institute. Starting from the analysis, the results indicates: 1) the presence of institutional/social, macro/micro inter-relations presenting the IME related to UFRGS and the social demands who mobilized it. 2) the structural division of the organizations responsible for documental management politics and diffusion of memory politics at UFRGS, allied to a limited number of archivists, can be putting limits to their own activity in different sectors and not entirely aligned inside the University and 3) the institutional memory presents itself in a two dimensional and non-dissociative form, where two faces can be identified: a) the reminds side, associated to oral expression plan, communication of practices and tacit knowledge, of long permanency and legitimacy, frequently associated to docent managers, and b) the forgetting side associated to their documental recordings, even made by technical-administrative managers is submissive to fluctuations and discontinuities.

Keywords: Institutional Memory. Documental Management. Statistic and Mathematics Institute. UFRGS.

1 INTRODUÇÃO

Era um edifício com inúmeros corredores tortuosos que davam uns para os outros e que pareciam não ter começo nem fim (BULFINCH, 2006, p.157)

No labirinto de Dédalo, da mitologia grega, é um fio de linha que guia os passos de Teseu a seguir em frente e, depois, a encontrar o caminho de volta. O labirinto pode ser entendido como uma metáfora das trajetórias humanas no tempo, e o fio, que nos conduz adiante é o da memória que nos permite lembrar: retornar ao passado, rever caminhos e aprender. Propõe-se um exercício no qual se imagine o entrecruzamento de diversos indivíduos por esses caminhos infinitos com seus fios, tecendo uma trama composta por inúmeras interligações. E, assim, a memória coletiva poderia ser percebida como esse tecido composto pela trama de muitos fios. Com essa imagem deseja-se esclarecer inicialmente as múltiplas dimensões e possibilidades de abordagem que o campo da memória apresenta.

O campo da memória tem sido objeto de incursões de poetas e filósofos, em linhagens de pensadores que se reportam a Platão e Aristóteles. (COSTA, 1997; DERRIDA, 2001; ASSMANN, 2011). A transmissão dos legados, individuais ou coletivos, do passado pode ser atribuída ao fato de que a escrita se consolidou sobre a oralidade, como transmissora de saberes nas sociedades ocidentais. (ASSMANN, 2011; CANDAU, 2014). A memória é tema de interesse que atravessa muitas áreas, encontrando nas Ciências Humanas e Sociais um terreno fértil para análises. (ASSMANN, 2011; CANDAU, 2014; DERRIDA, 2001; FOUCAULT, 2008; RICOEUR, 2007). Os estudos em memória social ganham especial desenvolvimento na segunda metade do século XX e neste início de século XXI, diante de uma percepção de que o desenvolvimento tecnológico e as transformações advindas da era da informação não tem sido suficientes para responder a problemas como guerras, pobreza e desigualdades. (MINAYO, 2009; SCHMITT, 2005).

Em nível local, problematizar a memória no espaço institucional torna-se uma oportunidade de sondá-lo sob outra perspectiva, buscando lançar luz sobre novos caminhos, diante de antigas incertezas. Em certa medida somos todos herdeiros e testemunhos do passado e responsáveis, no presente, por projetar algum futuro. (MOLINA; VALENTIM, 2011).

Para compreender estas relações, empreendeu-se esta investigação sobre a memória institucional no Instituto de Matemática e Estatística (IME) da Universidade

Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Criado em março de 1959, mas que tem sua origem como um departamento de matemática na antiga Faculdade de Filosofia, no início da década de 1940, no processo de expansão da pesquisa e do ensino da matemática, e posteriormente de estatística, no Rio Grande do Sul. Em sua trajetória, o IME registra quatro mudanças de sede, até a localização atual no Campus do Vale, a partir de 1985. Este processo de desenvolvimento pressupõe a produção de documentos, cujo valor administrativo e probatório contribuiu para a constituição do IME, e para que hoje se possa reconstituir ao menos parte dessa trajetória institucional. Diante disso, surgem as questões:

Esses registros materiais do passado ainda existiriam? E se existem, onde e em que estado eles estão? E em que medida eles são significativos para a comunidade do IME?

Questões que passaram a me acompanhar, enquanto servidora técnico-administrativa, lotada no então Instituto de Matemática, desde o ingresso na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na década de 1990. Vinte e cinco anos depois parece vivenciar-se, na atualidade, um período muito semelhante àquele em incertezas e dissensões, diante de um cenário de instabilidades políticas e incertezas econômicas que colocam à prova democracia e direitos sociais conquistados recentemente. Entre as lembranças das décadas de 1980 e 1990 estão presentes o processo de redemocratização, a nova Constituição e as eleições diretas, uma forte crise econômica e a obrigatoriedade de abertura de concursos públicos em diversos órgãos e instâncias, sinalizando um período de renovação do serviço público federal e modernização do Estado.

No ano anterior ao ingresso na Universidade, em janeiro de 1992, no cargo de Recepcionista lotada na Biblioteca Setorial do Instituto de Matemática, havia visitado o IME e a Biblioteca para coleta de dados para uma pesquisa da qual participava como bolsista. Lembro-me das pilhas de livros espalhados sobre o carpete verde, e da bibliotecária que me atendeu, e que seria minha chefe. Havia um mutirão para substituir a classificação numérica dos livros por outra, baseada em assuntos, ainda vigente e única na Universidade. Ao saber da lotação, confesso: Matemática? Eu já cursava Letras, era bolsista de Iniciação Científica do CNPq e desejava trabalhar em uma unidade acadêmica afim. Mas, pelo menos seria em uma biblioteca! Sensações revividas durante a construção desta pesquisa ao ouvir alguns relatos de entrevistados(as) sobre suas chegadas ao IME.

Era um período de instabilidades, manifestadas em aposentadorias precoces, planos de demissão voluntária e anos de extrema carência de recursos humanos e materiais em todas as Universidades Federais. Incertezas recorrentes, na atualidade, diante de um impeachment presidencial, e de escolas e universidades ocupadas por alunos, em resistência às reformas que prenunciam tempos de incerteza. Surpreendentemente, as ocupações se estenderam às dependências do IME, também.

Em 1993, novo concurso público na UFRGS e nomeação ao cargo de Assistente em Administração. Foram-se quatorze anos de trabalho no coração da biblioteca: o setor de empréstimo e referência. Por lá passaram muitos colegas servidores técnico-administrativos, bolsistas e vários chefes. Formaram-se algumas gerações de profissionais, muitos dos atuais são docentes no Instituto e na Universidade. A convivência com a diversidade e o dinamismo são as características da universidade. Cada um deixou lembranças e aprendizagens.

Neste período, o Campus do Vale e o IME passaram por várias transformações, além das mudanças tecnológicas de um tempo anterior aos computadores, *internet*, *web* e *wi-fi*. No âmbito da biblioteca, o acervo bibliográfico cresceu, as fichas de inscrição de usuários e de empréstimo de livros foram substituídas por sistema automatizado, assim como desapareceram os velhos catálogos de autor, título e assunto, com dezenas de gavetinhas e milhares de fichas catalográficas, muitas das quais datilografadas por colegas de gerações anteriores. A biblioteca, localizada em outro prédio, acaba distanciando também seus servidores daqueles que atuam no núcleo administrativo do Instituto, uma vez que ela é também subordinada tecnicamente ao Sistema de Bibliotecas da UFRGS. Em 2005, ocorreu um triste episódio que permanece muito vivo na memória de quem o vivenciou: um incêndio, embora de pequena proporção, em um dos aparelhos de ar condicionado que provocou a interdição da biblioteca por meses. A fuligem acinzentou paredes, móveis e livros e o cheiro da fumaça impregnada durante os meses em que uma equipe diminuta trabalhou na limpeza dos livros num ambiente insalubre ficou impressa na memória. No mesmo ano foi aceito o convite e a transferência para a secretaria do Departamento de Estatística. Em conversa com a Chefia, recém eleita, disse-lhe que faria uma experiência, pois não conhecia as rotinas de trabalho, e não esqueço a resposta: não te preocupa que eu também não sei, vamos aprender!

A nova função possibilitou observar os processos de gestão do IME, na Secretaria Geral, especialmente a gestão de documentos, tanto físicos quanto digitais. Colegas mais antigos faziam relatos sobre uma suposta perda de documentos durante a mudança do Instituto para o Campus do Vale, mas na biblioteca ouvira uma versão semelhante relacionada aos livros. Surgiu assim a curiosidade, a partir do questionamento informal aos colegas, sobre a localização dos documentos desse período anterior à mudança. As respostas eram vagas: os documentos mais importantes estariam nos setores: direção e secretarias das Comissões de Graduação, Departamentos e Programas de Pós-Graduação, mas periodicamente eram encaminhados a um depósito, em um dos módulos de serviços entre o prédio administrativo e o de salas de docentes, onde se armazenam materiais de consumo e bens tombados inservíveis no aguardo de recolhimento pelo setor responsável.

O interesse pela localização e preservação do patrimônio documental do IME e em compreender como a memória institucional é percebida a partir da gestão documental, promoveram uma busca por formação especializada, para assim mobilizar de forma coletiva a reflexão nesta Unidade Acadêmica. O curso de Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais do UNILASALLE trouxe o aporte teórico, metodológico e empírico para iniciar este percurso e realizar este estudo. A área de concentração de estudos em Memória Social oferece um campo de reflexão que privilegia a memória em relação com outros campos, tais como cultura, identidade, espaços e representações sociais, patrimônio cultural material e imaterial, abrindo-se à pluralidade em perspectiva integral. (site UNILASALLE¹) Este estudo se insere na linha de pesquisa de Memória e Gestão Cultural, que acolhe pesquisas interdisciplinares, cujo foco é constituído pelo interesse na construção de conhecimentos sobre a memória em relação a instituições e organizações, visando a formação de competências para a valorização de bens e a gestão cultural.

Neste contexto, delimita-se o tema como uma investigação sobre a memória institucional e a gestão documental no Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo como objeto de estudo a gestão e a preservação da documentação desta Unidade Acadêmica.

¹ Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais. Linhas de Pesquisa. Memória e Gestão Cultural. Disponível em: <<http://unilasalle.edu.br/canoas/ppg/msbc/>>. Acesso em out. 2016.

1.1 Problema

O problema desta pesquisa parte da percepção, como servidora da instituição, de um processo de transformações na Universidade e nesta Unidade Acadêmica, em consonância com as transformações da sociedade contemporânea, identificado em âmbito local na renovação do quadro de servidores, na gestão e nas práticas de trabalho.

Um exercício contínuo de gestão e responsabilidades, compartilhadas entre servidores docentes² e técnico-administrativos, é demandado para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na Universidade. Nesta dinâmica, parece não haver espaço na rotina diária para reflexão e discussões sobre as práticas de gestão documental e preservação da memória.

Observou-se de forma mais intensa, entre 2014 e 2016, uma mudança no quadro de servidores, docentes e técnico-administrativos do IME, com aposentadorias e ingresso de novos integrantes. São momentos que geram descontinuidades e mesmo que indiretamente, acabam impactando no que se pode entender, do ponto de vista do senso comum, como uma cultura do descarte. Diante da limitação de espaço físico e da necessidade de reestruturação dos espaços existentes, ocorreram seguidas “limpezas”, na qual objetos, equipamentos e mobiliários considerados obsoletos ou inservíveis são descartados³. A expressiva mudança no quadro docente, por aposentadorias, demandou a desocupação dos gabinetes para os ingressantes, e também foi acompanhada por descartes dos denominados “papeis velhos”.

O mesmo procedimento parece ocorrer em setores administrativos do IME. Em 2015, algumas caixas com documentos foram deixadas para descarte no local onde são depositados os resíduos recicláveis do IME. As caixas foram recolhidas a tempo, e ao abri-las constatou-se que os documentos continuavam empacotados cuidadosamente, sinalizando que alguém, no passado, os acondicionou para preservação.

² Pereira et al. (2015) analisa a dinâmica das funções de confiança na gestão universitária com foco em docentes que exercem cargo de gestão.

³ O descarte de bens tombados (móveis e equipamentos) se efetiva através de pedido de recolhimento ao Departamento de Patrimônio, responsável pelo controle, recolhimento e baixa definitiva dos bens móveis e imóveis da Universidade.

registram a trajetória institucional. Por isso, cartazes⁵ e fotografias de eventos, confraternizações e comemorações são considerados documentos, embora as últimas circulem de forma privada como informação pessoal, conforme as entrevistas comprovam.

Diante de um contexto de dispersão e ausência de parâmetros locais que orientem a gestão documental em todos os setores do Instituto, pode-se questionar: como este cenário de gestão documental está afetando a memória institucional do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal do Rio Grande do Sul? E qual o lugar da memória institucional no contexto do IME?

1.2 Objetivos

O problema da pesquisa conduz para os seguintes objetivos da investigação:

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender a memória institucional no Instituto de Matemática e Estatística (IME) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e sua relação com a gestão documental.

1.2.2 Objetivos Específicos

Descrever a trajetória do IME da UFRGS a partir dos relatos encontrados e de entrevistas realizadas.

Analisar as percepções dos gestores e servidores sobre a memória institucional e sua relação com a gestão documental no IME da UFRGS.

Propor um ciclo de palestras intitulado “Gestão documental e construção da Memória Institucional: o que, como e por que queremos preservar?” para sensibilizar a comunidade do IME da UFRGS para a memória institucional.

1.3 Justificativa

⁵ Woods e Ball (2005, p.75) evidenciam a importância de arquivar “periódicos, genealogias, plantas baixas, inventários, diários e relatórios entre outros documentos arquivísticos, assim como atribuem valor histórico a “jornais, cartazes, programas, ingressos, recortes de mídia impressa e muitos outros objetos “efêmeros”, i.e., que não foram feitos para durar.”

As Unidades Acadêmicas apresentam um contexto de criação em comum e vistas em conjunto compõem a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, embora suas trajetórias e desenvolvimento as especifiquem institucionalmente. Elas representam o elo de contato mais próximo e duradouro com a sociedade, pois promovem a recepção, acompanham o desenvolvimento e a constituição de alunos em profissionais, de indivíduos em cidadãos, através da execução da missão comum de promover o ensino, a pesquisa e a extensão em suas áreas específicas de atuação. Neste sentido, o IME é uma instituição de valor para a sociedade rio-grandense, tanto para a formação da Universidade, quanto para o desenvolvimento das áreas de matemática e estatística.

1.3.1 Importância e Contribuição

Em artigo de 2001, Weber, Heinen e Kummer apresentaram os resultados do projeto “Levantamento e Reconhecimento dos Acervos Documentais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul”, que surgiu como desdobramento da proposta de implementação de um Centro de Memória e Documentação da UFRGS. Naquela época já havia a preocupação com a gestão de acervos setoriais na Universidade, uma vez que os dados apresentados indicavam a ausência de diretrizes básicas e de uma intervenção para a preservação e conservação desse patrimônio documental. A leitura deste artigo constituiu a motivação inicial para o presente estudo, já que o IME não constava no quadro de Unidades que participaram daquele levantamento. Desde então, várias Unidades Acadêmicas têm formulado e apresentado ações relevantes para a preservação de sua memória institucional, seja através de memoriais, museus ou arquivos setoriais.

O próprio Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015, no item referente à Responsabilidade Social, indicava a preservação do patrimônio histórico da UFRGS como uma atividade de relevo e “responsabilidade para com a comunidade gaúcha, bem como para sua própria história”; e dessa forma, a Universidade deveria desenvolver ações visando “a conservação e a preservação de seu acervo histórico, artístico, documental e de obras raras, objetivando o acesso da comunidade ao seu patrimônio cultural.” (UFRGS. [2010] p.25).

A implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015 indicava a necessidade de uma “reestruturação administrativa na UFRGS, para [...] maior

agilidade, exatidão e qualidade dos serviços prestados à comunidade interna e externa, com vistas a facilitar a tomada de decisões nas rotinas cotidianas”. (UFRGS⁶, p.32). Os servidores técnico-administrativos frequentemente são solicitados a localizar documentos antigos, a fim de atender pedidos de informações referentes a diversas questões acadêmicas e administrativas. Por ocasião de um processo de alteração curricular no curso de Estatística e da preparação para uma avaliação externa, houve a solicitação de localização de documento referente à criação do curso de estatística. Sua localização demandou tempo e despertou o interesse para a urgência de articulação interna dos setores para revisão de procedimentos que possam reverter o processo de dispersão documental que se observa no IME. Portanto, considera-se que dar início a esta discussão sobre memória institucional e gestão documental no âmbito do IME da UFRGS seja necessária.

Cabe ressaltar que a ideia inicial desta pesquisa partiu de uma motivação de caráter prático, visando uma intervenção concreta para a preservação documental, bem como um cuidado para com a Memória Institucional. Essa preocupação adveio de uma percepção de que a memória institucional corre risco de se perder se não for compreendida e fomentada.

Nesse sentido, a reestruturação física do IME, ainda em curso, apesar de representar um risco ao patrimônio documental em um primeiro momento, serviu para alavancar a remoção de documentos antigos do depósito em que se encontravam e iniciar um processo de negociação de espaço com condições mais adequadas com vistas à criação de um Arquivo Setorial. Com a mudança de gestão, entre 2016 e 2017, as negociações foram reiniciadas.

Dada a importância do IME no cenário acadêmico, espera-se que o estudo possa oferecer uma contribuição social para o esclarecimento sobre as relações da comunidade do Instituto com sua memória, bem como oportunizar a reflexão sobre a memória institucional. Por isso, propõe-se uma abordagem desde dentro, a partir da análise das percepções de membros de seu corpo docente e técnico-administrativo em cargos de gestão considerando que o fortalecimento dos laços internos é primordial para a memória institucional. Do ponto de vista teórico, espera-se que este trabalho possa contribuir por meio de reflexões e interseções entre gestão

⁶ UFRGS. Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015. Aprovado por Decisão nº493/2010, do Conselho Universitário.

documental e Memória Institucional. Como contribuição prática, acredita-se que um Ciclo de Palestras sobre Memória Institucional e Gestão Documental possibilite uma visão do conjunto de pesquisas e ações voltadas à memória institucional, e que motive a comunidade do IME a repensar o seu papel enquanto produtores de memória.

1.3.2 Viabilidade

Em 2011, foi realizado um breve diagnóstico da situação documental da Secretaria Geral do IME, como resultado da participação de três⁷ servidoras técnico-administrativas no Curso de Capacitação em Gestão Documental em EAD, promovido pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos e executado pela equipe do Arquivo Geral. O diagnóstico apontou, na época, que os documentos eram mantidos em armários na própria Secretaria Geral e no Almoxarifado, cujas condições foram consideradas inadequadas. O volume documental aproximado em 2011 era de cerca de doze metros lineares, no Almoxarifado, e cerca de quinze metros lineares na Secretaria Geral. Em 2015, os concluintes do referido curso, foram convidados pela nova Coordenação da Seção de Arquivo Geral⁸, atual Divisão de Documentação, para uma reunião técnica, com o objetivo de reafirmar parceria e assessoria técnica da Seção de Arquivo e prestar esclarecimentos quanto ao impacto e implicações da Lei de Acesso à Informação⁹ junto às Unidades Acadêmicas e seus arquivos setoriais. Foi uma oportunidade de apresentação da equipe de arquivistas, da atual estrutura e das limitações, mas também da proposição de uma política arquivística na Universidade e delimitação dos âmbitos de responsabilidade, em relação ao acesso à informação. Nesse sentido, caberia às Unidades Acadêmicas, sob orientação do Arquivo Geral, estruturar a gestão documental, o que inclui promover a discussão sobre critérios de organização, classificação e preservação, visando ao

⁷ Apenas duas servidoras concluíram o curso e somente uma continuou no IME. A ação foi descontinuada, pois não havia perspectiva de um local para o recebimento dos documentos em fases de guarda intermediária e permanente.

⁸ Uma reestruturação envolveu troca de nomenclaturas, e o Arquivo Geral passou a Arquivo Central, vinculado à Divisão de Documentação, junto à PROPLAN.

⁹ A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação representa uma importante conquista para o exercício da cidadania. Ela regulamenta e amplia um direito já previsto na Constituição Federal e contemplado na Lei nº 8.159, a Lei de Arquivos, de 8 de janeiro de 1991. Ao mesmo tempo impõe aos órgãos públicos em todas as esferas e níveis de governo o desafio de organizar e dispor das informações em sua documentação.

acesso público, bem como a aprovação do regramento nos órgãos deliberativos. Para que isso possa ocorrer, é preciso a colaboração coletiva para ações integradas e profissionais capacitados para uma efetiva gestão setorial de documentos, que possibilite a rápida recuperação de documentos e o oferecimento de um serviço qualificado, como é tradição da UFRGS. Nova capacitação em Gestão Documental realizada no final de 2016 reafirmou os objetivos do agora Arquivo Central.

A realização de um diagnóstico da situação atual nos diferentes setores do Instituto tornou-se necessária, pois se desconhece como é realizada a gestão documental, se são seguidos critérios técnicos, se os gestores tem conhecimento destes critérios e como percebem sua inserção neste processo de construção de memórias institucionais, a partir da produção e preservação de documentos. O presente trabalho servirá também para fundamentar novo processo de negociação para destinação de local mais adequado para essa finalidade, possibilitando o futuro acesso pela comunidade, para o conhecimento, pesquisa e estudos sobre a trajetória do IME. Nesta perspectiva, o Ciclo de Palestras sobre Memória Institucional e Gestão Documental pretende oferecer uma contribuição empírica, no sentido de apresentar as diversas ações empreendidas em outras Unidades e âmbitos acadêmicos, e assim motivar a comunidade do IME para a melhoria da gestão e da preservação documental no IME diante das possibilidades de articulação da memória no ambiente institucional.

O estudo foi viabilizado, recebendo pleno apoio institucional na Unidade Acadêmica, para sua realização. Na condição de servidora lotada no IME, houve acesso a informações, aos setores e aos gestores e demais servidores docentes e técnico-administrativos. A proposição da pesquisa tem sido respaldada na manifestação de interesse da administração da Unidade Acadêmica na melhoria da gestão setorial de documentos e encontrou apoio tanto na adesão às entrevistas para coleta de informações, quanto na disposição manifestada em rever processos de gestão documental.

1.3.3 Relevância Científica e Acadêmica

Foi a partir da década de 1970 que se intensificou, no Brasil, um movimento memorialista que logo se estendeu às organizações e instituições, tanto privadas quanto públicas. (RUEDA, FREITAS; VALLS, 2011).

As instituições públicas, nos âmbitos municipal, estadual e federal, têm despertado para a valorização da memória institucional, o que se reflete em projetos de preservação de acervos documentais, organização de arquivos e memoriais. A preservação do patrimônio material e imaterial passa a ser percebido como um rico manancial para memória institucional, reconhecendo o valor dos legados para a construção da instituição, e fortalecendo os laços internos e externos, através da apresentação de seus produtos à sociedade. São exemplos deste esforço o Espaço Memória BANRISUL¹⁰, o Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul¹¹, do TRT4¹² e do BNDES¹³, entre outros. Assim, documentos, fotografias, mobiliários, equipamentos, vídeos, depoimentos e histórias de vida vão registrando e compondo a memória das instituições, estabelecendo um diálogo e uma relação dinâmica com o passado.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem se integrado a esse movimento através de um grupo heterogêneo, mas crescente, de servidores técnico-administrativos que têm promovido o debate e a reflexão sobre a preservação de seus bens culturais e sobre a reconstrução da memória institucional, sob diversos aspectos. Em 2016, somente no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais UNILASALLE, foram defendidas seis dissertações cuja abordagem referia a memória institucional da UFRGS: Solenidades de Colação de Grau na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992-2012): memória, ritual e celebração, de Márcia Barbosa; Memória Institucional e Gestão Ambiental: ênfase nas ações ambientais de um estudo da Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS no período de 2011 a 2015, de Rosângela Haide Bratkowski; Assessoria de Imprensa da UFRGS: relato de uma trajetória de desafios e estratégias no passado e no presente, de Édina Maria da Rocha Ferreira; Memórias no Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS: uma anamnese institucional através dos Relatórios Técnicos de Pesquisa, de Sandra Maria Gomes; Políticas Arquivísticas no Âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Arquivo Central e cultura organizacional, um elo indissociável, de Medianeira Aparecida Pereira Goulart;

¹⁰ Disponível em: <https://www.banrisul.com.br/bob/link/bobw26hn_home.aspx?secao_id=2016>. Acesso em: fev. 2016

¹¹ Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/memorial/pgn/id209.htm>>. Acesso em: out.2016.

¹² Disponível em: < <http://www.trt4.jus.br/portal/portal/memorial/acervo/entrevistas>>. Acesso em: fev. 2016.

¹³ Disponível em: < <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/nossa-historia/60-anos/>>. Acesso em: fev. 2016.

Paisagens da Memória dos Servidores de Apoio da UFRGS: trajetórias de vida e de trabalho, de Berenice Machado Rolim.

No tocante aos acervos documentais, a diversidade de características e a relativa autonomia das Unidades Acadêmicas refletem-se nas mais variadas concepções e ações relativas à memória institucional e à própria gestão documental. Por isso, algumas destas Unidades já possuem uma organização consistente e apresentam iniciativas de fomento contínuo à memória institucional e preservação de documentos, enquanto outras ainda necessitam ampliar o debate a respeito da memória institucional, como é o caso do Instituto de Matemática e Estatística.

A publicação intitulada “Conhecendo os Acervos e Museus da UFRGS - Guia REMAM 2012-2014”, é fruto da articulação de uma Rede de Acervos e Museus da UFRGS (REMAM), criada em 2011 sob a coordenação do Museu da UFRGS visando a elaboração de “uma política de preservação do seu patrimônio científico-cultural”. Seus membros são “parceiros diversificados”, reunidos com o propósito de “qualificar os serviços de preservação, pesquisa e popularização dos bens patrimoniais da Universidade”. (UFRGS, 2014).

Como esse movimento se processa no IME é a questão tratada neste estudo.

1.4 Estado da Arte em Repositórios do Brasil

Para se compreender como se apresenta o estado da arte sobre a memória institucional relacionada à gestão e preservação documental, procedeu-se a pesquisas no catálogo online do Sistema de Automação de Bibliotecas (SABi) da UFRGS, no Repositório LUME da UFRGS, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT e no Portal de Periódicos CAPES, em momentos diferentes, os quais são detalhados a seguir.

A pesquisa de fontes bibliográficas teve início com busca no catálogo online SABi/UFRGS¹⁴, em maio de 2015. Uma pesquisa básica por assunto, sem filtros, utilizando as palavras-chave “Instituto de Matemática UFRGS”, resultou em 985 registros que se referiam à produção intelectual de discentes e docentes do IME, como resultado das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nova pesquisa, com os mesmos termos de busca utilizados no título, resultou em três registros, do ano

¹⁴ Disponível em: < <http://sabi.ufrgs.br/F?RN=198410930>>. Acesso em: 17 maio 2015.

de 2012, cuja visualização e identificação das abordagens foi realizada a partir do Repositório Digital LUME/UFRGS¹⁵. Dos três registros encontrados, dois eram trabalhos de conclusão de curso de graduação, dos quais um referia-se ao comportamento informacional de alunos de pós-graduação do Instituto de Matemática e o outro referia a produção intelectual docente do Instituto de Matemática através da análise de artigos produzidos entre os anos de 2007 e 2011; o terceiro trabalho encontrado, de conclusão de curso de especialização, referia-se a um estudo quantitativo sobre os técnicos-administrativos do Instituto de Matemática da UFRGS em relação à motivação para o trabalho. Este estudo não foi considerado, pois embora seja relevante, a abordagem quantitativa não oferece respostas suficientes para investigações de aspectos de caráter subjetivo como as motivações para o trabalho.

Ainda no SABI/UFRGS, realizou-se pesquisa básica com os termos de busca “Memória Institucional”, resultando em 63 registros, dos quais se destacaram três trabalhos de conclusão de curso de graduação. No LUME/UFRGS, identificou-se que são, respectivamente, sobre a memória da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, de 2009; sobre gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul, de 2011; e sobre memória social aplicada à Ciência da Informação, a respeito do projeto de revitalização do acervo fotográfico do Instituto de Artes, de 2012; além de um trabalho de conclusão de curso de especialização sobre a Rádio da Universidade, de 2009.

Partiu-se, então, para a expansão das fontes bibliográficas. Uma busca no Portal de Periódicos CAPES, pelos termos “Memória Institucional”, resultou em 237 registros, dos quais destacam-se como significativas uma sobre a memória da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), e outra sobre a memória do Ministério do Meio Ambiente. No âmbito de Instituições de Ensino Superior, destacou-se a dissertação de Nádia Fonseca, sobre memória e identidade da Física e dos físicos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Em junho de 2015, realizou-se nova busca, sem filtros, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT, com o uso das palavras-chave “Memória” e “Instituto

¹⁵ O Repositório Digital LUME/UFRGS é o portal de acesso às coleções digitais produzidas no âmbito da Universidade, e a outros documentos cuja área de abrangência e/ou caráter histórico os tornam de interesse da Instituição, que centraliza sua preservação e difusão. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/apresentacao>>. Acesso em: 17 maio 2015.

de Matemática”, resultando em 63 documentos, entre os quais dois registros com aproximação ao tema: uma dissertação de 2003, de Dagmar Junqueira Guimarães Silva sobre a história e a memória dos cursos de matemática da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás e outra dissertação, de 2011, sobre o ensino de matemática pelo rádio (1950-1970).

Retornou-se então ao SABI/UFRGS, para busca bibliográfica utilizando as palavras-chave “História” e “Instituto de Matemática UFRGS”, resultando em 35 registros, a maioria relacionada a trabalhos de conclusão de curso de graduação, na área de Ensino da Matemática. Os dois últimos registros foram relevantes: um Relatório do Programa de avaliação institucional da UFRGS sobre o curso de bacharelado em Estatística no período 1989-1994 e um relato sobre a criação do Instituto de Matemática, feito pelo docente Ary Nunes Tietböhl, em 1989. Ampliou-se a busca no SABI/UFRGS pelo assunto “memória UFRGS”, resultando em sete registros, embora nenhum relacionado ao Instituto de Matemática e Estatística; mas ao indicar o assunto “história do IMUFRGS”, além dos últimos dois registros referidos como relevantes, encontrou-se o registro de outro relato desta fase inicial do IME intitulado “Reminiscências de um ex-diretor: um depoimento de memória”, de Antônio Rodrigues, de 1991. Portanto, as diversas incursões em busca de fontes bibliográficas referentes à memória do IME no SABI foram realizadas a partir de um movimento de aproximações e distanciamentos, visando a tentativa de exaustividade, mas principalmente o refinamento dos termos de busca a partir das definições em relação ao estudo.

Em julho de 2015, em pesquisa no *site* institucional do Instituto de Física sobre uma origem comum das duas Unidades Acadêmicas, foram encontrados alguns documentos digitalizados da fase inicial da UFRGS, resultantes de levantamento feito por uma comissão formada por ocasião das comemorações dos 50 anos do Instituto de Física, tais como um Relatório do Reitorado de Eliseu Paglioli, de 1952-1964, com informações sobre a origem dos centros de pesquisa e ensino, bem como um depoimento da docente Alice Maciel, sobre o mesmo período. Embora a menção ao Instituto de Matemática nestes documentos seja breve, os achados motivaram uma visita virtual aos *sites* institucionais das 28 Unidades Acadêmicas da UFRGS, o que permitiu observar, na maioria, a presença de elementos que manifestam um legado relativo à identidade e à memória institucional, seja através de um breve histórico de criação, por vezes difícil de localizar, até produtos mais elaborados. A

investigação iniciou no próprio *site* institucional do IME, onde foram encontrados elementos que remetem à construção de sua memória institucional, embora de forma dispersa, tais como histórico, nomes dos ex-diretores, cronologia e vídeo institucional.¹⁶

Ao delinear um recorte para esta pesquisa, inicialmente buscou-se estudar a Memória Institucional no contexto de instituições públicas federais (BARBOSA, 2010), particularmente Universidades. (MATOS, 2004; FONSECA, 2009). Posteriormente, buscou-se a Memória Institucional relacionada às áreas de Matemática e Estatística. (DIAS, 2002; SILVA, 2003; LIMA, 2009). E finalmente a Memória Institucional em relação com a gestão e a preservação documental, (HOLLÓS, 2006) que são, por sua vez, objetos de estudo da área da História (CALÁBRIA, 2010; SILVA, 2007) e da Ciência da Informação, em especial da Arquivologia. (SILVA, 2007; CRUZ, 2012; SILVEIRA, 2013). A preocupação com a preservação da memória institucional também tem sido objeto de estudos de diversas áreas, com destaque para as áreas da Ciência da Informação e da História. (RIOS, 2008; SANTOS, 2012; CAMPOS, 2014).

Apresenta-se a seguir, um quadro síntese de dissertações e teses relevantes que tematizam a memória institucional em organizações públicas e/ou a gestão e preservação documental.

Quadro 1 – Síntese de Teses e Dissertações relevantes 1997-2016

| Tipo de Documento/Ano | Autoria | Título | Resumo |
|-----------------------------------|--------------------|--|---|
| Dissertação 2016 UNILASALLE | Sandra Maria Gomes | Memórias no Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS: uma anamnese Institucional através dos Relatórios Técnicos de Pesquisa. | Apresentou os conceitos de memória social e memória científica no campo da pesquisa e os relacionou com o resultado da análise de metadados de relatórios técnicos, conectando as práticas de pesquisas produzidas por meio destes documentos com a trajetória institucional. |

Continua

¹⁶ Durante a realização desta pesquisa, o IME passou por uma reformulação em sua identidade visual e o site foi atualizado.

Continua

| Tipo de Documento/Ano | Autoria | Título | Resumo |
|--|---|---|---|
| Dissertação 2016 UNILASALLE | Medianeira Aparecida Pereira Goulart | Políticas Arquivísticas no Âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Arquivo Central e Cultura Organizacional, um Elo Indissociável. | Analisou como o processo de expansão das políticas públicas para educação superior se insere na estrutura organizacional dessas instituições frente às novas demandas em relação à gestão de documentos e as políticas arquivísticas. Para isso buscou entender a estrutura administrativa dos órgãos gestores da documentação e informação e do sistema de arquivos vigentes na UFRGS, UFSM, UFG e UFRJ. |
| Dissertação 2014 USP | José Francisco Guelfi Campos | Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo. | Buscou responder à questão do quê ocorre com a documentação de professores e pesquisadores da USP quando se aposentam. |
| Dissertação 2013 UFRGS | Fernanda Ott | Os centros de documentação e memória criados por empresas privadas no Brasil das décadas de 1990 e 2000 e o caso Gerdau: a construção de patrimônio, memórias e identidades. | Analisou as ativações patrimoniais realizadas por empresas privadas brasileiras nas décadas de 1990 e 2000, com foco no caso do Grupo Gerdau, para compreender as memórias e as identidades construídas. |
| Dissertação, 2013 UFF | Catarina Heralda Ribeiro da Silveira | Patrimônio Documental e Políticas Públicas: o que reflete a literatura, o que se inscreve nos documentos. | Identificou se os procedimentos adotados pelos Centros de Memória das Instituições de Ensino Superior (IES) estão em consonância com as Políticas de Preservação do Patrimônio Documental no Brasil. |
| Dissertação, 2012 UNB | Keity Verônica Pereira da Cruz | O Documento Oral e o Documento Arquivístico no Contexto da Preservação da Memória Organizacional. | Estudou a relação de diferenças e semelhanças entre documento arquivístico e documento oral, partindo da análise da metodologia da história oral, num contexto de preservação da memória organizacional. |
| Dissertação, 2012 (UEL - Universidade Estadual de Londrina) | Neila Célia Soares | A organização da informação no âmbito das instituições de ensino superior: em foco os relatórios finais da assessoria de estatística do centro de ciências exatas da Universidade estadual de Londrina | Buscou critérios para a elaboração de Relatórios, a partir de análise dos Relatórios Finais do projeto de extensão de Assessoria Estatística do Departamento de Estatística do Centro de Ciências Exatas da Universidade de Londrina, a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos da área de Ciência da Informação. Os procedimentos de Análise Documentária contribuem para a elaboração de um roteiro para produção de relatórios Técnico- científicos. |
| Dissertação, 2012 (UFSM) | Andrea Gonçalves dos Santos | Descrevendo o Patrimônio Documental da FURG: Faculdade de Direito Clóvis Bevilaqua, 1959-1972 | Descreveu a documentação permanente da Faculdade de Direito Clóvis Bevilaqua da FURGS de 1959 a 1972, com a finalidade de preservar a memória institucional e dar acesso à informação. |
| Dissertação, 2010 PUCRS | Andréia Arruda Barbosa | A memória institucional como possibilidade de comunicação organizacional: o caso Exército Brasileiro. | Evidenciou a Memória Institucional como possibilidade de Comunicação Organizacional para (re)construir relacionamentos de valor com os públicos de interesse, utilizando como caso as práticas de memória realizadas pelo Exército Brasileiro. Discutiu sobre o lugar da Memória Institucional na organização para entender qual a compreensão sobre suas práticas. |

Continua

Continua

| Tipo de Documento/Ano | Autoria | Título | Resumo |
|--------------------------|--------------------------------------|--|---|
| Dissertação, 2010 UNESP | Angelica Raiz Calábria | Primeiro Colóquio Brasileiro de Matemática: identificação de um registro e pequenas biografias de seus participantes. | Contribuiu para a História da Matemática no Brasil, identificando todos os participantes do Primeiro Colóquio Brasileiro de Matemática, realizado de 1º a 20 de julho de 1957, em Poços de Caldas/MG a partir da Foto Oficial. |
| Dissertação, 2009 (UERJ) | Nádia Lobo da Fonseca | Sobre livros, memória e identidade: uma leitura dos anos iniciais da Física e os físicos da UERJ. | Abordou a construção de uma memória da Física e dos físicos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) entre as décadas de 1930 e 1950, a invisibilidade dos físicos, na literatura científica da área e a construção de uma identidade coletiva focada na formação de dirigentes e de professores, e não de pesquisadores. |
| Dissertação, 2009 FGV | Suely Torres de Melo dos Santos Lima | Projeto para a criação do Centro de Memória do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada: uma história de competência, paixão e perseverança. | Estabeleceu as diretrizes para a criação do Centro de Memória do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (CEMIMPA), a partir da discussão sobre a trajetória do IMPA, memória, identidade e acervo. |
| Dissertação, 2009 (UERJ) | Diogo Franco Rios | Memória e História da Matemática no Brasil: a saída de Leopoldo Nachbin do IMPA | Analisou o processo de construção da memória da matemática no Brasil com base na identificação das lembranças, dos silêncios, das disputas e dos conflitos entre as memórias de seus personagens. Escolheu o processo de afastamento de Leopoldo Nachbin e do grupo que liderava no Instituto de Matemática Pura e Aplicada no início da década de 1970, e questionou a cristalização com que a versão oficial tenta se estruturar, assumindo status de representação da memória coletiva organizada e estável, ocultando a existência de versões opostas e contraditórias na narrativa do passado da corporação. |
| Dissertação, 2006 (UERJ) | Adriana Cox Hollós | Entre o passado e o futuro: Os limites e as possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil. | Construiu um percurso de leitura sobre a trajetória da memória histórica da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil, a partir dos relatórios anuais, escritos pelos diretores da instituição, no período de 1843 a 1985, e dos regulamentos, leis, portarias e decretos que compõem o fundo Arquivo Nacional. |
| Dissertação, 2003 UCG | Dagmar Junqueira Guimarães Silva | Os Cursos de Matemática da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás: História e Memória. | Compreendeu e analisou o processo de criação e consolidação dos cursos de Matemática da Universidade Católica de Goiás (UCG) e da Universidade Federal de Goiás (UFG), reconstruindo suas trajetórias históricas por meio de documentos escritos e da memória de seus construtores. |
| Tese, 2009 (UFSC) | Irineu Manoel Souza | Gestão das Universidades Federais brasileiras: uma abordagem fundamentada na gestão do conhecimento. | Identificou as contribuições da gestão do conhecimento para a gestão das universidades federais. Utilizou metodologia quali-quantitativa. |

Continua

Continua

| Tipo de Documento/Ano | Autoria | Título | Resumo |
|-----------------------|--------------------------------------|--|---|
| Tese, 2007 (USP) | Maria Celina de Mello e Silva | Visitando Laboratórios: o cientista e a preservação de documentos | Estudou a relação que cientistas mantêm com os documentos produzidos nos laboratórios científicos e tecnológicos, para buscar elementos que contribuíssem na elaboração de um programa de preservação de arquivos de C&T. A metodologia utilizada foi a de aplicação de questionário, por meio de entrevista, aos responsáveis pelos laboratórios dos institutos de pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia no Rio de Janeiro. |
| Tese, 2004 (UFBA) | Maria Teresa Navarro de Britto Matos | Memória Institucional e Gestão Universitária no Brasil: o caso da Universidade Federal da Bahia. | Analizou e caracterizou os modelos de gestão das instituições universitárias federais , apontando e descrevendo os sistemas que prevalecem no seu contexto administrativo. Indicou a tensão entre os sistemas decisórios que regem as atividades de gestão acadêmica e as atividades operacionais das universidades, pontuando e descrevendo uma distinção entre organização e instituição universitária. |
| Tese, 1997 (IBICT) | Icléia Thiesen Magalhães Costa | Memória Institucional: a Construção Conceitual numa Abordagem Teórico-Metodológica. | O objetivo foi conceituar a memória institucional , problematizando a construção de conceitos como acontecimentos do pensamento. e considerando as condições de possibilidade de sua emergência em horizontes que se movimentam. |

Fonte: elaborado pela autora

O quadro 1 apresenta quatro teses, de 1997 a 2009; e quinze dissertações, de 2003 a 2016, que resultaram de diversos cruzamento entre os temas de Memória Institucional em instituições públicas, privilegiando as Universidades, na área de Matemática e Estatística, gestão e preservação documental.

Os estudos de Memória Institucional se encontram em constituição, visando uma consolidação teórica e metodológica (COSTA, 1997), mas têm se desenvolvido como um tema transversal e interdisciplinar em diversas áreas de conhecimento, da Administração à Psicologia, com especial interesse das áreas de Ciência da Informação e de História.

Ao longo do processo de definição de um recorte de investigação foram realizadas várias consultas bibliográficas, em diferentes fases de elaboração do estudo, bem como em diferentes catálogos, repositórios e portais de periódicos, com a utilização de combinações dos seguintes termos de busca: 'Memória Institucional', 'Instituto de Matemática UFRGS', 'Gestão Documental', 'Preservação Documental' e 'Patrimônio Documental'. E a cada busca, novos achados complementaram os

quadros. O quadro 2 apresenta uma síntese de artigos relevantes referentes ao período de 2007 a 2016.

Quadro 2 – Síntese de Artigos relevantes 2007-2016

| Tipo de Documento/Ano | Autoria | Título | Resumo |
|---|--|---|---|
| Morpheus, v. 9, n.15, 2016. | Jô Gondar | Cinco proposições sobre memória institucional | Ensaio que revisa e amplia, de quatro para cinco, as proposições escritas em 2005 |
| Revista RACIn, João Pessoa, v. 4, n. especial, p. 719-732, out. 2016 | Luciene de Castro Braga; Alessandro Ferreira Costa | A fotografia nos arquivos: um breve estudo sobre a necessidade de uma gestão documental. | Estudo de caso que aborda a fotografia como documento arquivístico com as mesmas necessidades de cuidado e tratamento dispensados aos documentos "tradicionais". |
| Revista RACIn, João Pessoa, v. 4, n. especial, p. 700-718, out. 2016. | Graziella Cê; Daniel Flores. | Estudo sobre a constituição de fundos e a disponibilização do patrimônio documental arquivístico da universidade Federal de ciências da saúde de porto alegre (UFCSPA). | Estudou o processo histórico, as mudanças estruturais e influência na constituição dos fundos documentais da UFCSPA, com metodologia de identificação dos fundos documentais da Instituição. Resulta de Dissertação de Mestrado. Para IFES que, como a UFCSPA, passaram por modificação de nomenclatura, regime jurídico, administrativo e legislativo. |
| XII Enecult - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, v.1, 2016. | Martha Myrrha Ribeiro Soares | O direito à memória e arquivos municipais: a preservação do acervo documental de Angra dos Reis e o espaço para a implantação de um arquivo público municipal. | O objetivo foi o de demonstrar o desenvolvimento de estratégias de ação para diagnosticar as condições atuais do patrimônio documental da cidade de Angra dos Reis, investigando seis instituições locais custodiadoras de acervo, para traçar planos para sua preservação, e elaboração de um programa de necessidades que vise a definição do espaço que este arquivo necessitará para se estabelecer, definindo normas e padrões para a efetiva salvaguarda. |
| Informação & Informação, Londrina, v.20, n. 1, p.26-42, jan./abr. 2015. | Franciele Merlo; Glaucia Vieira Ramos Konrad. | Documento, História e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. | O estudo visou identificar a importância da preservação do patrimônio documental em meio à relação documento, história e memória, com vistas ao acesso à informação. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 definiu os documentos públicos como patrimônio cultural do país, O direito de acesso, previsto constitucionalmente, foi regulamentado pela Lei de Acesso à Informação, considerada um marco para a sociedade brasileira. |
| 12º Congresso Nacional BAD, 2015 | Lisandra Rosa de Vargas; Carmen Lucia Borges Teixeira Valenti; Medianeira Aparecida Pereira Goulart. | Seção de Arquivo Histórico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: preservação e acessibilidade da memória institucional. | Refere projeto para a criação do Arquivo Histórico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), através de estudo comparativo de análise dos arquivos Históricos de três Universidades Federais (UnB, UFPB e UFF). O objetivo foi resgatar a memória das atividades do serviço público contida em seus arquivos, em documentos que auxiliam e registram decisões administrativas; mas que também fatos históricos, que constituem a memória de uma das mais importantes instituições de ensino superior do Brasil. |

Continua

Continua

| Tipo de Documento/Ano | Autoria | Título | Resumo |
|--|---|---|--|
| Sociais e Humanas, Santa Maria, v. 27, n. 02, mai/ago, p. 72-90, 2014. | Franciele Simon Carpes; Denise Molon Castanho. | As Políticas Públicas e a Gestão Documental nas Universidades Federais do Rio Grande do Sul. | Investigou as políticas públicas arquivísticas para os arquivos universitários nas três universidades federais mais antigas do Rio Grande do Sul e analisou a sua implementação e as dificuldades encontradas. |
| Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa, v.23, n.3, p. 13-22, set./dez. 2013. | Franciele Simon Carpes; Daniel Flores. | O Arquivo Universitário e a Memória da Universidade. | Reflexão sobre a função dos arquivos das universidades brasileiras na preservação do patrimônio documental e promoção da memória institucional. Apresenta revisão com os principais autores sobre o tema e ações atuais para que promovem os arquivos universitários. |
| Aurora, Marília, v.7, p. 163-176, 2013. Edição Especial | Aline Elis Arboit; Rúbia Martins. | A Gestão do Patrimônio Documental Arquivístico em Instituições Públicas: Considerações Sobre uma Eficaz Fiscalização. | A partir da análise do patrimônio documental como categoria do patrimônio cultural utiliza como fundamentação teórico-metodológica a Constituição Federal de 1988, a Lei de Arquivos, a Lei de Responsabilidade Fiscal, além de textos de autores que tratam a respeito do conceito e da gestão do patrimônio cultural. Verificou-se a ausência fiscalizadora de caráter preventivo por parte dos administradores públicos em relação ao patrimônio documental. |
| Cadernos de História, v. 14, n. 28, 2013. | Vanderlei Batista dos Santos | Gestão de documentos arquivísticos eletrônicos: o caminho percorrido pela administração pública brasileira | Analisa o percurso da administração pública brasileira em busca do desenvolvimento de uma política de gestão de documentos arquivísticos digitais e aborda a gestão documental como um todo. |
| Alexandria: Revista de Ciencias de la Información, año VII, n.10, enero-diciembre 2013. | José Mauro Gouveia de Medeiros; Eliane Braga de Oliveira. | A Preservação da Memória Arquivística da Administração Pública Federal no Brasil | Identifica os atores sociais de memória nos órgãos da administração direta sediados em Brasília e analisa o papel dos sistemas de informações gerenciais dos órgãos públicos brasileiros quanto à preservação da memória das ações do Estado. Observou que as ações de preservação da memória documental estão vinculadas ao funcionamento de um programa de gestão de documentos, operacionalizado pelas unidades de arquivo, e não estão associadas a uma política institucional de preservação da memória, mas sim à necessidade de atender à legislação arquivística brasileira. |
| RICI. Revista Iberoamericana de Ciencia da Informação, v.6, n.1, p.3-31, jan./jul. 2013. | Valdir José Morigi; Carlos Henrique Armani Nery | Reflexões acerca do pensamento complexo e sua relação com o conhecimento da Arquivologia | Reflete sobre o entrelaçamento entre o conhecimento arquivístico e o pensamento complexo. Identifica alguns pressupostos epistemológicos e paradigmas da Arquivologia e discute seu modo de organização, concluindo que a necessidade de reflexão epistemológica permite uma abertura à inovação pela abordagem da complexidade. |

Continua

Continua

| Tipo de Documento/Ano | Autoria | Título | Resumo |
|--|--|---|---|
| Actas dos Congressos Nacionais de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, n.11, 2012. | Simone Rosa Oliveira, Aramis Macedo Leite Júnior, Sérgio Ricardo Lima Luna | 70 anos do Instituto de Tecnologia de Pernambuco: Traços de uma Memória Organizacional. | O artigo discute a memória como fator social, do ponto de vista das organizações, caso dos setenta anos de história do Instituto de Tecnologia de Pernambuco. Ressalta o papel da Ciência da Informação para o fortalecimento dos estudos na área da memória e patrimônio cultural material e imaterial, para garantir o acesso e o uso social da informação produzida. |
| RAP, Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 45, n.6, p.1761-80, nov./dez. 2011. | Alessandra de Sá Mello da Costa; Luiz Alex Silva.Saraiva. | Memória e formalização social do passado nas organizações. | Discussão crítica sobre memória e seu lugar nos estudos organizacionais e na história empresarial. |
| Comunicação & Sociedade, São Paulo, v.28, n.47, p.99-114, jun. 2007. | Ana Paula Goulart Ribeiro, Marialva Barbosa. | Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional. | Originalmente apresentado II Colóquio Brasil-Estados Unidos de Ciências da Comunicação, realizado no Rio de Janeiro, em 2005, o texto reflete sobre o impulso memorialista de várias instituições, com destaque para a área de comunicação. |

Fonte: elaborado pela autora.

Além dos artigos, o livro intitulado *Preservação documental: uma mensagem para o futuro*, organizado por Silva (2012), traz estudos que abordam o papel dos documentos na construção da memória social, enfocando a relação da linguagem com a construção da identidade; os aspectos interdisciplinares da preservação, nas suas relações com o patrimônio, memória e cultura; o movimento da ciência em outras direções ao se admitir o esquecimento e a desorganização como intrínsecos aos métodos e ao funcionamento dos grupos de pesquisa plurais, polifônicos; e os problemas relacionados à conscientização de manutenção dos acervos, por meio de uma política que vise à mudança de postura do pessoal ligado às instituições que abrigam coleções. Toutain (2012, p.16) destaca a importância da memória social, independente dos suportes que a registram, ao afirmar que ao “desejar o registro da memória de uma Instituição pensa-se em immortalizar a passagem de grande parte do tempo, valorizando o trabalho, as conquistas e, particularmente, a pesquisa, quando se trata de uma instituição acadêmica”. Os arquivos são apresentados, na “missão de preservar e conservar o patrimônio cultural documental como fontes de informação e conhecimento que proporcionam a gestão adequada do patrimônio documental e iconográfico relativo à memória de uma nação”. (TOUTAIN, 2012, p.18). No presente estudo, a preservação documental, é abordada como intrínseca à

gestão documental e entendida como um legado entre gerações e um importante elemento da memória institucional.

Em recente artigo intitulado “Patrimônio Documental Nacional”, Rodrigues (2016) apresenta relevantes conceitos relativos à temática do patrimônio cultural, enfatizando a busca por uma definição, em nível nacional, de patrimônio documental. Os resultados apontam a inexistência de uma definição explícita, no Brasil, do que seja patrimônio documental, embora permitam observar uma preocupação governamental com a preservação desta categoria patrimonial.

Percebe-se que o tema da memória institucional relacionado à gestão documental tem sido objeto de estudos tanto no âmbito público quanto privado, vinculado a Programas de Pós-Graduação em diversos Estados. A produção de artigos científicos reflete uma articulação de saberes em torno da questão da memória demonstrando ser um tema atual e relevante. Os artigos foram utilizados para auxiliar a fundamentação das análises das entrevistas, devido à variedade de categorias abordadas. Observa-se que os temas ora enfatizam a memória institucional, ora a gestão e preservação documental, em Instituições Federais de Ensino Superior ou unidades acadêmicas, relacionando-os a aspectos e a documentos específicos, porém nenhum dos trabalhos encontrados teve o foco em memória institucional e gestão documental em um Instituto de Matemática e Estatística, tal qual proposto neste trabalho, indicando uma lacuna nas pesquisas. A próxima seção aborda o recorte teórico do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Vivemos numa realidade multidimensional, simultaneamente econômica, psicológica, mitológica, sociológica, mas estudamos estas dimensões, separadamente, e não umas em relação com as outras. O princípio de separação torna-nos talvez mais lúcidos sobre uma pequena parte separada do seu contexto, Mas nos torna cegos ou míopes sobre a relação entre a parte e o seu contexto. (MORIN, 2003, p.14)

A complexidade e as incertezas vivenciadas na contemporaneidade tornaram-se referências recorrentes, expressas por teóricos e pesquisadores, inclusive no campo da Memória Institucional (COSTA, 1997; TEVES, 2002; GONDAR, 2005; BARBOSA, 2010, 2013).

Para Morin (2003, p.25-26), “*complexus* significa originariamente o que se tece junto”, buscando distinguir e ligar, sem separar. Refletir sobre estas transformações em relação à memória institucional, tendo como foco uma unidade acadêmica de uma Universidade Federal no sul do Brasil, constituída sob a lógica racionalista e cientificista foi o desafio que se impôs. Tratar a incerteza tornou-se outro problema crucial, “porque por toda parte, nas ciências, o dogma de um determinismo universal desabou, enquanto a lógica, chave-mestra da certeza do raciocínio, revelou incertezas”. (MORIN, 2003, p.25-26). É a partir deste contexto complexo que o referencial teórico para este estudo foi tecido, nas seções que abordam a Memória Coletiva e Social, o Conceito de Institucional, a Memória Institucional e a Gestão Documental, respectivamente.

2.1 Memória Coletiva e Social

O presente existe tensionado com o passado. Halbwachs transitou entre dois séculos, de 1877 a 1945, e em um período em que os estudos se voltavam para o indivíduo e para a subjetividade, ele defendeu o “caráter social da memória” (BARBOSA, 2010, p.35), como “fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”. (POLLAK, 1992, p.202). Halbwachs não sobreviveu aos campos de concentração, mas seus manuscritos foram publicados em 1950, sob o título de “A Memória Coletiva”. Legado que sobreviveu ao próprio testemunho, no qual este autor articula a memória coletiva à memória individual, à memória histórica, ao tempo e ao espaço.

Ao mesmo tempo, a sociedade da informação, gestada no pós-guerra, delinea o presente no qual estamos imersos, assim como parece redefinir o futuro. A atualidade de Halbwachs é defendida, na medida em que ele apresenta a construção e a força das memórias coletivas a partir do trânsito do indivíduo entre os diversos grupos sociais.

Conforme o Dicionário de Expressões da Memória Social e Bens Culturais e da Cibercultura, grupo social é o “conjunto de indivíduos cujos membros compartilham atividades, valores, traços culturais e/ou interesses comuns e uma consciência mais ou menos clara de pertencimento”. (DICIONÁRIO, 2014, p.83). Destaca-se, no pensamento de Halbwachs, a concepção de que a memória coletiva baseia-se em um “conjunto” de indivíduos “que se lembram, enquanto membros do grupo” a partir do qual ela assegura sua força e duração, e cuja “combinação de influências [...] são, todas, de natureza social. Dessas combinações, algumas são extremamente complexas.” (HALBWACHS, 2006, p.69). Então, percebe-se a presença dinâmica de memórias pessoais e memórias de um grupo, que misturadas formam o que o autor identifica como memória coletiva.

Embora imerso em um mundo muito diverso do atual, Halbwachs já antevia nele a complexidade: “as influências sociais se fazem mais complexas, porque mais numerosas, mais entrecruzadas.” (HALBWACHS, 2006, p.65). Se a pós-modernidade se caracteriza pela fragmentação e fim das grandes narrativas; e pela valorização dos diversos pontos de vista em relação à memória, então, Halbwachs permanece atual. O movimento proposto por ele, do individual para o social, parece ser bem pertinente na contemporaneidade, fragmentada e individualizada. A memória social pode ser um viés através do qual, no presente, a dimensão coletiva possa ser evidenciada.

Para Gondar (2005, p.21), Halbwachs privilegia uma configuração em que a memória é vista como construção social com ênfase no construído, cuja ideia de finalidade reduziria o seu valor à dimensão instituída de representações consensuais ou de reconhecimento oficial. A memória se valeria de representações dominantes no fim de um processo de disputas, como se estivesse presente desde o início; e o tempo seria mero meio de realização de um percurso cujo fim já estaria prefigurado. (GONDAR, 2005, p.20). Embora em seu livro, “A Memória Coletiva”, Halbwachs (2006) possibilite a “multiplicidade de tempos e de memórias”, ele não trabalha o conflito, preferindo “a diversidade estável”, “a integração das diferenças” e o

construído, ao confronto, aos embates e à “instabilidade da construção”. (GONDAR, 2005, p.21). Outra concepção de tempo e de memória apontada por Gondar (2005, p.20) privilegiaria o processo de construção e a busca de outro modo de pensar o tempo, que a autora chama de devir, concebido como “puro processo, e não como algo que parte ou se dirige necessariamente para uma forma, imagem ou representação”.

Halbwachs (2006, p.41) sugere que parte das lembranças ressurgem porque é acionada a partir de recordações de outros indivíduos; e que mesmo que estes não estejam “materialmente presentes”, quando se evoca algum acontecimento compartilhado e visto sob o ponto de vista de um grupo, “se pode falar em memória coletiva”. A década de 1990, fim de século e de milênio, tem sido apontada por diversos autores como um período de revisões, de ativação de processos memoriais e identitários. (CANDAU, 2014; ASSMANN, 2011; GONDAR, 2005). Como Candau (2014, p.91) aponta, são marcos temporais que representam a ocasião de fazer balanços, “recapitular o passado para melhor afrontar um futuro que se apresenta sempre como incerto e, portanto, temido.”

Parece ocorrer, no senso comum, uma certa confusão entre memória e história. Para Rios (2008, p.32), Halbwachs estabelece uma oposição entre história e memória, argumentando que “enquanto a memória coletiva volta-se para o presente do grupo que a mantém viva, a história volta-se para o conhecimento do passado com pretensões de universalidade e diversidade”. A segunda característica que distingue história e memória é a de que existem muitas memórias coletivas, enquanto a “história é uma e pode-se dizer que não há mais do que uma história”. (RIOS, 2008, p.32).

Halbwachs (2006, p.100) afirmava que a memória coletiva não se confunde com a história, pois a última é “a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens”, e diferenciando-as sob dois aspectos:

[a história] examina os grupos de fora e abrange um período bastante longo. **A memória coletiva, ao contrário, é o grupo visto de dentro** e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana, que de modo geral, lhe é bem inferior. Ela apresenta ao grupo um quadro de si mesma que certamente se desenrola no tempo, já que se trata do seu passado, mas de tal maneira que ele sempre se reconheça nessas imagens sucessivas. (HALBWACHS, 2006, p.109, grifo nosso)

A memória também se insere em um “campo de lutas e relações de poder”, que provocam, por sua vez, o dualismo ou embate entre esquecimento e lembrança, definindo-a como um conceito “complexo, inacabado, em permanente processo de construção”, produzido no entrecruzamento ou nos atravessamentos interdisciplinares. (GONDAR; DODEBEI, 2005, p.7). E isto é mais que colocar disciplinas em diálogo; é promover uma fecundação entre elas, quando “as perguntas produzidas no interior de cada uma delas atravessam suas fronteiras, fazendo emergir um novo campo de problemas que um conceito inter ou transdisciplinar tentará responder”. (GONDAR; DODEBEI, 2005, p.8).

Gondar e Dodebei (2005, p.8) alertam para o fato de que as questões que definiram o campo da memória social foram formuladas no início do século passado, em resposta a um conjunto de problemas que se apresentava então. Para elas, as “contingências sociais” se transformam requerendo outros conceitos frente aos novos problemas, o que não invalida os conceitos anteriores. As autoras tomam como exemplo o conceito de memória social formulado por Halbwachs em resposta ao problema da coesão social, e sobre “o que faz com que os indivíduos construam laços sociais ou coletivos que se mantêm com relativa firmeza”. Se, para Halbwachs, a coesão é garantida pelos quadros sociais da memória, que compreendem um sistema de valores capaz de unificar determinados grupos, tais como família, escola, ambientes profissionais, para Gondar e Dodebei (2005), é justamente esse problema da coesão social estável que tem sofrido modificações na atualidade, “pressionada pela sobrecarga informacional, pelas migrações em massa e pela volatilidade das relações sociais.” (GONDAR; DODEBEI, 2005, p.8).

Porém, ao provocar a reflexão sobre o contexto em que emergiram novas direções para o tema da memória, as autoras referem que antes que Halbwachs formulasse sua visão e destacasse uma nova abordagem, o campo social não era objeto da memória, daí sua relevância.

Santos (2003, p. 46) contextualiza o intenso debate da época, e explica que a teoria “bergsoniana” defendia a memória como “intuição humana em contraposição ao avanço das investigações biológicas, que tinham a pretensão de reduzir as questões levantadas pelos filósofos sobre a natureza da memória”. Para Santos (2003, p.47), a influência de Bergson sobre Halbwachs tem sido pouco dimensionada, já que ambos criticaram a psicologia por buscar explicar a memória a partir de experimentos físicos e científicos com o corpo humano; e rejeitaram a ideia

de que a memória fosse uma atividade apenas física, mensurada em laboratório. Conforme Rios (2008, p.31), Halbwachs introduziu diferenças significativas em relação ao pensamento de Bergson, pois estudou o indivíduo inserido nos “âmbitos condicionantes dos diversos grupos que faz parte e que se constituem em suas referências organizativas e estruturantes [...] fundamentais na constituição e recuperação da sua memória, determinando o que será e como será lembrado”.

Halbwachs contribui para o entendimento do funcionamento da memória ao mostrar que elementos da tradição, ou quadros coletivos anteriores à tomada de decisão pelos indivíduos, eram incorporados nas novas configurações feitas sobre o passado. Assim, a relação entre indivíduos e quadros sociais foi entendida como de “manutenção de estruturas já dadas”, apesar da percepção sobre a “relação entre os diversos níveis em que estas estruturas se formavam”. (SANTOS, 2003, p.48). A contribuição de Halbwachs permanece, na atualidade, fundamental a qualquer teoria sobre a memória:

as assertivas de Halbwachs nos interessam ainda hoje porque, apesar de atribuir sempre aos quadros sociais o sentido imanente a práticas sociais, ele descreveu com extrema competência o papel desenvolvido pelos quadros sociais nas construções do passado, o que não fora feito até então. (SANTOS, 2003, p.51)

Foi Halbwachs quem primeiro afirmou que nenhuma lembrança pode existir sem a sociedade. Os problemas de sua concepção teórica decorrem da “tentativa de eliminar outros fatores” envolvidos na construção de memórias individuais e coletivas, compreensível diante das “fortes correntes positivistas de pensamento de sua época”. (SANTOS, 2003, p. 52).

Para o entrelaçamento entre memória social e institucional, esse olhar, permeado pelas experiências e atravessamentos atuais constitui uma inquietação compartilhada, na medida em que a reapropriação do referencial teórico é mediada pelas experiências da contemporaneidade. Gondar e Dodebei (2005, p. 8-9) respondem a essa angústia ao refletirem que um pensador como Halbwachs situa-se “muitas vezes à frente de seu tempo”. Ao destacarem que, em “A Memória Coletiva”, Halbwachs afirma que as memórias são tão numerosas quanto os grupos, “situando a lembrança em uma encruzilhada para a qual contribuem muitos caminhos”, as autoras concluem que este poderia ser um ponto de intersecção com o problema da fragmentação de memórias no mundo contemporâneo.

Apesar de não se deter nos aspectos subjetivos da memória individual, nele encontra-se apoio para a concepção de memória como recriação, reconstrução de lugares, pessoas e situações, baseada em pontos de vista, portanto polifonia que encontra eco na atualidade: “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”. (HALBWACHS, 2006, p.69).

Voltando o olhar para a contemporaneidade, depara-se com Assmann (2011), que tece importantes considerações ao refletir sobre a memória cultural e a construção de identidades, oferecendo uma revisão sobre concepções de memória a partir de autores clássicos, mas também avançando ao refletir sobre os armazenadores (arquivos), os excessos e os resíduos da sociedade do conhecimento. Ao comparar os processos de recordação individual com o coletivo e institucional, Assmann (2011, p.19) analisa que enquanto os primeiros ocorrem espontaneamente no indivíduo, de acordo com mecanismos psíquicos, no nível coletivo e institucional, os processos “são guiados por uma política específica de recordação e esquecimento.” E conclui que esse “salto” da memória individual para a coletiva apresenta o “risco da deformação, da redução e da instrumentalização da recordação”, cujo tratamento requer o acompanhamento de crítica, reflexão e discussões.

Para Assmann (2011, p.20), a contínua evidência da memória, ou o que chama de “fascínio duradouro pelo tema” tem sido confirmado pela crescente produção técnica, destacando o seu caráter transdisciplinar, pois “diferentes questões e interesses se cruzam, se estimulam e se condensam, provenientes dos estudos culturais, das ciências naturais e da tecnologia da informação”. Tal diversidade de abordagens demonstra que “a memória é um fenômeno que nenhuma disciplina pode monopolizar”. Assim como Halbwachs, Assmann guia-se “pelo interesse em possibilitar tantos pontos de vista sobre o complexo fenômeno da memória quantos forem possíveis”. (ASSMANN, 2011, p.20).

Portanto, percebe-se que a memória coletiva atravessa as instituições e se inscreve como um processo comunicativo que relaciona indivíduos, objetos e ações, fortalecendo laços identitários que atribuem significado e coesão ao grupo, mas é um processo parcial e requer que se pergunte qual memória e quem lembra, remetendo à seletividade da memória. (SZPUNAR; SZPUNAR, 2016, p.383).

De acordo com Gondar (2005, p.11), assim como os territórios, os conceitos criados para delimitar a memória requerem mobilidade, o que não significa ausência de rigor, pois expressam valores e estabelecem diferenças. Essa “aliança entre abertura e rigor parece ser o grande desafio conceitual, ético e político do campo da memória social”, diante do qual Gondar (2005) apresenta quatro proposições, segundo as quais a memória seria: polissêmica e transdisciplinar; um conceito ético e político; uma construção processual; e não se reduziria à representação. (GONDAR, 2005, p.11).

A polissemia pode ser entendida no sentido de que a memória comporta diversas significações; e que ela se abre a uma variedade de “signos simbólicos”, tais como palavras orais e escritas; “icônicos”, como imagens desenhadas ou esculpidas; e “indiciais”, como marcas corporais, servindo de suporte para a construção de uma “memória plural”, conforme cada um destes sistemas de signos é privilegiado por uma sociedade. A polissemia representa, assim, uma referência contra o “autoritarismo conceitual” e os reducionismos que poderiam tornar equivalentes suas “múltiplas significações”. (GONDAR, 2005, p.12).

O conceito de memória tem origem nos “entrecruzamentos” ou “atravessamentos” entre diferentes campos de conhecimento e surge da tentativa de responder a problemas contingentes em dado momento. (GONDAR, 2005, p.13). A transdisciplinaridade questiona a disjunção entre as disciplinas e valoriza pesquisas capazes de “atravessar os domínios separados.” (GONDAR, 2005, p.14). Nesse sentido, a memória social não pertence a nenhuma disciplina, da mesma forma que nenhuma disciplina possui o privilégio de produzir o conceito de memória, pois ele se constrói a partir dos problemas resultantes “do atravessamento de disciplinas diversas”. (GONDAR, 2005, p.15).

A segunda proposição remete à seletividade da memória, pois qualquer escolha tem implicações éticas e políticas. (GONDAR, 2005, p.16). A autora alerta para a intencionalidade das lembranças ou documentos, ao afirmar que existe “uma concepção de memória implicada na escolha do que conservar e do que interrogar”. (GONDAR, 2005, p.17). O conceito de memória produzido no presente “é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja”. Portanto, não há proposta neutra, pois discursos pretensamente imparciais, ao ocultar o olhar e a posição de quem os emite, acabam também por revelá-los. (GONDAR, 2005, p.17).

A terceira proposição indica que a memória é uma construção processual, no sentido de que reconstrói o passado e não o reconstitui. A memória passa a ser concebida como construção social somente no final do século XIX, com a legitimação do campo de estudos sociais e a percepção de que ela é produzida a partir de relações e valores que são sociais. A ideia de reconstrução remete à concepção do tempo como um elemento articulador e componente inseparável da memória, que a alimenta simultaneamente. (GONDAR, 2005, p.18).

A memória como processo permite a discussão dos “hábitos de pensamento”, entre os quais o de que a memória seria sinônimo de representação coletiva, como discutida na quarta e última proposição. Segundo Gondar (2005), comumente a memória social é concebida a partir de uma vertente de pensamento construído sob influência de Durkheim, na qual o campo da memória seria “o campo das representações coletivas”, identificadas pelo “o modo pelo qual os indivíduos sociais representam a si próprios, as suas produções e as relações que estabelecem com os demais”. (GONDAR, 2005, p.22-23).

Para essa autora, reduzir a memória a um campo de representações significa reduzir “a permanente agitação das forças sociais” a um “contorno homogêneo”, desprezando que elas resultam de jogos de força complexos, envolvendo “combinações e enfrentamentos” que se alteram o tempo todo; além de desprezar as “condições processuais de sua produção”, tomando como dado o que deveria ser explicado. O questionamento conduz a pensar a memória como um processo, no qual as representações são somente a parte cristalizada e legitimada de uma coletividade. (GONDAR, 2005, p.23-24).

Segundo Gondar (2005, p.24), Durkheim interessava-se pela “possibilidade de coesão social”, ou “por aquilo que torna os homens semelhantes”. Da mesma forma, a autora afirma que Halbwachs desdobra este interesse em quadros sociais da memória, “entendidos como sistemas de valores que unificam determinados grupos”, embora este autor não revele como se produziram tais valores, ou as disputas que propiciaram seu aparecimento e garantiriam, no presente, a sua manutenção. Esta é a crítica feita a Halbwachs, de que as memórias de grupos são apresentadas como “quadros prontos e universais”, como se não tivessem sido inventados, nem houvesse tensões e embates internos.

Por sua vez Foucault vai focalizar as singularidades e diferenças que escapam aos hábitos e coerções sociais. Nesse sentido, Gondar (2005, p.24-25) associa a

articulação da memória com aquilo que afeta e surpreende: “se tivéssemos que, em uma palavra, resumir o que na memória não se reduz à representação, diríamos: afeto, ou melhor, forças que nos afetam, e também forças pelas quais afetamos”. (GONDAR, 2005, p.24-25).

Assim, Gondar (2005, p.25) propõe a articulação entre afeto e representação como partes integrantes de um mesmo processo na produção da memória, quando afirma que as memórias não existem “fora de um contexto afetivo”, e que se esse processo pudesse ser desdobrado em etapas, a primeira seria o afeto. Dessa forma, as representações sociais seriam inventadas a partir de novidades que nos afetam e de uma aposta em “caminhos possíveis”. A propagação e repetição das representações as transformariam em hábito, a partir dos quais os homens tornam-se semelhantes: “hábitos são criações que se propagam e, ainda que se tornem constantemente repetidos, iniciam-se com uma experiência marcada pela novidade e pelo inesperado.” (GONDAR, 2005, p.26). Pode-se perceber, neste aspecto, uma aproximação com a teoria institucional abordada por Andrade (2002).

Em versão ampliada e modificada das quatro proposições sobre memória social, Gondar (2016) retoma o texto escrito em 2005 e inclui uma quinta proposição. Assim, as duas primeiras proposições foram mantidas; a terceira, que tratava a memória como construção processual foi substituída por outra, em que a memória implica o esquecimento; a quarta tornou-se nova proposição, em que a memória não se reduz à identidade, e a quinta, de que a memória não se reduz à representação teve acréscimos.

Com a proposição de que a memória implica o esquecimento, Gondar (2016) aposta na ideia de perspectiva e de escolha para a promoção da abordagem crítica da relação entre lembrança e esquecimento. Esta autora recupera a concepção clássica de memória, que associa lembrança a algo positivo e esquecimento a algo negativo e comenta que a análise da memória tem sido feita a partir de relações de oposição simplificadoras, tais como memória e história, lugar e meios, indivíduo e sociedade, lembrança e esquecimento. Considerar o esquecimento como um mal a ser evitado mantém uma dicotomia que neutraliza a dimensão política da memória.

A configuração e a delimitação de uma memória partem de uma seleção ou escolha que transforma determinadas ideias, percepções ou acontecimentos em lembranças, relegando outras ao esquecimento. Então, a memória resulta dessa relação complexa e paradoxal entre os processos de lembrar e esquecer, e estes

passam a ser vistos não como polaridades opostas, mas como um vínculo de “coexistência paradoxal”. (GONDAR, 2016, p.29)

A quarta proposição, de que a memória não se reduz à identidade Gondar (2016) discorre sobre a construção da imagem que indivíduos, grupos, sociedade ou um país fazem sobre si mesmos e de uma identidade, em que para mantê-la promove-se um esquecimento seletivo de tudo o que se mostra em desacordo com a imagem que se tenta preservar.

Por fim, Gondar (2016, p.30) afirma que a escrita como metáfora da memória tem sido suplantada pelo funcionamento da rede eletrônica. O esquecimento é temido, pois é pensado como inimigo da lembrança, supondo a memória como um lugar de permanência de inscrições, o que na atualidade encontra-se em mudança, exigindo que também as teorias mudem.

Desta forma, a percepção sobre a memória, coletiva e social, que orienta o ponto de vista deste estudo e as escolhas teóricas e metodológicas baseia-se nos pressupostos de Gondar (2005) e envolve a polissemia e transdisciplinaridade; uma construção processual que implica em esquecimento, tendo em vista que ela não se reduz à identidade e à representação.

Neste estudo, os conceitos de memória coletiva e social são entendidos como dimensões de um mesmo fenômeno complexo associado ao espectro do contexto apresentado. Portanto, a memória social constitui um espectro mais amplo no qual se inscrevem todas as memórias coletivas, vistas num sentido macrossocial, enquanto a memória coletiva é entendida como a memória compartilhada no interior de grupos mais ou menos estáveis interligados por interesses e objetivos comuns em um sentido microssocial.

Diante do exposto, percebe-se que o campo da memória social é vasto e aberto a recortes que possam responder a questões que se apresentam na atualidade. Considerando a instituição como um microcosmo, no qual se reproduzem e se reelaboram dialogicamente as relações sociais da comunidade na qual está inserida (Andrade, 2002), procura-se cotejar o referencial teórico em relação com o IME, objeto desta investigação.

2.2 Um Conceito de Institucional

Antes de abordar os estudos de memória institucional, faz-se uma breve incursão sobre as teorias institucionais e os conceitos de “institucional” e de instituição, nesta perspectiva.

Andrade (2002), em artigo intitulado “As análises institucionalistas nas organizações e o conceito de institucional”, aborda o vasto campo de estudos das teorias e análises institucionalistas e propõe um recorte teórico analisando pares de distinções que o estruturam, e que se referem direta ou indiretamente aos aspectos simbólicos das organizações e de seus ambientes. A primeira distinção refere-se às diferenças entre organizações e instituições. Para isso, Andrade traz diferentes conceitos de instituição, conforme quadro a seguir:

Quadro 3 - Conceitos de Instituição

| | |
|-------------------------|--|
| Veblen, 1994 | Conjunto de hábitos estabelecidos de pensamento, comuns aos indivíduos em geral. |
| Berger e Luckmann | Definição ou tipificação recíproca de ações habituais. |
| Tolbert e Zucker, 1996 | Resultado de um processo de institucionalização ou a repetição ritual de um padrão . |
| Meyer, Boli e Thomas | Regras culturais que conferem sentido e valor a entidades e atividades particulares. |
| Powell e Dimaggio, 1991 | Emergência de poderosas forças sociais como a competição, o estado ou as burocracias profissionais que tornam as organizações cada vez mais semelhantes entre si. |
| Castoriadis, 1975 | Rede simbólica que combina um componente funcional e outro imaginário, reenviando essa rede simbólica para outra coisa que não o simbólico. |
| W. Richard Scott, 1995 | Estruturas e atividades cognitivas, normativas e reguladoras que dão estabilidade e sentido ao comportamento social. |
| Selznick, 1957 | Instituição é uma organização embebida em valor para além dos requisitos técnicos da função que preenche. |
| Andrade, 2002 | Universo semântico que inclui os atos de tipificar e repetir regras, padrões ou hábitos para gerir e controlar funções e representações, salvaguardando múltiplos sentidos, valores e interesses materiais ao longo do tempo. |

Fonte: elaborado a partir de Andrade, 2002, p.50, grifo nosso.

Para Andrade (2002, p.50), institucionalizar significa produzir uma distinção de sentido que se repete como procedimento organizado e, assim, sedimenta-se e adquire legitimidade consentida, implicando em ir “além da duração, da diferenciação e da organização de sentido”, a partir de regras que normalizam e sancionam os desvios ao instituído. Então, institucionalizar é, para Andrade (2002, p. 50) “criar um campo de constrangimentos com um regime sancionatório mais ou menos sistematizado”, ou sistema de regulação normativa ou simbólica, para sanção dos desvios e recompensa das conformidades.

Andrade (2002, p.51-52) aponta ainda as diferenças de abordagem entre institucionalismo, para os quais as instituições são “hábitos de pensamento”, e neo-institucionalismo, que rejeita o modelo racionalista e reforça o interesse nas instituições como “variáveis independentes”. Os ambientes técnicos ou racionais e institucionais ou valorativos, vistos em oposição pelas teorias organizacionais, são evidenciados a partir do relevo atribuído aos aspectos simbólicos das organizações e seus ambientes, de forma entrelaçada. (ANDRADE, 2002, p. 53).

Neste aspecto Théret (2003, citado por BOEIRA; KNOLL; TONON, 2016, p. 283) identifica três correntes do institucionalismo, referindo-se a sua diversificação: na ciência política, na economia e na sociologia, mas que não alcança a complexidade. Instituição é vista por este autor como “convenção para a cooperação e forma de regulação de conflitos para a ação coletiva estratégica e rotineira”. (THÉRET, 2003, p.251, citado por BOEIRA; KNOLL; TONON, 2016, p. 285).

Macro e microinstitucionalismo são outro par de distinções proposto por Andrade (2002, p. 56) sendo este último o foco de sua atenção. Para este autor, o objeto das investigações macroinstitucionais são os processos de institucionalização que visam os ambientes “exógenos” da organização, que reforçam sua legitimidade e sobrevivência. Na Universidade, e no IME em especial, esta abordagem interessa à análise dos ambientes voltados às atividades-fim, tais como o Museu e o NAE; enquanto o microinstitucionalismo centra-se nos processos de investigação a partir dos quais as organizações “valorizam, objectivam e conseguem alcançar uma ampla aceitação de normas, rotinas, processos e imagens que passam, deste modo, a ser vistos como ‘naturais’, dispensando o esforço permanente de re-legitimação.” (ANDRADE, 2002, p.57). O que pode estar associado aos ambientes e atividades meio, como é o caso do Arquivo Central e os processos de gestão do IME.

Outro par em destaque se refere aos atores individuais e coletivos como construtores e editores de formas organizacionais. Esta distinção torna-se relevante quando se analisam as trajetórias individuais e as relações identitárias que promovem a construção de memórias coletivas. De acordo com Andrade (2002, p.57), o papel dos atores individuais parece não ter relevância temática ou pertinência teórica para a análise institucionalista, pois a “institucionalização é o processo social pelo qual os indivíduos aceitam uma definição partilhada da realidade social”, concepção cuja validade independe dos próprios pontos de vista ou ações e protagonismos individuais. Andrade (2002, p.57) fornece uma explicação

a partir de Scott, para o qual as modernas sociedades racionalizadas substituíram as formas de autoridade tradicionais como os conselhos de anciãos pelo Estado ou associações profissionais, que “modelam diretamente a vida organizacional” tanto impondo “constrangimentos e requisitos” ou indiretamente criando novos mitos racionais. Assim como os modos e os mecanismos empregados na disseminação de estruturas variam quando se desloca dos atores estatais para as profissões. Pela análise de Scott (1987, citado por Andrade, 2002, p.57), atores estatais “parecem empregar mais a coerção ou a indução”, enquanto as profissões “contam com as influências normativas e/ou miméticas, esperando assim criar formas culturais consistentes com os seus próprios objetivos e crenças.”

Andrade (2002, p.57) defende que a teoria institucional seja confrontada e enriquecida com a perspectiva construtivista, pois entende que é a organização que constitui ativamente seus ambientes através da interação social, enquanto à gestão estratégica caberia a tarefa de criar e manter sistemas de sentido partilhado para facilitar a ação estruturada, o que parece ocorrer quando se analisa contextualmente a relação do IME com a Administração Central da UFRGS.

Embora Andrade (2002, p. 58) reconheça a pertinência de estudos que refletem sobre a produção do pensamento coletivo, buscando o balanceamento entre os polos institucional e individual, este autor atribui importância à intervenção dos indivíduos nos processos de institucionalização, pois para ele “os indivíduos também constroem ativamente interpretações de sentido, estando atentos a sinais e integrando estes em estruturas cognitivas por si desenvolvidas, não se limitando a conformar-se a estruturas cognitivas consensuais”, como por exemplo, “valores, normas ou métodos impregnados de uma pressuposta cultura organizacional ou grupal estrategicamente instituída”. O autor insiste que criatividade e inovação carregam uma assinatura individual, e o que se afirma sobre as organizações é extensível aos indivíduos, os quais considera “instituidores de narrativas ritualizadas e auto-referenciais”, e que merecem tanta atenção quanto a que é concedida às institucionalizações coletivas.

Andrade (2002, p.58) identifica e discute três argumentos contrários ao que defende: 1) os indivíduos, assim como as organizações, “aspiram a institucionalizar estruturas de sentido e mesmo a auto-institucionalizar-se, como forma de resistir ao sofrimento psicológico, moral ou econômico provocado hoje pelo anonimato”, conforme as análises de práticas disciplinares e poder feitas por Foucault; 2) nada

poderia ser institucionalizado já que produtos, processos e trajetórias individuais estariam mergulhados em um “vórtice de mudança permanente”. Sacralização, ou estetização da mudança, agrega-se ao quadro de mutação social induzido pelas novas tecnologias, convergindo para o “fascínio pelo tempo que quase não dura” ou a “instantaneidade de tudo o que corre”, sendo este o modo de afirmar o seu valor, em oposição ao que há de permanente e que ao institucionalizar-se acaba por desvalorizar-se. Como consequência, as estruturas de memória individual e coletiva ativadas pela mídia organizacional deveriam ser leves, móveis e reversíveis. Andrade (2002, p.59) argumenta que se os discursos que estetizam o instante, o “tempo real”, receberem atenção suficiente, serão percebidos como quase dogmáticos ao referirem uma estética da mutação e a lógica social e técnica que os suportam, o que indicaria que a vontade de institucionalização e de poder que os habita, sempre se manifesta; 3) a última objeção à capacidade de auto-institucionalização dos indivíduos estaria na impossibilidade, mais difícil de rebater, de que os indivíduos não institucionalizam, somente produzem “fantasmas privados”. Neste sentido, o problema focalizaria a transformação de um imaginário individual em um imaginário social (ANDRADE, 2002, p.60).

Por fim, Andrade (2002, p.62) aborda o último par distintivo, identificado como instituições e extituições. Embora todas as organizações aspirem à institucionalização, quer se ocupem do lucro ou da dádiva, quer sejam centralizadas ou em rede, “a vertigem da mudança” as obriga a contínuas atualizações e ao que chama de produção de “versões de si próprias, da sua identidade e do sentido dos seus negócios”, o que acaba comprometendo o alcance da estabilidade institucional. O termo extituição foi usado por Tirado e Domènech (1998) e seria uma rede de conexões e associações móveis para dar conta de uma experiência que não se limita ao espaço físico determinado, o que para Andrade (2002, p.63) indicaria que as categorias ou processos de institucionalizar ou extitucionalizar já não significam enrijecimento ou burocratização.

A síntese apresentada por Andrade (2002), a seguir, torna-se importante para a compreensão sobre o contexto complexo que envolve a formação e permanência de instituições no tempo e principalmente sobre a abordagem conceitual da memória institucional:

É pela macro ou micro-institucionalização de um sentido, e das respectivas narrativas que o transportam, que as organizações, aliás como os indivíduos, procuram criar um campo de influência, estabelecer uma

“cotação” ou reputação, fundar um valor pelo qual possam ser avaliadas num mercado económico, numa praça financeira ou numa “bolsa” de opinião pública ou privada. Assim, institucionalizados ou extitucionalizados, os edifícios de sentido que essas organizações criam, e que buscam legitimação, estão permanentemente sob o olhar mais imediato da comunidade que servem ou sob o “olhar” ubíquo de estruturas sociais de memória, seja este último o dos média ou o das entidades que avaliam e canalizam os indispensáveis fundos para essas organizações. (ANDRADE, 2002, p.63)

Para Andrade (2002, p.63) as teorias institucionalistas tentam equilibrar um diálogo que as gerações mantêm com as várias dimensões do tempo, e que encontra-se ameaçado pelo “tempo real”¹⁷ ou “condição digital”, que por sua vez não atende “ao tempo que sedimenta”. Daí a importância atribuída ao regresso das análises sobre as teorias institucionalistas, numa época em que existe um fascínio, observado em vários domínios teóricos e práticos, pela sacralização ou estetização da mudança, cuja afirmação de valor reside nesta “instantaneidade de tudo o que corre, inexoravelmente, para um buraco negro”; enquanto os elementos que representam duração e permanência, ao institucionalizarem-se acabam perdendo o seu valor.

A abordagem de Andrade (2002) foi cotejada com o artigo mais recente, intitulado A Trajetória Conservadora da Teoria Institucional, no qual Carvalho, Vieira e Silva (2012) apresentam discussão teórica, sob uma perspectiva crítica, em que recuperam as origens da teoria institucional e situam suas principais temáticas e formas de abordagens. Ao referirem a vertente sociológica do institucionalismo, os autores identificam que, a partir das décadas de 1950 e 1960, os teóricos passaram a reconhecer nas organizações “importância de coletividades particulares” e “unidades significantes no universo social”. São apontadas as “profundas transformações políticas, sociais, culturais” da sociedade daquela época, assim como o aumento da complexidade das organizações, vistas a partir de então como “elos potenciais de conexão” entre os indivíduos e o mundo social, mas distintas “tanto das amplas instituições sociais quanto do comportamento individual”. (CARVALHO, VIEIRA, SILVA, 2012, p.483).

Por sua vez, Boeira, Knoll e Tonon (2016, p.251) percebem uma crise no interior do campo dos estudos organizacionais e um afastamento da análise quanto às organizações públicas. Os autores propõem uma abordagem comparativa entre Edgar Morin e Jean-François Chanlat, justificada a partir da densa produção inter e

¹⁷ Expressão também usada por Candau (2014) quando este aborda diferentes temporalidades.

transdisciplinar, com ênfase na “ideia de organização”, de Morin; e das dimensões esquecidas, baseadas nos estudos antropológicos de Chanlat, descritas como temas emergentes no século XXI: retorno do sujeito, cuja subjetividade tem ficado à margem pela ênfase em aspectos econômicos e tecnológicos da gestão; retorno da dimensão afetiva na formação dos grupos; retorno da experiência vivida; retorno do simbólico e da história e o retorno da ética.

Conforme os autores, as dimensões esquecidas de Chanlat emergem quando a análise do nível organizacional não é suficiente para compreender as “relações biopsicossociais, estruturais, simbólicas, ecogeográficas, econômicas e políticas” que afetam e são afetadas por uma organização. (BOEIRA; KNOLL; TONON, 2016, p.253-254). A partir de Chanlat, os autores afirmam que a dinâmica capitalista fez surgir uma tripla hegemonia ao longo das últimas três décadas: econômica, com a lógica de mercado; empresarial, que afirma um modelo privado sobre outros tipos de organização; e uma hegemonia “das categorias de pensamento gerencial”. Neste contexto, a tripla hegemonia e as dimensões esquecidas se apresentam como duas tendências que “se afirmam e se confrontam simultaneamente”. (BOEIRA; KNOLL; TONON, 2016, p.256).

Baseados em Chanlat, os autores argumentam que na tradição greco-latina, diferentemente da tradição anglo-saxônica, “a análise institucional reveste-se de uma interpretação mais crítica que leva em consideração a tensão entre o instituído e o instituinte, a questão do poder”. (BOEIRA; KNOLL; TONON, 2016, p.259). Para Morin, o “fenômeno organizacional” se caracteriza pela complexidade, em que as relações no interior tanto de uma organização quanto de uma sociedade são complementares e antagônicas ao mesmo tempo, não havendo receita para o equilíbrio, a não ser uma regeneração permanente. (BOEIRA; KNOLL; TONON, 2016, p.260, 264-265).

Boeira, Knoll e Tonon (2016, p. 267) reafirmam a imprecisão e ambiguidade do conceito de instituição, mas apresentam, assim como Andrade (2002), a perspectiva de Castoriadis, segundo a qual a instituição é “uma rede simbólica, socialmente sancionada em que se combinam em proporções e relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário”.

Boeira, Knoll e Tonon (2016, p. 268-269) também apresentam a contribuição de Alberoni (1991), denominada “estado nascente”, que seria “um novo modo de olhar para o mundo e para si próprio”, portanto “um fenômeno ao mesmo tempo

individual e coletivo” no qual o indivíduo “ao viver tal experiência [cognoscitiva]” formaria “um campo de solidariedade intenso, com uma capacidade de renovação, de risco, que rompe com a vida cotidiana, acionando um núcleo social, em que os indivíduos se reconheceriam uns aos outros, exercendo uma ação de mobilização e direção”. (ALBERONI, 1991, p. 13, citado por BOEIRA; KNOLL; TONON, 2016, p.268). Entre dois polos opostos, estado nascente e a “cotidianidade”, o movimento e a instituição que ele gera representariam uma ponte. Em conclusão, o estado nascente seria um acontecimento revolucionário que através do movimento gera a instituição, e esta guardaria algo do estado nascente, sendo sua herdeira e guardiã, até que sua energia desapareça, restando apenas a repetição, o hábito e a forma desprovida de significado. (ALBERONI, 1991, p. 14, citado por BOEIRA; KNOLL; TONON, 2016, p.269).

Boeira, Knoll e Tonon (2016, p. 285) apontam a ambivalência epistemológica da perspectiva institucionalista desde suas raízes entre autores clássicos até as pesquisas da última década, em que observam uma convergência interdisciplinar entre as Ciências Sociais. E concluem que há convergência e complementariedade de abordagens entre Morin e Chanlat, tal como a observação da interdependência complexa entre diversos níveis de análise organizacional, predominando os níveis de análise individual e organizacional, em Chanlat; e destacando o entrelaçamento constante entre os diversos níveis do fenômeno organizacional, em Morin. Porém, entre estes autores e o institucionalismo, Boeira, Knoll e Tonon (2016, p. 290) destacam uma relação crítica e antagônica. Embora esquecidas na última década, as “dimensões da natureza humana – como a afetividade, as raízes sociais, a cultura, a história e a ética” têm retornado como temas emergentes nos estudos organizacionais, o que reafirma o caráter atual e convergente dos estudos que abordam a instituição em relação à complexidade e à memória, diante das incertezas que se apresentam. (BOEIRA; KNOLL; TONON, 2016, p.291).

Em conclusão, pode-se entender a instituição como esta rede simbólica com legitimidade social, referida por Castoriadis (citado por Andrade, 2002) e Boeira, Knoll e Tonon (2016), cujos componentes, funcional e imaginário, se combinam de forma variável.

2.3 Memória Institucional

Quando descreve os vários pontos de vista que compõem a memória de uma coletividade, Halbwachs (2006) possibilita o estabelecimento de um diálogo com Gondar (2005) e sua primeira proposição de que a memória é polissêmica, o que sugere que este autor possa ser trabalhado com esse enfoque múltiplo, mantendo sua atualidade em termos conceituais.

Para Rueda, Costa e Valls (2011), a memória coletiva é compreendida como o produto da memória individual e de uma seleção de fatos que a sociedade escolheu como importantes e que se convertem em memória social quando registros são criados, transformados e disseminados como informação. E neste sentido, as instituições têm papel importante na construção da memória social, como fontes produtoras de informação, pois integram os “meios sociais e políticos da sociedade”.

Para este estudo, entende-se que as manifestações e representações compreendidas pelo conceito de memória coletiva adquirem, no âmbito das organizações e instituições, os contornos de memória institucional, sendo este o termo adotado.

Muitas áreas do conhecimento abordam o tema da memória, embora o enfoque e a nomenclatura sejam diversos, de forma que áreas como Psicologia, Neurociências e História tratam da memória; já a Administração e Sistemas de Informação abordam os conceitos de memória organizacional e corporativa; a memória Institucional é estudada na área de Comunicação Empresarial enquanto as áreas de Ciências da Informação e História referem memória social. (MOLINA; VALENTIM, 2011.) Neste sentido, Costa (1997) argumenta que o encontro entre a “diversidade de olhares”, através de interações e interseções, estabelece uma busca por soluções próprias, a partir de problemas semelhantes de outras disciplinas.

Observa-se, nos últimos anos,¹⁸ o considerável aumento produção acadêmica sobre memória institucional como objeto de estudo, tanto em organizações privadas quanto públicas, embora o referencial teórico ainda esteja difuso. (MOLINA; VALENTIM, 2011; MATOS, 2004). Halbwachs permanece sendo referido em estudos de memória institucional (COSTA, 1997; RIOS, 2008; BARBOSA, 2010), devido à abordagem da memória de coletividades, embora os contextos temporais sejam tão diversos e a contemporaneidade seja marcada por instabilidades. Rueda, Freitas e Valls (2011) perceberam poucas definições específicas para memória

¹⁸ Conforme pode ser evidenciado com o levantamento de estudos realizado no Estado da Arte desta pesquisa.

institucional e uma associação de significados entre as palavras organização e instituição, usadas frequentemente como sinônimas, por isso abordam a memória institucional a partir das definições de memória, instituição e organização.

Por sua vez, Costa (1997) estabelece diferenças entre memória organizacional e institucional a partir da distinção entre organização e instituição. A instituição se atualiza no interior da organização, para desempenhar sua função de reprodução. As ações institucionais obedecem a padrões que se repetem em hábitos, mas “o plano da instituição ultrapassa o conjunto dos meios que caracterizam as organizações”, de forma que a prioridade da organização é a eficácia e a da instituição é a legitimidade. (COSTA, 1997, p.146). Assim, a memória organizacional privilegia o aspecto da eficiência ao tratar a informação-memória, enquanto a memória institucional abrange a organizacional, embora não se limite a ela, de forma que as relações de força e legitimidade definem o plano institucional que, por sua vez, define a organização. Nesse aspecto, a informação se insere como “matéria prima das sociedades pós-modernas”. (COSTA, 1997, p.6).

Portanto, as instituições refletem as formalizações das culturas através do tempo, cultivadas pelas sociedades como maneiras de pensar, ou seja, aquilo que instituem; e esse percurso deixa vestígios visíveis e invisíveis, constituindo legados ou memórias, produtos da experiência humana em sociedade. (COSTA, 1997). A memória institucional é percebida como um jogo de informações permanente, construído em práticas discursivas dinâmicas: o instituído e o instituinte, que são duas faces da instituição. (COSTA, 1997)

Para Costa (1997, p.5), instituições são formas de “saber-poder” emergentes nas sociedades, com faces simétricas: lembrar e esquecer; e feitas de comportamento e prática. Esquecimento se articula com lembrança, e ambas são potências que constituem as duas faces articuladas da memória, através de um processo seletivo que atua no conjunto das instituições sociais. (COSTA, 1997) Como toda época apresenta seu “regime de verdade”, a autora afirma ser necessário desnaturalizar a noção de memória como “mera volta ao passado, num movimento de resgate daquilo que ficou retido do passado no presente: heranças, persistências, legados”; e problematizar aquilo que a sociedade toma como natural: as instituições no campo social e a própria noção de memória para que se possa “entender e revelar os mecanismos subjacentes às tramas sociais.” (COSTA, 1997, p.7)

Costa (1997, p.8) pressupõe que o fenômeno da memória apresenta características especiais no quadro das instituições, por isso busca identificar o processo de institucionalização das práticas sociais, seus mecanismos de controle social e as “mudanças que vem ocorrendo no contexto das sociedades industriais capitalistas.” Para esta autora, as instituições não excluem a mudança embora ocorra uma contínua “reprodução de práticas institucionais, transmitidas de geração para geração sob o manto da legitimidade”. (COSTA, 1997, p.8).

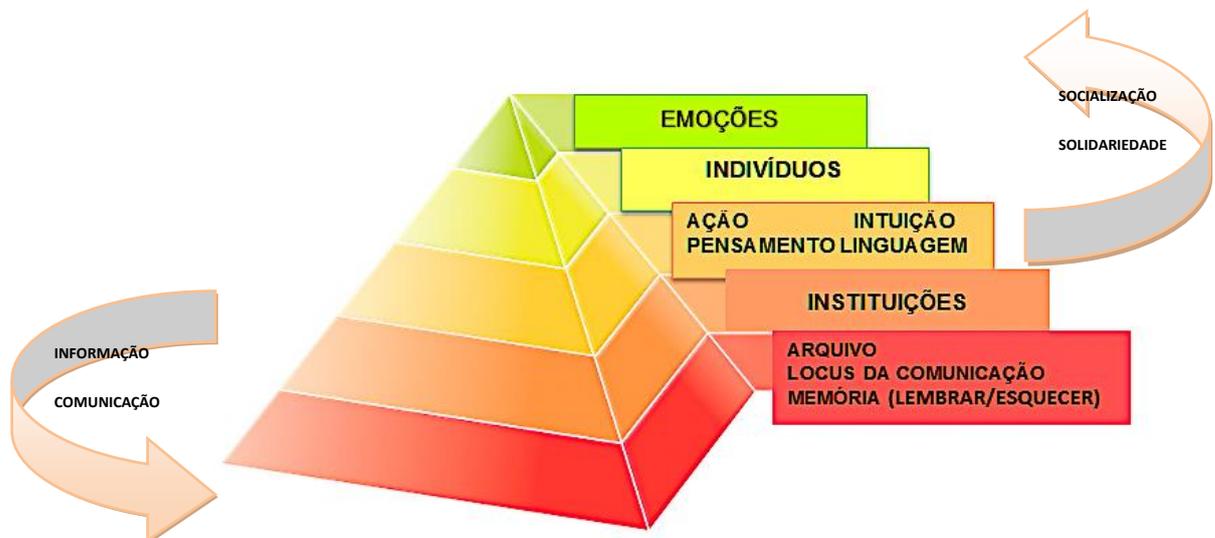
A questão da representação ou “re-apresentação do real”, ou ainda “real presente uma segunda vez”, segundo a qual, representar é classificar e classificar é um exercício de poder foi evidenciada por Costa (1997, p.14), que adverte sobre a falsa ilusão da neutralidade, já que representar é uma escolha e um ato político. A autora vê nesse processo seletivo a chave para a compreensão da memória institucional em seu “movimento” de lembrar e esquecer. Costa (1997, p. vi) pressupõe a existência de outras formas de olhar as instituições e suas memórias, levando em consideração aspectos instituintes e instituídos no processo de conceituação de memória institucional, de modo a “compreender as instituições como escolhas feitas no seio da sociedade”. Portanto, instituições são artifícios ou respostas a problemas criados pelos grupos sociais, e para mudá-las, deve-se transformar os valores que estão por trás dessas escolhas, para que se possa falar em uma memória institucional que contemple novas formas de subjetivação e maneiras de viver consigo mesmo e com os outros. (COSTA, 1997). É neste sentido que Ott (2013, p. 132) argumenta que o fenômeno de criação de centros de memória em empresas e órgãos públicos, no Brasil ocorreu de forma simultânea com o *boom* da memória, ou o movimento europeu de patrimonialização, sobretudo na França. O fenômeno somou-se ao crescente movimento de economia globalizada entre as décadas de 1990 e 2000, que em contrapartida promoveu a emergência de identidades locais. Neste contexto, “o papel da memória tornou-se central e fator determinante para a constituição do sentimento de identidade, ou de pertencimento a uma coletividade”.

Para Costa (1997, p. 131) os dois papéis da a história seriam moldar e subverter a memória coletiva em relação de tensão permanente: “A memória é fonte da história, mas também instrumento de resistência. Pois diante de tantos discursos oficiais, os grupos sociais guardam em silêncio suas lembranças, numa espera que se nutre de memórias”.

Costa (1997) observou um processo de desinstitucionalização na narrativa de experiências de vida, como técnica artesanal e forma de ensino, pois a industrialização provocou a dissociação trabalho-comunicação. A experiência acumulada e transmitida de geração a geração foi substituída pela produção em série: “a velocidade da máquina substituiu pouco a pouco as etapas de elaboração, transformação e sedimentação do tempo, que é portador das mudanças sociais”. (COSTA, 1997, p. 132). Esta “aceleração do tempo” também evidenciada por Candau (2014), a velocidade das tarefas e da produção e a perda do exercício da narração contribuem para a velocidade do esquecimento, segundo Costa (1997) Neste sentido, o relato é visto como uma entre diversas formas de transmissão de experiências e preservação de lembranças. (COSTA, 1997).

Costa (1997) utiliza a imagem de uma pirâmide para representar o conceito de memória institucional, como ilustrado a seguir:

Figura 3 – Representação da Memória Institucional



Fonte: Elaborado pela autora, baseada em Costa (1997).

A base da pirâmide representa o sustentáculo da construção que viabiliza a comunicação. Uma espécie de grande arquivo que possibilita as relações a partir da memória e suas funções, entre as quais lembrar e esquecer. Conforme Costa (1997), os lados da pirâmide representariam os entendimentos, ou meio de troca e transmissão de informações e memórias. As relações são permeadas pela seleção e pelas diferenças individuais e culturais entre indivíduos, grupos e instituições, pois cada um carrega o resultado de suas experiências. No topo da pirâmide, as

emoções representam o motor a partir do qual a informação produzida circula, entre o topo e a base, em processos “mais ou menos interativos e conflituos de socialização”. (COSTA, 1997, p.136). A energia da ação ou movimento dá vida à pirâmide, ou seja, toda instituição “só existe em processo”, comportando uma face instituída e outra instituinte, memórias e saberes interagindo “nas relações sociais, institucionais e inter-institucionais”. (COSTA, 1997, p.136). Em outras palavras, a instituição é entendida como um corpo em processo, cujas células precisam trabalhar solidariamente para o funcionamento padronizado e criativo, ou seja, passível de se repetir, mas contemplando a diferença (COSTA, 1997).

A autora propõe a análise do conceito de memória institucional “como um híbrido, que comporta o mesmo e o outro”, quando argumenta que a instituição contém a repetição, identificada pela identidade e a representação, sem a qual enfraquece; e a mudança, associada com as interrupções, descontinuidades, produção do novo do outro e diverso, que alimenta e realimenta a instituição. A mudança institucional não acontece de forma simples, pois as práticas de longa duração estão sedimentadas no tempo, em uma memória-hábito que produz rotinas a serem repetidas. É o processo de seleção existente nas instituições que faz com que elas lembrem e esqueçam, pois “para que determinados dispositivos informacionais sejam preservados e reproduzidos, é preciso que outras informações sejam descartadas, mesmo que temporariamente”. (COSTA, 1997, p.138).

Da mesma forma, é da natureza da instituição lidar com crises, seja no sentido criador e positivo de práticas conflituosas dimensionadas pela multiplicidade de indivíduos; seja no sentido de ameaça e questionamento aos valores institucionalizados, por definir-se como “lugar de exclusão da diferença e da mudança”. (COSTA, 1997, p.139) Portanto, as instituições são “integradoras e formalizadoras de práticas e comportamentos, com a função inicial de fixar enunciados para, em seguida reproduzi-los”, sendo importante distinguir a dimensão instituinte da instituída. (COSTA, 1997, p.144).

Para Costa (1997, p. 145), a mudança institucional é lenta, mas acontece. A memória é um elemento primordial para o funcionamento e reprodução de instituições, retendo apenas informações que interessam ao seu funcionamento. A preocupação com a imagem junto à sociedade tem gerado a divulgação das realizações institucionais, embora a autora perceba obstáculos para que se possa dispor dessas memórias. Como solução, aponta para uma visão da memória como

singularidade e não retenção de informações. Se somos e fazemos a instituição, a memória institucional é reflexo dessa trajetória, com múltiplas facetas. Quando aborda a crise das instituições, Costa afirma ser imprescindível a transparência no seu funcionamento, pois o que esteve protegido pela legitimidade, “em forma de segredo, censura ou exclusão”, tem sofrido pressão para abertura. Acontecimento visto como indício de mudança social, já que são as instituições que definem o que é público e privado. (COSTA, 1997, p. 146).

Para Costa (1997) a memória institucional remete a experiências híbridas, “que incluem e excluem no social”, um retorno reelaborado de conquistas e vicissitudes, por isso defende a construção de uma memória institucional no tempo presente, “o único de que dispomos”. Nesse sentido, as instituições são vistas como “invenções” ou “tendências”, e serão o que se agenciar coletivamente, de forma heterogênea. Esta autora percebe que para avançar além do conhecimento técnico é preciso estabelecer novos nexos entre o passado e o presente. (COSTA, 1997, p. 146-147).

Neste estudo, em concordância com Costa (1997), compreende-se a memória institucional em seu caráter ambivalente e indissociável entre lembrança e esquecimento, resultante de um processo contínuo de seleção, que parece evidenciar prioritariamente a experiência vivida no presente, promovendo o esquecimento dos registros do passado. As abordagens e aprofundamentos teóricos sobre a memória institucional em relação a instituições públicas podem oferecer uma compreensão mais apurada sobre as mesmas, seu papel na sociedade, elementos constituintes, espaços de memória e, principalmente, sobre a contribuição dos indivíduos na formação da(s) identidade(s) institucional(is) e na constituição das comunidades profissionais.

A seguir apresenta-se a seção sobre gestão e preservação documental.

2.4 Gestão Documental

A memória institucional também pode apoiar-se em artefatos, entre os quais os documentos que registram as decisões que moldam a própria instituição, no tempo. O fenômeno da informação e sua materialização em suportes, ou documentos, tem sido objeto do campo da Ciência da Informação, mas assim como o campo da memória, podem ser percebidos como conceitos que se movimentam de forma transdisciplinar porque permeiam a ação humana. (GONDAR, 2005).

A relação da memória com seus suportes pode ser associada a três momentos. Quando o suporte é o próprio indivíduo, ou grupo, encarregado pela transmissão oral à próxima geração do conjunto de valores e conhecimentos da comunidade a qual pertencem, onde as mensagens são trocadas no mesmo contexto de produção; quando ocorre a transferência da memória para um suporte externo e independente do indivíduo, a escrita, em que o texto se separa de contexto vivo de produção, ampliando as possibilidades de intercâmbio de ideias e sua permanência para além das gerações; e quando os suportes passam a ser eletrônicos, relacionado às transformações ocasionadas pela revolução tecnológica e a explosão informacional. (ASSMANN, 2011). Pode-se dizer que encontramos-nos em meio a esta revolução na qual o papel ainda convive com o meio eletrônico. Assim, o tema da memória se atualiza a cada geração e, na contemporaneidade ressurgiu como um eixo central, abrindo-se a múltiplas discussões, entre as quais a da gestão documental em tempos de suportes híbridos.

Há mais de vinte anos, Costa (1995, p.45) já alertava para a necessidade de definição de caminhos, pautados em métodos adequados e fundados numa política de memória voltada para ação, para o desenvolvimento e organização da memória institucional, visando alcançar dois objetivos considerados fundamentais: 1) a organização de acervos históricos, bibliográfico, arquivístico ou museológico, para “preservar as informações” que as instituições e seus agentes produzem; e 2) a divulgação pela transmissão ou disseminação da memória institucional “através de ações específicas, via programas ou projetos, não apenas no interior das próprias instituições, mas também no âmbito das sociedades nas quais se inserem.

A seguir, são apresentadas algumas abordagens conceituais sobre informação, documento e arquivo, buscando um entendimento sobre a gestão documental.

2.4.1 Informação, Documento e Arquivo

Costa (1997) afirma que a informação é tão antiga quanto o homem, mas torna-se um campo problemático e emergiu como Ciência da Informação em meados do século XX, no contexto das grandes Guerras, e posteriormente da Guerra Fria, quando a informação científica e tecnológica adquiriu função estratégica e tornou-se questão de Estado. A novidade foi a abordagem da informação sobre a informação. Como a Ciência da Informação possui característica transdisciplinar, no

momento inicial, ela se bifurca com a Ciência da Computação, “uma como fim e a outra como meio”, embora ambas almejassem “criar as bases para o controle da informação em dispositivos técnicos específicos”. A confusão, não apenas terminológica, mas quanto a objetivos, técnicas e fronteiras persiste na atualidade. (COSTA, 1997, p. 116).

Informática, Matemática, Estatística e Ciência da Informação em dado momento se entrecruzaram em rede de significados, na qual “informações, memórias, documentos, testemunhos compõem um cenário de muitos sentidos, em um movimento de busca, que nunca termina”. O maior desafio continua sendo o acesso à informação “contida nas mais diferentes superfícies de inscrição”, ou seja, organizar o conhecimento para transferir informação a comunidades usuárias, remetendo à representação da informação. (COSTA, 1997, p.120).

A informação é entendida como um conjunto de elementos selecionados pelos indivíduos, cuja repetição das impressões ao longo do tempo os transformou em marcas e traços que se convencionou chamar de memória. Logo, a memória conservaria informações retidas em um processo de seleção. (COSTA, 1997, p. 121). Da mesma forma que a memória apresenta duas faces, lembrança e esquecimento, a informação também tem uma face dupla, pois assim como forma e institui, contém informação e traz em germe o instituído, e pela ação do tempo, torna-se memória. (COSTA, 1997, p.127).

Numa abordagem funcionalista, a informação que “universidades e centros de pesquisa forem capazes de produzir, estocar e fazer circular”, como mercadorias, é sinônimo de riqueza neste “cenário cibernético-informático-informacional”. (COSTA, 1997, p.6). As informações produzidas nas instituições e encontradas em diversos suportes “retratam não só as atividades de uma instituição, mas a época em que está inserida, o tempo e o espaço que ocupa na sociedade, facilitando assim o entendimento da instituição como um todo”. (RUEDA, FREITAS; VALLS, 2011, p.78). Por isso, reuni-las em um acervo, com tratamento adequado, possui a finalidade de disponibilizá-la à consulta. A sociedade traduziu registros em informação “a partir da demanda em lembrar o que aconteceu antes com a intenção de tomar decisões para o presente e o futuro”, referindo uma perspectiva funcionalista da memória. (RUEDA, FREITAS; VALLS, 2011, p.79). É neste sentido que Matos (2004, p.18) afirma que embora a memória institucional de natureza arquivística esteja relacionada à informação estratégica, a mesma tem sido

considerada “de menor valor” para as instâncias de gestão das universidades públicas brasileiras.

Neste estudo, a informação é abordada sob a perspectiva de Costa, como um fenômeno complexo, de dupla face, contendo o instituído e o instituinte, e cujo valor transcende o caráter funcionalista e estratégico que comumente justifica sua importância.

O conceito de documento é bastante amplo, pois pode ser constituído por “qualquer objeto capaz de comprovar algum fato ou acontecimento” (GIL, 2010, p. 31). Por isso, cabe esclarecer e diferenciar os conceitos de documento e documento de arquivo.

Ao analisar o sentido e o significado de documento para a memória social, Dodebei (2005, p. 8) apresentou um conceito de documento como resultado da soma de três atributos “inerentes ao objeto que transita nos espaços-temporais de criação da memória social”: 1) unicidade, pois os documentos que são objetos de estudo da memória social não se agrupam em categorias específicas, tal como o livro para bibliotecas, o objeto tridimensional para museus e o manuscrito para arquivos; 2) virtualidade quanto à atribuição de valor ao objeto por um observador, “dentro das dimensões espaço-tempo” sendo seletiva, ocasiona uma classificação arbitrária do objeto; e 3) significação, no qual a transformação dos objetos do cotidiano em documentos seria intencional, constituindo estes uma categoria temporária e circunstancial.

Informação e suporte físico (forma e conteúdo) são atributos comuns aos conceitos de documento representados pelos campos da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, História, Arqueologia, Direito, que contribuem para o que Dodebei (2000) chama de engano conceitual, pois não são suficientes para diferenciar documentos de objetos, já que eles coexistem em ambos: “tanto no objeto quanto no documento, e o que muda é a categoria na qual são observados”. (DODEBEI, 2000, p.60).

Para Dodebei (2000, p.59), o conceito de documento textual é incontestável, pois o senso comum o define a partir de uma materialidade com valor de prova: testemunhos que certificam, nas culturas urbanas, do nascimento ao óbito, embora o mesmo se estenda a outras manifestações e materialidades, tais como cidades, animais, músicas, fotografias, entre outros exemplos.

Rouso (1996, p.86) compara o testemunho oral e o arquivo/documento escrito, identificando no primeiro uma fonte destinada, desde a criação, a conservar a memória de um grupo ou indivíduo e formar um arquivo, enquanto o segundo não provém de uma intenção deliberada:

Uma é contemporânea dos fatos, a outra posterior [...] nenhuma pesquisa oral, mesmo sistemática, pode rivalizar com a massa de documentos de todo o tipo produzidos [...] elas não têm as mesmas finalidades: uma é de caráter memorial, pretende ser um vestígio induzido, consciente e voluntário do passado; a outra é funcional. (ROUSSO, 1996, p. 87).

Ao buscar outros atributos para compreender o conceito de documento, Dodebei (2000) retoma o atributo de prova ou testemunha, que conduz ao conceito de memória social, para questionar que se a memória for entendida como “a manutenção de qualquer recorte de ações vividas por uma sociedade”, isso remeteria a uma imobilização das ações, para preservar o momento social. Mas para a autora, a escolha e isolamento de determinada ação, seja som, imagem ou textura, não impedem sua continuidade em uma sociedade, mas representa sua duplicação, configurando um aspecto móvel e um imóvel, o que implica na noção de representação no sentido modelar. (DODEBEI, 2000, p.59).

Dodebei (2000, p.60) afirma que a memória social é retida pelas representações processadas na esfera pessoal como memória individual, ou na esfera pública como memória coletiva, de forma que ao se falar em memória, fala-se em representação, muito embora, Gondar (2005) propõe que a memória não se reduz à representação. A representação é entendida por Dodebei (2000) de duas formas: como reprodução pela duplicação de textos, sons ou imagens; ou obtida pelo isolamento de um objeto ou espécime único, mas percebe-se a intenção se evidenciar o caráter seletivo da memória, como a seguir:

A formação de conjuntos de registros para espelhar a síntese de aspectos [...] é representada pela intencionalidade na localização de vestígios, artefatos, textos, objetos, monumentos, com o intuito de interpretar os fatos históricos e sociais. A reunião desses registros proporciona uma fonte inesgotável de informação potencial à espera de interlocutores, que agregarão a esses a sua tábua cultural, ou seja sua experiência de vida, unida à sua capacidade de associação. O resultado desse processo se dá prioritariamente sob a forma de relatos, que, por assim dizer, se transformam em outros registros, numa cadeia inesgotável de fontes/interpretações. (DODEBEI, 2000, p.61).

A possibilidade de um documento resistir ao tempo e ser redescoberto não é suficiente para conferir a ele a verdade, para Rousso (1996, p.89), pois todo documento ou depoimento requer recontextualização para ser significativo, principalmente no caso de documentos escritos que dependem do exame de uma série, para se compreender a lógica espaço-temporal do indivíduo ou instituição que os produziu. Para este autor, a existência tanto o testemunho quanto o arquivo/documento revelam uma falta:

O vestígio é, por definição, o indício daquilo que foi irremediavelmente perdido [...] é a marca de alguma coisa que foi, que passou, e deixou apenas o sinal de sua passagem; de outro, esse vestígio que chega até nós é, de maneira implícita, um indício de tudo aquilo que não deixou lembrança e pura e simplesmente desapareceu. (ROUSSO, 1996, p. 90).

Segundo Rueda, Freitas e Valls (2011, p.86), toda documentação produzida pelas instituições, que registra suas atividades e processos decisórios, começou a ser vista como memória institucional, conforme pode ser observado no excerto a seguir:

Informações organizadas e seguras para o dia-a-dia ou para momentos importantes de tomada de decisão fazem parte da rotina de qualquer tipo de instituição e tem como resultado dados, procedimentos, produtos e conseqüentemente toda a documentação desses processos que fazem parte da Memória Institucional por estarem relacionados à sua trajetória. RUEDA; FREITAS; VALLS, 2011, p.86).

No campo da Arquivologia, Schellenberg (2006) apresenta um conceito clássico de documento, como:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados e depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos. (SCHELLENBERG, 2006, p.41)

Bellotto (2006, p.35) caracteriza o documento como “qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa”. A função e o suporte do documento determinam o uso e o destino de armazenamento futuro. Os documentos de arquivo em suporte papel são, em geral, manuscritos, impressos

e exemplares únicos, produzidos pelas atividades funcionais ou intelectuais de instituições, no decurso de suas funções.

Quanto ao valor, os documentos de arquivo são identificados em: primários, para a própria instituição que o produziu em função do “cumprimento dos objetivos para os quais um órgão foi criado”; e em valores secundários, “que persistirão por muito tempo ainda depois de cessado seu uso corrente e porque os seus valores serão de interesse para outros que não os utilizadores iniciais”. Outra distinção é estabelecida entre valor probatório, ou seja, de prova que o documento contém da organização e funcionamento do órgão governamental que o produziu; e valor informativo, pela informação que contém sobre pessoas, entidades, problemas, condições com as quais o órgão tenha tratado. (SCHELLENBERG, 2006, p.180-181).

Silva, S. (2008a, p.44) faz referência à Malheiro da Silva quando este autor comenta o salto semântico da expressão “documento de arquivo” para a “informação arquivística”, pressupondo o predomínio do conteúdo sobre o suporte, mas alerta para o cuidado na sua aplicação e desautoriza seu uso crescente na Arquivologia contemporânea. Mas Silva, S. (2008a, p.45) identifica dois elementos comuns a essas definições: a natureza funcional da informação arquivística, relacionada a seus usos e funções, e a natureza orgânica da informação “produzida a partir de uma estrutura organizacional com setores, departamentos e divisões interdependentes com objetivos comuns”.

Schellenberg (2006) analisa que o aumento populacional expandiu a atividade governamental e, conseqüentemente, a produção de documentos oficiais, em volume de crescimento exponencial. Diante deste cenário e dos altos custos do espaço de guarda e de pessoal para manutenção, ao tratar da avaliação dos documentos públicos, este autor defende uma “redução em quantidade para que sejam úteis à pesquisa erudita”, pois afirma também que “os especialistas se desorientam ante a enorme quantidade de papéis oficiais modernos”. (SCHELLENBERG, 2006, p.179). Além do juízo de valor em relação à utilidade e à própria capacidade de seleção de documentos por especialistas, este posicionamento favorável ao descarte “seletivo” pode servir de argumento para justificar a eliminação de documentos, muitas vezes sem critérios, como a eliminação de autos findos da Justiça do Trabalho (SILVA, 2007, p.32). É uma

abordagem que ainda gera tensões em relação à perspectiva de análise de outras ciências que utilizam documentos como *corpus* para suas pesquisas.

Rueda, Freitas e Valls (2011) afirmam que por motivos financeiros, a documentação produzida durante as trajetórias institucionais acabou sendo levada para locais inadequados, os depósitos de documentos, dificultando a consulta e preservação dos mesmos. As autoras concluem que os Centros de Memórias foram criados a partir da conscientização das instituições de que seus documentos são testemunho de sua identidade e de sua trajetória e, portanto, importantes fontes de memória institucional.

Embora os documentos apresentem essa característica ampla, de produtos textuais, sonoros, imagéticos e tridimensionais das atividades administrativas da instituição em estudo, neste estudo são considerados os documentos textuais, em suporte papel, tais como atas de reuniões e relatórios, entre outros, que possuem características de documentos permanentes, e que podem vir a tornar-se fontes primárias para estudos históricos.

A escrita é o mais importante dos sistemas de registro e meio de armazenamento externo, condicionando a existência de um arquivo. (ASSMANN, 2011, p. 367). Assmann (2011) ilustra a condição de resíduo e testemunho dos documentos reportando-se às antigas culturas do Oriente, em que a escrita, utilizada para fins comerciais e administrativos, fez do escriba um funcionário público, “por meio da administração, de registros e de ações de chancelaria”, permitindo a criação de um complexo sistema econômico:

Como os documentos escritos não se decompunham naturalmente após o seu uso, eles constituíam um resíduo que podia ser especialmente coletado e preservado. Assim, a partir do arquivo como memória da economia e da administração, surge o arquivo como testemunho do passado. (ASSMANN, 2011, p. 367).

A polissemia da palavra arquivo estende-se tanto ao prédio planejado para a finalidade de guarda, preservação e disponibilização de documentos, quanto a outros lugares de guarda entre modestos e inadequados, tais como os próprios móveis que abrigam documentos, as salas, ou os depósitos, assim como pode se referir às técnicas de gestão de documentos físicos, e contemporaneamente, pode ser associada ao gerenciamento eletrônico da informação exponencial produzida em meio digital.

A “a ambiguidade irreduzível” do arquivo é reafirmada por Assmann (2011), a partir de Derrida, na origem da palavra, do grego *arché* e seus múltiplos significados como: início, origem, autoridade e repartição pública, de forma que o arquivo está associado desde o seu princípio com a escrita, a burocracia, a administração e os atos administrativos”. (ASSMANN, 2011, p. 367). A autora identifica o arquivo como um “armazenador coletivo de conhecimentos que desempenha diversas funções”, das quais ela destaca três como fundamentais: conservação, seleção e acessibilidade. Para a autora, os arquivos seriam definidos em termos de abertura ou fechamento, e sua acessibilidade é que define se uma instituição seria democrática ou repressiva. (ASSMANN, 2011, p. 368).

O Dicionário de Expressões da Memória Social, dos Bens Culturais e da Cibercultura apresenta em um verbete único “Arquivo”, definições que envolvem tanto o documento quanto do próprio lugar, conforme descrito a seguir:

lugar onde se encontra organizado e alojado algum tipo de documentação produzida pela ação individual ou coletiva através da escrita. O documento produzido pode conter valor administrativo e mais tarde tornar-se documento histórico ou narrativo, portanto um arquivo considerado “morto” pode no futuro contar uma história de determinada pessoa ou acontecimento. (DICIONÁRIO, 2014, p.19).

Esta perspectiva limita o arquivo a uma espacialidade e reproduz a ideia de que ele seria um depósito estéril, ao qual continua relegado pelo senso comum, quando na verdade existe um movimento que vem trabalhando no sentido oposto, de visibilizá-lo como um repositório vivo e dinâmico. (GOULART, 2016; SILVEIRA, 2013; SANTOS, A., 2012, entre outros). Porém, o verbete traz uma contribuição ao recuperar a origem do termo, fundamentada em Derrida, e de sua função democrática: “Arquivos podem ‘medir’ a democracia de um país”, na medida em que um arquivo “aberto aos populares” é visto como reflexo de uma sociedade democrática, enquanto “arquivos fechados para a sociedade revelam uma imposição autoritária.” (DICIONÁRIO, 2014, p.20).

Mal de Arquivo é um ensaio que surgiu da conferência “O conceito de arquivo, uma impressão freudiana”, proferida por Derrida em 1994, no Colóquio internacional “Memória: a questão dos arquivos”, em Londres. Pela evidência do tema, Derrida (2001) propunha uma reelaboração do conceito de arquivo em uma configuração “técnica e política, ética e jurídica”. O autor avalia que os desastres ocorridos no fim

do milênio são arquivos do mal, cujo tratamento é massivo e refinado ao mesmo tempo por uma série de manipulações que mantém uma apropriação ou poder sobre o documento, “sobre sua detenção, retenção ou interpretação.” (DERRIDA, 2001, p.7). Gondar(2005) e Candau (2014) retomam essa questão quando abordam o caráter seletivo da memória e o pensamento classificatório, inerentes aos indivíduos. Costa (1997, p.8) também refere as vozes do passado que emergem para suscitar o debate público sobre a questão dos desaparecidos durante o período de ditadura militar, a abertura de arquivos “até então inacessíveis aos pesquisadores” e o acesso à informações que estavam vedadas à sociedade brasileira.

Assmann (2011, 368) afirma que o arquivo é uma memória da dominação, “constante de legados e atestações, de certificados que são provas de direitos de poder, de posse e de origem”, antes de ser memória histórica; sendo que Derrida o vê como “uma categoria basicamente política.” Destaca-se a concordância desta autora com Derrida, através da citação de que “sem arquivo também não existe espaço público nem crítica”. (ASSMANN, 2011, p. 269). E complementa, mais adiante, que não haveria poder político sem o controle dos arquivos e sobre a memória: “Controle do arquivo é controle da memória”. (ASSMANN, 2011, p. 368). A autora exemplifica o controle do arquivo, e da memória, pelo Estado, quando ocorre uma mudança de poder político: “a existência do arquivo se desloca juntamente com as estruturas de legitimação”; e quando uma nova hierarquia de valores e uma nova estrutura de relevância são construídas, torna-se acessível ao público o que antes era secreto. A autora cita a Revolução Francesa como um exemplo de mudança radical na estrutura do arquivo, a partir da qual os documentos que perderam o valor legal não foram destruídos como era de se esperar, mas ganharam valor como prova histórica; perderam a função de legitimação, mas tornaram-se fontes históricas. (ASSMANN, 2011, p. 368).

Ao abordar a importância dos arquivos modernos, Schellenberg (2006, p.30-33) atribui quatro razões para a instituição dos arquivos públicos: eficiência governamental; fonte de cultura: obrigação pública de cuidado com os “valiosos documentos oficiais”; interesse na preservação de direitos e fonte de informações oficiais. O autor percebe na palavra “arquivo” um duplo sentido, já que ela define tanto o conjunto de documentos custodiados, como o lugar onde os mesmos são guardados. A partir de sua definição de documentos, Schellenberg (2006, p.41) conceitua “arquivo” como os documentos considerados de valor para preservação

permanente, de instituições públicas ou privadas, para fins de referência e de pesquisa, depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente. Este autor acrescenta que para serem considerados documentos de arquivos, estes devem ter sido produzidos ou acumulados na consecução de determinado objetivo e possuir valor para outros fins, além daqueles para os quais foram produzidos ou acumulados. (SCHELLENBERG, 2006, p.41).

De acordo com Assmann (2011, p.369), “onde o arquivo representar um bem comum público, como faz o museu”, haverá proteção oficial de repartições públicas que providenciam medidas institucionais para sua preservação. O *status* de um arquivo pode ser identificado como “memória institucional da pólis, do Estado, da nação e da sociedade, entre a memória funcional ou de armazenamento”, conforme estiver organizado; e principalmente, “como instrumento de autoridade; ou como repositório de conhecimento realocado.”

2.4.2 A Legislação Arquivística

Existe um conjunto de importantes instrumentos reguladores no âmbito da administração pública para a gestão documental, fruto de uma articulação de esforços de cerca de trinta anos. Indolfo (2012, p.11) refere que a construção de uma legislação arquivística é uma parte indissociável de uma política de gestão de documentos que possa garantir a transparência do Estado, o direito de acesso à informação aos cidadãos e a preservação da memória e do patrimônio arquivístico nacional. Esse movimento teve início, no Brasil, com a Constituição Federal, de 1988, que previa algumas garantias nos artigos 5^o e 216^o. Mas foi somente a partir da Lei n^o 8159, de 08 de janeiro de 1991, que o país passou a ter uma política nacional de arquivos públicos e privados.

A Lei de Arquivos apresenta como dever do Poder Público a proteção especial aos documentos de arquivo, definidos como “instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”. (BRASIL, 1991)

Na medida em que apresenta as definições de documento de arquivo, de ciclo documental, de gestão documental, responsabilização do agente público e direito de acesso aos documentos públicos pelos cidadãos, a Lei fornece os parâmetros para

a gestão documental nos órgãos da Administração Pública, como se destaca a seguir:

Arquivos, como conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos e instituições públicas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (BRASIL, art. 2^o, 1991). E arquivos públicos, como conjuntos documentais produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito municipal, estadual federal e do Distrito Federal, em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias. (BRASIL, art. 7^o, 1991).

Gestão de documentos como o “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”. (BRASIL, art. 3^o, 1991). E a responsabilização “penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerado como de interesse público e social”. (BRASIL, art. 25^o, 1991).

Silva (2007, p.123) apresenta uma descrição do que seria um programa de gestão de documentos, conforme a seguir:

[...] um Programa de Gestão de Documentos abrange os procedimentos para criação, trâmite e os prazos de guarda dos documentos por meio da Tabela de Temporalidade e do Código de Classificação de Documentos. O Programa abrange, ainda, a gestão dos documentos desde a sua criação até o seu destino final, a guarda temporária, a permanente ou a eliminação. (SILVA, 2007, p.123).

De acordo com Silva (2007, p.123) este programa envolve “todos os documentos produzidos pela instituição”, e deve ser elaborado com “apoio e auxílio de todos os seus setores.”

Indolfo (2012) destaca a participação dos agentes de fomento à política nacional de arquivos, como o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), criado em 1994, como órgão colegiado vinculado ao Arquivo Nacional, que define normas gerais e estabelece diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). A partir de 2003, com a criação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) da Administração Pública Federal, aliada à Lei de Arquivos, confere ao Arquivo Nacional um papel estratégico, como órgão central, junto aos órgãos e entidades dessa esfera de governo. E que acrescentou novos

desafios com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como lei de Acesso à Informação, que trouxe regulamentação ao acesso previsto na Constituição Federal. A autora evidencia o caráter construtivo e processual destas políticas públicas e defende a ampla participação dos agentes públicos, através de debate e o estabelecimento de corresponsabilidades.

Em tempos denominados híbridos, de convivência com documentos em suporte papel e digital, o compromisso com a legislação existente, que garante a preservação em papel, independentemente dos arquivos digitalizados, que apenas promovem a universalização do acesso, torna-se relevante. O documento em papel, além da durabilidade, oferece uma condição de prova jurídica incontestável e inviolável, enquanto o documento eletrônico ainda não oferece segurança jurídica plena, pois a legislação ainda encontra-se em discussão. (SANTOS, 2013). Esse debate é de extrema importância, pois o limiar entre as massas documentais acumuladas e sua eliminação é tênue, correndo-se risco de oferecer como legado às futuras gerações apenas o vazio lacunar da perda de memória institucional.

2.4.3 Preservação do Patrimônio Documental

Ao promover a preservação da Memória Institucional, as instituições detêm a possibilidade de disseminá-la com a criação do seu próprio lugar de memória. (RUEDA; FREITAS; VALLS, 2011, p.82).

O interesse por questões relativas à preservação da memória nacional já estava presente na década de 1990, apesar de disperso em iniciativas isoladas e diluídas nos “descaminhos das políticas de informação, de educação e de cultura, nas quais estariam inseridas as ações de organização da memória institucional.” (COSTA, 1995, p.45). Políticas que se caracterizavam por “descontinuidades” geradas “por sucessivas mudanças [...] nos órgãos públicos em geral, contribuindo para a perda de acervos históricos - os materiais da memória”, além de “visões deformadas da tecnocracia que decide sobre os investimentos científicos e tecnológicos que são feitos no país”. (COSTA, 1995, p.45).

A definição de patrimônio documental compreende elementos que são móveis, feitos de símbolos/códigos, sons e/ou imagens, preserváveis (os suportes são elementos inertes), reproduzíveis e transladáveis, o fruto de um processo de documentação deliberado. (UNESCO, 2002, p.11). No contexto do Programa

Memória do Mundo, a preservação é a soma das medidas necessárias para garantir a acessibilidade permanente do patrimônio documental. Compreende a conservação, que é definida como aquelas ações que, envolvendo o mínimo de intervenção técnica, são requeridas para prevenir uma deterioração ulterior do documento original. (UNESCO, 2002, p. 15).

Zúñiga (2005, p.242), de forma abrangente, afirma que preservação compreende todas as ações, preventivas ou interventivas, “desenvolvidas pela instituição, visando retardar a deterioração e possibilitar o pleno uso de todos os documentos sob sua guarda”; enquanto a conservação envolve uma intervenção ou tratamento que permita o manuseio do documento sem riscos a sua integridade física. Embora não seja objeto deste estudo discutir a questão da conservação preventiva, ao abordar esta questão específica, a autora descreve uma transformação que parece útil para esclarecer o movimento que se deseja incentivar junto ao IME:

não é de hoje que arquivistas e bibliotecários, além dos administradores de suas instituições, tomam para si a tarefa de preservar a documentação manuscrita ou impressa sob sua guarda, tentando dar a ela a melhor proteção e uso possíveis. [...] a grande diferença introduzida com o conceito de conservação preventiva reside na ampliação do olhar direcionado [à] instituição, que passa a ser vista como um todo, de forma integrada, a ser conduzida por meio de técnicas gerenciais. (ZÚÑIGA, 2005, p.243)

Zúñiga (2005, p.243) ampara-se em Gael de Guichen (1995), precursor no uso dos conceitos de conservação preventiva, que descreve a lenta “mudança de mentalidade ocorrida nas instituições” que criou condições para que as “camadas hierárquicas” responsáveis pelas tomadas de decisões em âmbito institucional, tenham “real conhecimento dos problemas que afetam as coleções sob sua guarda e participem, de forma ativa, das decisões que envolvem os procedimentos de preservação.” A mudança é atribuída ao deslocamento de foco, do individual para o coletivo”, além da interdisciplinaridade, ou a consciência da contribuição de especialistas de variados perfis, como “reflexo da nova maneira de encarar a relação entre os documentos e todo o seu entorno.” E essa necessidade de um “olhar abrangente” se estende “aos vários escalões hierárquicos das instituições.” (ZÚÑIGA, 2005, p.244). Quando questiona como fazer para que “detentores de tão variados saberes e funções se sintam responsáveis pela preservação das coleções?”, Zúñiga (2005, p.244) apresenta como solução um “Programa de Prevenção”, instrumento de planejamento “capaz de envolver a todos os

funcionários, graças ao método de trabalho baseado em reuniões setoriais", para "operacionalizar objetivos e políticas", equacionar as necessidades de recursos humanos ou de equipamentos, os custos, as prioridades, organizando-se um "cronograma de trabalho, a curto, médio e longo prazo, capaz de atender instituição como um todo", com objetivo de pôr em prática as ações de preservação no âmbito da instituição.

A preservação da informação arquivística é entendida por Silva, S. (2008b) como contínua e de longo prazo, constituindo um dos procedimentos operacionais da gestão documental. Silva (2007, p.166) afirma ainda que a preservação dos documentos passa "muito mais por uma questão de conscientização do que normativa."

Silva (1999, p.90) identificou no campo da memória "um deslocamento para o alargamento da compreensão de patrimônio" em acordo com mudanças que sinalizam para uma dimensão plural do social, tendo como contrapartida a valorização de histórias locais. E conclui que esse interesse pela história local não correspondeu, no Brasil, à valorização desse patrimônio coletivo construído em sucessivas gerações: "Paradoxalmente, a cada dia ganha força entre as autoridades o desejo de descartar-se de documentos espalhados em diferenciados órgãos administrativos, através de queima pura e simples". (SILVA, 1999, p.90).

Segundo Carpes e Flores (2013), o tema dos arquivos universitários tem sido estudado, mas são poucos estudos que associam o arquivo universitário à memória institucional. E foi apenas a partir da década de 1990 que os arquivos universitários começaram a ser compreendidos como "custodiadores" da memória institucional, ao destacar a relação intrínseca entre os conceitos de arquivo e de memória. Para os autores, os documentos originados das atividades de ensino, pesquisa e extensão são testemunhos da memória institucional, podendo transformar-se em fonte primária de pesquisa em vários campos de conhecimento. (CARPES; FLORES, 2013).

Os autores reafirmam que, mesmo tratando-se de elemento primordial no funcionamento das instituições, a memória institucional não é percebida e compreendida como informação estratégica dotada de valor decisório para as atividades da gestão universitária, da mesma forma que a relevância dos arquivos universitários, para o acesso à informação em domínios administrativos, históricos e

científicos nas instituições de ensino superiores, tanto públicas quanto privadas. (CARPES; FLORES, 2013).

Em relação à geração e acúmulo de grandes massas documentais e informacionais, Molina e Valentim (2001, p. 269) observam que o acesso e o uso destes conteúdos gerados pelas organizações são dificultados “pela falta da estruturação e utilização de sistemas informáticos eficientes” que possibilitem o acesso a esses conteúdos.

Portanto, percebeu-se nas concepções de gestão e preservação documental importantes instrumentos no sentido de que podem ser geradoras de aprendizagens e modificadora dos olhares individuais e institucionais sobre a relação entre a memória institucional do IME e seus registros documentais, despertando o interesse pela memória desta coletividade e pela preservação de seus vestígios.

Nesta seção, buscou-se entrelaçar diferentes pontos de vista sobre a memória, articulando e aproximando o pensamento de Halbwachs (2006), sobre a memória coletiva, com o olhar contemporâneo de Gondar (2005), Dodebei (2000), Assmann (2011), Candau (2014), entre outros. Os estudos sobre memória no âmbito institucional incluíram Andrade (2002), Boeira, Knoll e Tonon (2016), Carvalho, Vieira e Silva (2016) articulados com Costa (1997). Em relação à gestão documental, buscou-se relacionar gestão e a preservação documental com o campo da memória, especificamente a memória institucional. O referencial teórico apoiou-se na legislação arquivística, na abordagem clássica de Schelleberg (2006) e Bellotto (2006), em articulação com uma visão atual expressa em artigos da área de Arquivologia (SANTOS, 2013; SILVA, 2012).

A seguir apresenta-se o percurso metodológico desta pesquisa.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Cada sociedade humana existe e se constrói num determinado espaço e se organiza de forma particular e diferente de outras [...] todas as que vivenciam a mesma época histórica têm alguns traços comuns, dado o fato de que vivemos num mundo marcado pelo influxo das comunicações. Igualmente, as sociedades vivem o presente marcado por seu passado e é com tais determinações que constroem seu futuro, numa dialética constante entre o que está dado e o que será fruto de seu protagonismo. Portanto a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características de qualquer questão social. (MINAYO, 2009, p. 12)

O percurso metodológico do estudo partiu de uma reflexão sobre a pesquisa social, para tornar claras as distintas abordagens metodológicas em diferentes campos empíricos, já que a proposição do presente estudo em uma unidade universitária voltada para a área de matemática e estatística poderia gerar questionamentos: quês entrelaçamentos seriam possíveis de ocorrer neste lugar que problematiza o conhecimento em campos teóricos que privilegiam as certezas oferecidas pelas ciências exatas, com o campo da memória social, tão rico em problematizações que desafiam tais certezas?

Sem pretender uma resposta definitiva, apresenta-se somente um ponto de partida: observou-se, no IME, um grupo de indivíduos que, no decorrer do tempo, vêm articularam um espaço, que é um espaço de reflexões e práticas educacionais e administrativas, assim como de memórias compartilhadas. Espaço baseado em muitos pontos de vista que promovem concordâncias e conflitos, mas que seguem contribuindo, por meio de seu trabalho, para a constituição e a permanência da instituição no tempo, e que tem produzido registros documentais dessa memória, como produtos de ações no mundo.

Algumas reflexões de Minayo (2009), em relação aos diferentes olhares sobre a realidade, em especial entre as ciências naturais e sociais, foram importantes para a definição das escolhas metodológicas deste estudo. Ao discorrer sobre o desafio da pesquisa social, Minayo (2009) afirma que as contradições e conflitos permeiam o campo científico, apesar da normatividade; e que embora a ciência seja a forma hegemônica de construção da realidade na sociedade ocidental, ela é apenas um dos instrumentos explicativos para o significado da existência individual e coletiva. Assim, a ciência não é exclusiva, nem conclusiva ou definitiva, pois para “problemas essenciais como a pobreza, a miséria, a fome, a violência, a ciência continua sem respostas e sem propostas”. (MINAYO, 2009, p.10).

Gil (1989, p.20-21) considera ciência uma definição controversa, embora identifique características que permitem delimitá-la, como uma forma de conhecimento “objetivo, racional, sistemático, geral, verificável e falível”. A hegemonia da ciência é atribuída a duas razões principais: uma de ordem externa, na qual ela responde a questões técnicas e tecnológicas criadas pelo desenvolvimento industrial; e outra, de ordem interna, relaciona-se à linguagem fundamentada em conceitos, métodos e técnicas para compreensão dos fenômenos, processos e relações, utilizada de forma coerente e instituída por uma comunidade que controla e administra sua reprodução. Apesar desta normatividade, o campo científico é permeado por conflitos, polêmicas e questionamentos, o que denota que ele não pode se reduzir a uma forma determinada de conhecer. (MINAYO, 2009).

No âmbito das ciências sociais, a pesquisa também apresenta conflitos em relação à norma da cientificidade já construída, mas de forma diferente das ciências naturais, a pesquisa social “se faz por aproximação, mas ao progredir elabora critérios de orientação cada vez mais precisos.” (MINAYO, 2009, p.12).

Foi esta a concepção que orientou o presente estudo, pois à medida que se avançou na compreensão teórica e na abordagem metodológica, a análise do caso tornou-se mais evidente. Em concordância com Minayo (2009), percebe-se que a realidade social é um centro dinâmico da vida individual e coletiva e mais rica de significados que qualquer teoria, pensamento ou discurso que seja elaborado a partir dela. As ciências sociais dispõem de instrumentos e teorias para realizar a aproximação ao “conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nas representações sociais, nas expressões da subjetividade, nos símbolos e significados” que a caracterizam. (MINAYO, 2009, p.14). Portanto, o presente estudo parte destes princípios quando busca relacionar a trajetória do IME com a gestão de seus registros documentais, visibilizando e articulando a memória institucional.

A metodologia é entendida como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, o que inclui o método ou teoria de abordagem, as técnicas ou instrumentos de operacionalização do conhecimento e a criatividade, experiência ou sensibilidade do pesquisador. (MINAYO, 2009, p.14). A seção seguinte apresenta a abordagem escolhida para este estudo.

3.1 A Pesquisa Qualitativa

Realizar uma investigação na instituição onde se está imersa apresenta suas dificuldades. Como distanciar-se para realizar uma avaliação crítica, quando se conhece o espaço desde dentro? E como identificar no cotidiano transitório e imediato os elementos que podem possuir significado e permanência? Tais questões acompanharam os delineamentos iniciais. A opção deste estudo pela pesquisa qualitativa deu-se porque a mesma se ocupa com um nível de realidade que não pode ou não deve ser quantificado, pois estuda questões subjetivas, em que o conjunto de fenômenos como os significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores, entendidos como parte da realidade social, precisam ser investigados para a compreensão (MINAYO, 2009).

Estudos qualitativos se caracterizam por descrição, compreensão e interpretação e são adequados quanto ao tratamento e operacionalização contextual de fenômenos complexos. (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p.62). É o espaço das relações, das representações e da intencionalidade, que dificilmente é traduzível em números e indicadores quantitativos. (MINAYO, 2009, p.21).

Portanto, entende-se que a pesquisa qualitativa apresenta-se mais adequada, considerando-se o objetivo de analisar a gestão documental praticada no Instituto de Matemática e Estatística (IME) da UFRGS e sua relação com a Memória Institucional. Para atingir ao objetivo procedeu-se a um estudo de caso.

3.2 Estudo de caso

O Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal do Rio Grande do Sul constitui-se do caso estudado nesta pesquisa. A relevância do caso deve-se ao ineditismo de se estudar os aspectos de Memória Institucional e da gestão documental cujo foco é uma Unidade Acadêmica da área de Ciências Exatas, de relevância nacional, especificamente Matemática e Estatística.

O estudo de caso compreende o estudo de uma “unidade social” analisada de forma profunda e intensa (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p.62), permitindo seu conhecimento detalhado. (GIL, 1989, p.78). É o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo, em seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são percebidos de forma clara. (GIL, 1989, p.78).

Entende-se que os contornos entre o fenômeno da memória institucional relacionado à gestão documental no contexto do IME encontram-se difusos, e que a abordagem do estudo de caso seja adequada para o estudo do tópico empírico da Memória Institucional no Instituto de Matemática e Estatística da UFRGS.

O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa abrangente e utilizada com bastante regularidade nas Ciências Sociais (YIN, 2001; ARAUJO et al., 2008); e a mais utilizada quando se pretende conhecer o “como?” e o “porquê?” em uma investigação. (YIN, 2001, p.25). A seguir apresenta-se uma síntese de definições sobre o estudo de caso, apresentadas por Araujo et al. (2008):

Quadro 4 – Síntese de definições e características do estudo de caso

| Autores | Definições de Estudo de Caso |
|-------------------------------|--|
| Yin (1994) | Baseia-se nas características do fenômeno em estudo e no conjunto de características associadas ao processo de coleta de dados e às estratégias de análise dos mesmos. |
| Bell (1989) | É um termo “guarda-chuva” para uma família de métodos de pesquisa cuja principal preocupação é a interação entre fatores e eventos. |
| Fidel (1992) | É um método específico de pesquisa de campo. |
| Coutinho (2003) | Quase tudo pode ser um “caso”: um indivíduo, um personagem, um pequeno grupo, uma organização, uma comunidade ou uma nação. |
| Ponte (2006) | Investigação que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, em certos aspectos, para descobrir o que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenômeno de interesse |
| Benbasat et al. (1987) | Fenômeno observado no seu ambiente natural; dados recolhidos de diversos meios: observações diretas, indiretas, entrevistas, questionários, registros de áudio e vídeo, diários e cartas; uma ou mais entidades (pessoa, grupo, organização) analisadas; a complexidade da unidade é estudada em profundidade; pesquisa dirigida aos estágios de exploração, classificação e desenvolvimento de hipóteses do processo de construção do conhecimento; não são utilizadas formas experimentais de controle ou manipulação; o investigador não precisa especificar antecipadamente o conjunto de variáveis dependentes e independentes; Pesquisa envolvida com questões “como?” e “porquê?” ao contrário de “o quê?” e “quantos?” |
| Coutinho; Chaves (2002) | A investigação decorre em ambiente natural; de fontes múltiplas de dados e métodos de coleta diversificados: observações diretas e indiretas, entrevistas, questionários, narrativas, registros de áudio e vídeo, diários, cartas; preservando o caráter “único, específico, diferente, complexo do caso”. (MERTENS, 1998 citado por COUTINHO; CHAVES, 2002, p.224). É um caso sobre “algo”, que necessita ser identificado, para conferir foco e direção à investigação (COUTINHO; CHAVES, 2002, p.224). Sistema limitado, cujas fronteiras “em termos de tempo, eventos ou processos”, nem sempre são claras e precisas. (CRESWELL, 1994 citado por COUTINHO, CHAVES, 2002, p.224); |

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Araújo et al., 2008.

O estudo de caso utiliza técnicas comuns à pesquisa histórica, mas a observação direta e a série sistemática de entrevistas são duas fontes de evidências

que o diferenciam, além da própria capacidade para usar uma ampla variedade de evidências, entre documentos, artefatos, entrevistas e observações. (YIN, 2001, p. 27). Os métodos e procedimentos de coleta, assim como de apresentação de evidências são considerados essenciais para a pesquisa social científica. (BAUER; GASKELL, 2003, p. 29).

Ao reforçar a importância de trabalhar a complexidade, especificidade e diferenciações do objeto de pesquisa, que precisa ser simultaneamente contextualizado e tratado em sua singularidade, Minayo (2009, p.25-26) propõe uma divisão da pesquisa qualitativa em três etapas, que denomina fase exploratória, trabalho de campo, e análise e tratamento do material empírico e documental.

A etapa exploratória deste estudo foi dedicada à estruturação do projeto desta pesquisa, com a definição e delimitação do objeto, seu desenvolvimento teórico e metodológico, cronograma e o planejamento e elaboração de instrumentos de coleta de dados. Correspondeu também ao levantamento bibliográfico para o estado da arte nos catálogos online da Biblioteca do UNILASALLE e do SABI/UFRGS, sites institucionais das Unidades Acadêmicas, do Museu e do Arquivo Geral da UFRGS, de IFES, tais como UFSM e UFPel, do Arquivo Nacional e Conselho Nacional de Arquivos, bem como acesso ao Repositório Digital LUME/UFRGS e o Portal de Periódicos CAPES; e de algumas fontes documentais, tais como os relatos dos pioneiros, ou seja, os docentes que estiveram a frente da criação do IME quando ele ainda era apenas IM.

A etapa de trabalho de campo, momento relacional e prático, no qual a construção teórica elaborada na primeira fase foi levada à prática empírica, combinou instrumentos de levantamento documental, fotográfico, observação e entrevistas. Para este estudo, o trabalho de campo correspondeu ao agendamento, aplicação e transcrição das entrevistas com os sujeitos de pesquisa, baseadas em roteiro semiestruturado, realização dos registros fotográficos e prospecção documental.

Bauer e Gaskel (2003, p.20-21) evidenciam que o que se conhece e se experiencia é um mundo representado a partir da realidade, e constituído através de processos comunicativos que geram dados nos quais a pesquisa social se apoia. Dessa forma, os autores distinguem a comunicação formal e a informal como dois modos de obtenção de dados sociais; além de três meios pelos quais os dados podem ser construídos: textos, imagens e materiais sonoros. Na pesquisa social, o

interesse reside no modo espontâneo pelo qual as pessoas se expressam, “e falam sobre o que é importante para elas e como elas pensam sobre suas ações e as dos outros.” (BAUER; GASKEL, 2003, p.21).

Por fim, o tratamento do material empírico e documental e análise consistiram no conjunto de procedimentos e etapas para compreender e interpretar os dados empíricos e articulá-los com a teoria que fundamenta o estudo. Minayo (2009) subdivide esta fase em três procedimentos: ordenação dos dados; classificação dos dados; e análise propriamente dita. Para este estudo, adotou-se a análise de conteúdo temática para o tratamento do material empírico, correspondendo à ordenação e classificação das categorias de análise que emergiram das entrevistas e da observação sistemática. De acordo com Minayo (2009, p.27), o tratamento do material conduz a uma busca pela lógica interna do grupo analisado, reiterando que a análise qualitativa não é uma “mera classificação de opinião dos informantes”, mas a descoberta de seus códigos sociais a partir de falas, símbolos e observações. Por fim, o ciclo de pesquisa, materializado em planos complementares, e delimitado no tempo a partir de um cronograma, não é fechado, pois além de conhecimento, gera novas indagações. A construção de uma cadeia de evidências configura o estudo de caso, de modo que o leitor perceba a apresentação das evidências que legitimam o estudo “desde as questões de pesquisa até as conclusões finais.” (ARAUJO et al., 2008, p.16). Apresenta-se um mapa mental do estudo e a seguir o universo da pesquisa.

Figura 4 - Delineamento deste estudo de caso



Fonte: elaborado pela autora.

3.3 Universo da Pesquisa

A imersão no trabalho de campo de coleta de dados, e posterior tratamento e análise do material empírico e documental seguiram as fases descritas a seguir.

3.3.1 Pesquisa documental

A pesquisa documental teve como foco a localização de documentos que pudessem configurar fontes primárias e que auxiliassem a reconstruir a trajetória do IME, constituindo um acervo documental do IME. Além dos relatos dos pioneiros Tietböhl e Rodrigues, localizou-se o texto de Taitelbaum e Brietzke, até então sem datação ou registro físico, circulando na *web*. Os três formam um conjunto sobre a fase inicial do IME. A busca por documentos primários resultou ainda em duas intervenções: uma em 2015, na qual foram removidos os documentos que estavam em um depósito, armazenados de forma inadequada para um armário compartilhado em um dos laboratórios do prédio 43111. E outra resultante da reestruturação e mudança das salas das chefias dos Departamentos para uma sala única, na qual foi necessário mover os documentos que datam desde a década de 1950. A previsão inicial era que a coleta das informações resultantes dessa pesquisa documental fosse realizada através de instrumento criado para o seu registro, contemplando o setor de guarda, data, tipo de documento e assunto. Dadas as dimensões deste trabalho, considerou-se sua realização incompatível com o tempo previsto para a pesquisa de campo, pelo volume e nível de profundidade a ser aplicado em todos os setores desta Unidade Acadêmica. Dessa forma, embora a pesquisa documental não tenha sido realizada exaustivamente, pode-se comprovar a partir destas duas amostragens que há um volume considerável de documentos com caráter permanente e histórico que necessita de tratamento técnico. No que se refere aos demais setores produtores e armazenadores de documentos, optou-se por incluir no roteiro das entrevistas uma questão referente aos tipos de documentos sob guarda dos setores, como técnica de coleta de dados, o que permitiu identificar quais são as fontes documentais indispensáveis para memória institucional. Para Yin (2001), entre as vantagens da pesquisa documental destaca-se que ela é estável, pois pode ser revisada inúmeras vezes, possuindo ampla cobertura no tempo, muitos eventos e muitos ambientes distintos.

3.3.2 Observações e Registros Fotográficos

A observação foi uma etapa considerada essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa, fornecendo oportunidades incomuns para a coleta de dados em estudo de caso. (YIN, 2001).

Entre as oportunidades, estão o acesso a informações, eventos ou grupos que seriam inacessíveis à investigação científica, e a capacidade de perceber a realidade do ponto de vista de alguém de "dentro" do estudo de caso, e não de um ponto de vista externo. Entre os problemas a serem considerados estão a produção de eventuais pontos de vista tendenciosos, a pouca habilidade para trabalhar como um observador externo, o envolvimento do observador com o grupo fazendo-o tomar partido sob apenas um ponto de vista, e a falta de tempo suficiente para anotações ou perguntas sobre os eventos sob perspectivas diferentes. (Yin, 2001). Diante da observação destas advertências, a pesquisa de campo pode ser realizada de forma mais criteriosa e cuidadosa para não incorrer neste tipo de equívoco. Tais cuidados foram importantes para reflexões a respeito da observação desta pesquisa.

As observações realizadas no IME, uma vez que a pesquisadora é servidora do local, incluíram a reunião de informações sobre como o grupo percebe a sua memória e a trajetória institucional, e buscaram reunir informações sobre a sua constituição, estrutura administrativa e área física, assim como sobre suas áreas de atuação e serviços prestados para melhor compreender o cenário atual de gestão e da memória institucional, a partir dos entendimentos e decisões tomadas ao longo de sua existência. Os registros fotográficos consistiram na produção de imagens das antigas sedes do IME, das dependências da atual sede e dos processos de deslocamento e identificação de massas documentais, mediante autorização dos gestores e pessoas identificadas nas imagens. As fotografias e anotações das observações foram utilizados desde a fase inicial de elaboração da pesquisa, como forma ordenar os eventos e tornaram-se primordiais na etapa de contextualização e de análises das entrevistas.

3.3.3 Entrevistas e a (difícil) Escolha dos Entrevistados

O delineamento teve como critério a realização de entrevistas externas ao IME, com as direções da Seção de Arquivo Geral e do Museu da UFRGS, para orientação

dos órgãos coordenadores de políticas de gestão documental e de preservação do patrimônio documental, de acordo com sugestões acolhidas na fase de apresentação do projeto.

O critério para a escolha dos participantes foi o de entrevistar os docentes e servidores técnico-administrativos em exercício na função de gestão nos setores produtores e armazenadores de documentos no IME: diretora da Unidade Acadêmica, bibliotecário-chefe da Biblioteca Setorial, chefes de Departamento (DMPA e DEst), coordenadores de Comissões de Graduação (Matemática e Estatística), Coordenadores dos PPGs (Ensino, Matemática e Matemática Aplicada), coordenadores das Comissões de Pesquisa e Extensão, coordenador do NAE, e gerente administrativo. Como parte dos gestores atuais integra uma nova geração no Instituto, e alguns dos gestores já passaram por outros cargos no IME antes dos atuais, a estratégia inicial foi revista e, algumas entrevistas procuraram contemplar a experiência dos gestores em cargos/setores anteriores aos atuais. É o caso de ex-diretores que atuaram em outras instâncias administrativas do IME. Pareceu importante também entrevistar alguns servidores técnico-administrativos com mais experiência administrativa no IME que não ocupavam cargos de gestão.

Embora a finalidade da Universidade e de suas Unidades Acadêmicas seja o atendimento aos discentes, como seu público alvo, este público externo se renova a cada ciclo formativo. Assim, os alunos são portadores de memórias relacionadas a um período relativamente breve, por isso optou-se por não integrá-los a presente pesquisa, entendendo-se que esta seja uma das limitações desta pesquisa.

Sou gestor(a) no IME, por que não fui entrevistada? Dadas as limitações operacionais lamentavelmente não foi possível entrevistar todos os gestores que atuavam no período de realização do estudo, pois na maioria dos setores a gestão, e principalmente a gestão documental, é compartilhada entre servidores docentes e técnico-administrativos. No universo dinâmico de 72 docentes e de 24¹⁹ técnico-administrativos, do quadro de servidores efetivos, seriam nove docentes e nove técnico-administrativos, mas como muitos dos gestores atuais ingressaram há relativamente pouco tempo podem ser considerados “novos no IME”, o que limitaria o olhar retrospectivo que se buscava. O recorte delineado a partir destas definições viabilizou entrevistas com cinco ex-diretores, com ampla experiência porque também

¹⁹ Os números se referem ao quadro do IME em outubro de 2016.

ocuparam cargos de gestão de Departamento ou Comissões de Graduação; além de ampliar a visão incluindo alguns servidores técnico-administrativos não gestores, da seguinte forma: i) atuais gestores da Administração Central responsáveis pelas políticas de gestão de documentos e de patrimônio na Universidade, os gestores atuais do IME; ii) atuais gestores do IME, incluindo Direção da Unidade, Núcleos da Gerência Administrativa, Coordenação das Comissões de Graduação e dos Programas de Pós-Graduação e Chefia da Biblioteca; iii) alguns servidores técnico-administrativos que não exercem cargo de gestão.

A intenção era iniciar pelas entrevistas externas, com as direções do Arquivo Central e do Museu da UFRGS. De fato, a primeira entrevista foi realizada com a direção do Arquivo Central, mas as demais entrevistas foram realizadas de acordo com as possibilidades de agendamento e horário dos(as) entrevistados. No âmbito do IME, a pesquisa foi desenvolvida nos setores administrativos, pois a gestão documental é realizada de forma descentralizada, por cada um dos setores produtores de documentos da Unidade. Entende-se que estes locais sejam responsáveis pela gestão documental e depositários da memória institucional. Devido às características da instituição e seus diversos setores, as entrevistas foram agendadas e realizadas em etapas, para não interferir nas rotinas e devido à demanda de atividades de alguns colegas.

O recorte das entrevistas envolveu os servidores docentes e técnico-administrativos que estavam em funções de gestão até outubro de 2016. Houve uma repentina troca de gestão quando a então diretora do IME foi convidada para assumir a função de Pró-Reitora de Assuntos Estudantis e a gestão do IME passou a ser exercida pela vice-diretora. Em novembro foram realizadas eleições para a direção e Conselho da Unidade, e logo a seguir o novo diretor foi empossado. Nesse cenário dinâmico, não foi possível entrevistar todos.

Com o desenrolar das primeiras entrevistas, houve a necessidade de recuperar o depoimento de ex-gestores citados pelos primeiros gestores entrevistados no IME: duas ex-diretoras, já aposentadas, continuavam em atividade, como docentes colaboradoras convidadas; um ex-diretor aposentado e outro em atividade docente. Optou-se por finalizar as entrevistas com a ex-diretora da gestão 2012-2016, pois acredita-se que assim se reuniu um grupo com o distanciamento necessário para uma análise sobre a trajetória do IME, de 1985 até 2016.

À medida que as entrevistas foram se desenvolvendo, ficou claro o papel de protagonismo dos gestores técnico-administrativos no desempenho da gestão documental. Nas entrevistas com os gestores docentes, foi esclarecido que a atividade de gestão documental é realizada de forma autônoma pelos servidores responsáveis pelos setores. Diante dessa percepção, houve uma mudança na seleção dos entrevistados, em relação aos gestores no IME.

Dessa forma, os critérios definitivos de seleção de entrevistados podem ser resumidos conforme a seguir, perfazendo, ao total, dezoito entrevistas: i) duas entrevistas, com as atuais gestões da Administração Central responsáveis pelas políticas de gestão de documentos e de patrimônio na Universidade, respectivamente a Direção do Arquivo Central e do Museu da UFRGS; ii) cinco entrevistas, com docentes, ex-diretores que atuaram em sete gestões do IME; iii) oito entrevistas, com servidores técnico-administrativos ocupantes de cargos de gestão do IME; iv) três entrevistas, com servidores técnicos-administrativos sem cargo de gestão.

Convém esclarecer a diferença entre cargo e função na administração pública. Cargo público é o “conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor” Já a função é a investidura do servidor ocupante de cargo efetivo em função de direção, chefia ou assessoramento. Na Universidade as funções são as gerências, além de direções. (BRASIL, 1990).

As dezoito entrevistas com ex-diretores e técnico-administrativos foram realizadas de junho a novembro de 2016, e ocorreram em diversos lugares: foi privilegiada a sala A110, por ser um local mais reservado. Quando não foi possível por razões diversas, as entrevistas foram realizadas na residência de um ex-diretor, em um dos bares do Campus do Vale, em uma cafeteria no Bom Fim, e nos setores do IME, reservando-se de 1h a 2h para a sua realização. As entrevistas com gestores externos foram feitas no Arquivo Central e no Museu respectivamente.

Os protocolos de questões norteadoras encontram-se nos APÊNDICES A e B. Salienta-se que essas questões são semiestruturadas, servindo apenas como roteiros norteadores, que permitiram a abordagem sem prender-se à questão formulada. (MINAYO, 2009) Portanto, não foram aplicadas de maneira rígida e linear, pois se manteve o cuidado em não interromper o fluxo da narração dos(as)

entrevistados(as), tal como é preconizada nas melhores práticas das técnicas de entrevista semiestruturada (BAUER; GASKEL, 2003).

Posteriormente, as entrevistas gravadas foram transcritas. O número de entrevistados foi definido durante o desenvolvimento da fase de coleta de dados, resultando no quadro 5.

Quadro 5 – Tempo de Gravação e Número de Páginas Transcritas

| Data | | Entrevistado (a) | Tempo de gravação | Nº de páginas transcritas |
|--|------------|--|-------------------|---------------------------|
| 1 | 16/06/2016 | Diretora da Divisão de Documentação | 1h22min39s | 22p. |
| 2 | 29/07/2016 | Gerente do Núcleo Acadêmico | 0h29min53s | 11p. |
| 3 | 25/08/2016 | Gerente Administrativa do IME | 1h18min34s | 17p. |
| 4 | 05/09/2016 | Ex-Secretária das COMGRADS | 0h57min25s | 20p. |
| 5 | 09/09/2016 | Secretária do PPG Matemática Aplicada | 0h31min41s | 09p. |
| 6 | 26/09/2016 | Ex-Diretor | 1h18min57s | 18p. |
| 7 | 28/09/2016 | Ex-Diretora | 1h13min19s | 18p. |
| 8 | 28/09/2016 | Gerente do Núcleo de Graduação | 1h05min49s | 20p. |
| 9 | 30/09/2015 | Estatístico do NAE | 1h32min22s | 19p. |
| 10 | 02/10/2016 | Secretário do PPG Ensino da Matemática | 0h40min07s | 15p. |
| 11 | 02/10/2016 | Valdenir | 0h34min02s | 09p. |
| 12 | 07/10/2016 | Chefe da Biblioteca do IME | 1h12min28s | 17p. |
| 13 | 07/10/2016 | Ex-Diretora | 1h29min12s | 17p. |
| 14 | 11/10/2016 | Ex-Diretor | 1h11min | 15p. |
| 14 | 13/10/2016 | Diretora do Museu da UFRGS | 1h00min32s | 18p. |
| 16 | 17/10/2016 | Ex-Diretora | 1h01min10s | 15p. |
| 17 | 27/10/2016 | Secretária do PPG Matemática | 1h18min51s | 19p. |
| 18 | 18/11/2016 | Gerente do Núcleo Financeiro | 0h50min35s | 11p. |
| Total de Tempo de Gravação e Volume de Transcrições | | | 19h9min28s | e 290p. |

Fonte: elaborado pela autora

Minayo (2009, p.65) afirma que “cada entrevista expressa de forma diferenciada a luz e a sombra da realidade”. As entrevistas são fontes de informação primária, construídas no diálogo com os(as) entrevistados(as) que revelaram suas reflexões sobre a realidade vivenciada, e são dados subjetivos que dependem da contribuição individual, e constituem representações sobre maneiras de pensar e atuar. (MINAYO, 2009).

Para a análise, percebeu-se a necessidade de segmentar as falas em instâncias, cujo critério foi o de instâncias de decisão, da Administração Central até os servidores técnico-administrativos que executam as ações planejadas, para as quais se optou por quatro recortes de análise. Criou-se uma legenda em substituição aos nomes, cargos e funções, para preservação de suas identidades, levando em consideração as questões éticas. As direções da Divisão de Documentação e do

Museu foram identificadas como Gestor Técnico-Administrativo da Administração Superior (GTAC); os ex-Diretores como Gestor Diretor (GD); os servidores gestores como Gestor Técnico-Administrativo do IME (GTA) e os demais servidores entrevistados foram identificados como Técnico-Administrativo (TA), como sintetizados no Quadro 6.

Quadro 6 – Instâncias de Análise

| Instância | Local | Cargo/Função | Legenda | Número de depoimentos |
|--|--|---|--|-----------------------|
| 1ª Instância Administração Central | Arquivo Central Museu | Arquivista/Diretora da Divisão de Documentação Historiadora/Diretora do Museu | GTAC1 GTAC2 | 2 |
| 2ª Instância Administração da Unidade Acadêmica | Direção do IME | Professores/Ex-diretores (gestão 1981-1982); (gestões 1989-1992 e 1997-2000); (gestão 2001-2004); (gestões 2005-2008 e 2009-2012) (gestão 2013-2016) | GD GD1 GD2 GD3 GD4 GD5 | 5 |
| 3ª Instância | Gerência administrativa, Programas de Pós-Graduação e Biblioteca | Gerentes Secretários dos PPGs Bibliotecário/Chefe da Biblioteca | GTA1 GTA2 GTA3 GTA4 GTA5 GTA6 GTA7 GTA8 | 8 |
| 4ª Instância Executores | NAE, SRC e Secretaria Geral | Servidores sem cargo de gestão: Estatístico, Assistente em Administração, Eletricista | TA1 TA2 TA3 | 3 |

Fonte: elaborado pela autora.

3.3.4 Tratamento e análise do material

Dodebei e Orrico (2012, p.11) perceberam o crescimento de dois caminhos metodológicos na abordagem do campo de interface entre informação e memória: análise de conteúdo (AC) e análise do discurso (AD). Para Costa (1997, p.123), “categorizar, combinar e ordenar são atividade que requerem seleção”. A análise dos dados teve por base a técnica de análise de conteúdo, através da qual buscou-se descobrir o que estava por trás dos conteúdos manifestos, além das aparências do que estava sendo comunicado, tal como indica Minayo (2009). Para a finalidade deste estudo, optou-se pela análise de conteúdo temática, cujo conceito central é o tema, graficamente representado por uma palavra, uma frase ou um resumo mostrou-se adequada. (MINAYO, 2009).

O foco da análise e interpretação dos dados foi uma exploração do conjunto de representações sobre o tema do estudo e não abrangeu a totalidade das falas (MINAYO, 2009), mas buscou evidenciar os diferentes pontos de vista, que ora promovem aproximações e ora geram distanciamentos. A análise temática envolveu uma descoberta dos núcleos de sentido cuja presença mostrou-se significativa para os objetivos do estudo. (MINAYO, 2009). O processo compreendeu a decomposição em unidades de registro, em frases e orações; e a definição de unidades de contexto, da qual a unidade de análise faz parte. (MINAYO, 2009) Os procedimentos metodológicos de análise de conteúdo compreenderam categorização, inferência, descrição e interpretação, o que não ocorreu de modo sequencial. (MINAYO, 2009). Bardin (2016) identifica as etapas como pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A análise por categorias, no conjunto de técnicas de análise de conteúdo, é a mais antiga e a mais utilizada, funcionando por operações de desmembramento do texto em unidades ou categorias, reagrupadas por analogia. (BARDIN, 2016, p.201).

Os roteiros para as entrevistas (APÊNDICES A e B) tiveram por objetivo manter o foco nas categorias inicialmente delineadas pelos objetivos, denominadas de temas-chave: trajetória profissional, a partir da qual se descortinou a trajetória da Unidade Acadêmica; memória, para captar as percepções sobre memória institucional; gestão e gestão documental, para identificar suas relações e limitações. O foco voltou-se ao entendimento e às percepções, pelos(as) entrevistados(as), sobre a memória institucional, os documentos e sua gestão como um elemento de referência para a memória do IME, diante de um cenário em constante mutação. Porém, durante as entrevistas, e posteriormente, com as análises, percebeu-se que algumas respostas não correspondiam diretamente às questões inicialmente formuladas, baseadas no roteiro semiestruturado e nos temas-chave. apesar de oferecerem contribuições importantes para o entendimento da realidade local. As categorias emergentes, denominadas de subcategorias, nem sempre tiveram expressão ou relação direta, mas surgiram em momentos de emoção e resignificação do vivido. Pollak (1989), ao trazer como exemplo entrevistas em casos de história de vida, descreve a seguinte situação, que pode ser percebida em outros tipos de entrevista, tal como a semiestruturada:

[...] a mesma pessoa volta várias vezes a um número restrito de acontecimentos (seja por sua própria iniciativa, seja provocada pelo entrevistador) [...] encontra-se um núcleo resistente, um fio condutor [...] sugerem que estas últimas devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relato, factuais. (POLLAK, 1989, p.13).

Essa “reconstrução *a posteriori*”, ordena os acontecimentos que balizaram a trajetória, buscando “uma certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos-chaves [...], e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica”. Nesse trabalho de “reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros”. (POLLAK, 1989, p.13)

Assim, trajetórias pessoais e profissionais se confundem com memórias sobre a UFRGS e sobre o Campus do Vale, além do IME, pois os relatos expressam as diferentes visões e recortes selecionados pelos entrevistados como significativos para serem mencionados, mesmo que tenham configurado um foco secundário.

Por fim, o conteúdo das dezoito entrevistas foi transcrito e os dados sistematizados nos seguintes temas-chave e subcategorias, para análise:

Quadro 7 - Síntese de Categorias Analisadas

| Categoria | Convenção | Temas-chave | Subcategorias |
|---|-----------|--|---|
| Categoria Gestores Técnico-administrativos da Administração Central | GTAC | Trajetória Profissional | Lugares e Temporalidades |
| | | | Laços Afetivos |
| | | Relações com a Memória Institucional | Gestão e Mudanças |
| | | | Trajetória do IME |
| | | | Identities |
| | | Gestão Documental | Atribuições do Arquivo e do Museu |
| | | | Assessoria e Parceria |
| | | | Digitalização e Descarte da Memória |
| | | | Valor e Perda da Memória |
| | | | Boas Práticas |
| Categoria Gestores Técnico-administrativos do IME | GTA | Trajetória Profissional | Laços Afetivos com o IME |
| | | | Identities |
| | | Trajetória Institucional e Crescimento | Gestão e Mudanças |
| | | | Entendimentos sobre a Memória Institucional |
| | | Gestão Documental | Atribuição de Valor aos Documentos |
| | | | Conhecimentos Arquivísticos |
| | | | Critérios Setoriais |
| | | | Digitalização e Descarte |
| | | | Reflexões Inesperadas |
| | | | Arquivo Imaginário |

Continua

Continua

| Categoria | Convenção | Temas-chave | Subcategorias |
|---|-----------|---|------------------------------------|
| Categoria Técnico-administrativos Não Gestores do IME | TA | Trajetória Profissional | Trajetória do IME |
| | | Relações com a Memória Institucional e Gestão | Laços Afetivos com o IME |
| | | | Eventos Comemorativos e Homenagens |
| | | | Gestão e Integração |
| | | | Gestão e Conflito |
| | | Gestão Documental | Práticas e Documentos Híbridos |
| | | | Verbalização e Insights |
| Entre Arquivo Morto e Depósito | | | |

Fonte: Elaborado pela autora

Apresenta-se a seguir, o principal produto final proposto.

3.4 Produto Final

Como produto final do Mestrado Profissional, propôs-se a realização de um Ciclo de Palestras, conforme necessidade evidenciada durante a coleta e análise de dados, descrito a seguir. Cabe destacar que o projeto foi submetido à apreciação da Escola de Desenvolvimento da UFRGS (EDUFRGS²⁰), para que o evento pudesse ter maior visibilidade e oportunizar a participação de interessados de outras unidades da UFRGS, além de contar como horas de capacitação aos inscritos. A proposta é apresentada a seguir, no formato requerido.

Nome da Ação De Aperfeiçoamento: Ciclo de Palestras Gestão documental e construção da Memória Institucional: o que, como e porque queremos preservar?

Justificativa: Propõe-se a presente iniciativa a partir de pesquisa sobre a memória institucional no Instituto de Matemática e Estatística considerando-se que: i) identificou-se no âmbito do IME a necessidade de uma melhor compreensão sobre a questão da memória institucional nas Unidades Acadêmicas, visando ações integradas a partir de um entendimento coletivo do papel de cada na construção da memória da Universidade; ii) e que há um conjunto de recentes pesquisas que oferecem, em suas especificidades, uma visão ampliada sobre as experiências e

²⁰ Formulário disponível em: <<http://www.ufrgs.br/edufrgs/dqa/submissao-de-projetos>>. Acesso em dez.2016.

iniciativas que vem se desenvolvendo em prol da memória e da gestão do patrimônio documental da Universidade.

Objetivo geral: Promover a reflexão sobre a importância da gestão documental para a memória institucional e proporcionar a troca de experiências em gestão documental.

Objetivos específicos:

Apresentar as diferentes abordagens envolvidas na construção da Memória Institucional;

Apresentar pesquisas recentes sobre a memória institucional com foco na gestão de documentos;

Apresentar relatos de experiências e ações de gestão documental que visam promover a preservação da memória institucional.

Conteúdo Programático

Encontro 1: Relato de pesquisa de mestrado *A Memória Institucional no IME: apresentação e resultados*

Ministrante: Ana Lérida P. Gutierrez

Conteúdo:

- Memória e História;
- Memória Social, Memória Coletiva, Memória Institucional;
- Documentos e Arquivos;
- Instâncias de gestão e preservação documental na UFRGS;
- De onde falamos? O IME no Organograma UFRGS: relações e interações;
- Gestão documental no IME

Encontro 2: Relato de pesquisa de mestrado *Políticas Arquivísticas no Âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Arquivo Central e Cultura Organizacional, um Elo Indissociável.*

Ministrante: Medianeira Aparecida Pereira Goulart

Conteúdo:

- Apresentação da Divisão de Documentação e Arquivo Central da UFRGS: objetivos e atribuições;
- Política arquivística da UFRGS;
- Gestão documental;
- Regulamento do Arquivo Central da UFRGS;

Encontro 2: *A legislação arquivística e sua aplicação no âmbito da UFRGS.*

Ministrante: Laura Gomes Machado

Conteúdo:

- Legislação arquivística;
- Instrumentos de gestão arquivística;

Encontro 3 - Relato de pesquisa de mestrado *Preservando e Difundindo a Memória através da Descrição dos Livros de Matrículas do Instituto de Artes da Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul - Dos Anos de 1908 a 1941.*

Ministrante: Carmen Lucia Borges Teixeira Valenti

Conteúdo:

- Apresentação;

Encontro 3 - Relato de pesquisa de mestrado

Ministrante: Lisandra Rosa de Vargas

Conteúdo:

- Processos históricos;

Encontro 3 - Relato de pesquisa de mestrado

Ministrante: Luciano Alves Santarem

Conteúdo:

- documentos eletrônicos;
- gestão de documentos eletrônicos;
- Aplicação da legislação aos documentos eletrônicos;

Encontro 4 – O papel do Museu da UFRGS na preservação e difusão da memória documental da UFRGS.

Ministrante: Cláudia Porcellis Aristimunha

Conteúdo:

- Apresentação da REMAM.

Classificação do Projeto Conforme:**Área Temática:** Ciências Humanas e Sociais**Modalidade:** Presencial**Nível de Abrangência da Ação:** Informativo**Tipo de Evento:** Palestra

Metodologia: A metodologia sugerida é a exposição-dialogada, pois pretende-se que as apresentações sejam cotejadas com conhecimentos e práticas de gestão documental utilizadas pelos participantes em unidades acadêmicas, promovendo reflexão e potencializando maior integração, trocas de experiências e mudanças.

Resultados Esperados e/ou Competências

Espera-se que os participantes:

- conheçam as instâncias e diretrizes da Universidade relacionadas à gestão e preservação documental;
- estabeleçam relação entre os aportes teóricos e a qualificação de práticas de gestão documental em unidades acadêmicas, especialmente no IME.
- percebam seu papel ativo e responsável em relação à gestão documental;

Carga Horária: 10h

Período de Realização: O projeto de ação constitui o produto final do mestrado e pelo menos a primeira palestra necessitaria ser ministrada na primeira quinzena de março de 2017.

Horário: das 14h às 17h**Local:** no IME, Campus do Vale. Sala 102 do Prédio 43112.**Cronograma de Encontros****Primeira Previsão:**

10/03/2017 – Encontro 1

17/03/2017 - Encontro 2

24/03/2017 – Encontro 3

31/03/2017 – Encontro 4

Número de Vagas: 40 vagas

Público-Alvo: O público prioritário deverá ser de servidores docentes e técnico-administrativos lotados no IME, e outros interessados, em geral.

Pré-Requisito (Conhecimentos Prévios ou Cursos da EDUFRGS)

Não requer pré-requisitos,

Proponente(s) ou Coordenador(es): Ana Lérica Pacheco Gutierrez

E-Mail para Contato: ana.gutierrez@ufrgs.br

A Chefia Imediata ou Diretor da Unidade estão Cientes do Projeto? Sim

Como não houve possibilidade de inclusão do ciclo de palestras na agenda de ações de capacitação da EDUFRGS, optou-se por organizá-la internamente, somente no âmbito do IME. Por isso, o ciclo teve início em junho de 2017, com a palestra da proponente. Devido à necessidade de compatibilizar a oferta de espaço físico, no IME, e das agendas dos palestrantes, realizou-se mais um encontro em julho de 2017, conforme descrito na apresentação das Produções Técnico Culturais, disponibilizada no site institucional do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do UNILASALLE.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, buscou-se compreender a memória institucional do IME e sua relação com a gestão documental, como objetivo geral, procurando entrelaçá-lo aos contextos nos quais está inserido e com os quais mantém interlocução: em interface com o IME, razão de sua construção; com as demais unidades acadêmicas e a Administração Central; e com a sociedade. Assim, foi realizado um estudo qualitativo, baseado em pesquisa documental e dezoito entrevistas semiestruturadas, as quais foram analisadas segundo a análise de conteúdo temática.

Sob a perspectiva teórica, o estudo procurou apresentar a complexidade envolvida na abordagem temática da memória institucional e da gestão documental, analisando essas abordagens empiricamente em uma unidade acadêmica da UFRGS. Buscou-se em Halbwachs (2006) o referencial teórico para a memória coletiva, em diálogo com os pressupostos identificados por Gondar (2005) quanto à memória, no âmbito institucional. Assim, a polissemia e a transdisciplinaridade, o compromisso ético e político, o caráter processual e representativo da memória foram manifestados na seleção de autores para o recorte teórico e no encontro entre correntes de pensamento.

A complexidade permeou o estudo, apresentando expressão na identificação de inter-relações dinâmicas macro e microsociais e institucionais, evidenciando o IME em relação à UFRGS e às demandas sociais que o mobilizam. A análise dos dados demonstraram que, em termos macrossociais, demandas e conjunturas sociais favoráveis ou desfavoráveis apresentam reflexos diretos e indiretos no desenvolvimento da UFRGS e do IME, em especial. Em termos macroinstitucionais, o planejamento estratégico busca instituir mudanças e realinhamentos, mas existem distanciamentos que podem interferir nas relações e comunicação entre órgãos, os quais são reproduzidos, em nível local, nos setores do IME, de forma que cada unidade e cada setor tenham entendimentos próprios sobre a gestão documental e sobre a memória institucional. Por fim, em termos microinstitucionais, tem sido possível perceber os reflexos desse cenário complexo nas relações internas, nas identidades e na própria memória institucional, pois as descontinuidades das ações e da transmissão de conhecimentos e práticas entre gerações, por ocasião de trocas

de gestão e mobilidade de pessoal parecem impactar em seu patrimônio documental.

Quanto à gestão documental, foram abordados conceitos polissêmicos por natureza: informação que é o cerne das relações sociais, documento que é seu suporte, arquivo enquanto armazenador e repositório físico e mobilizador da memória, buscando entendê-los em rede de relações com a memória institucional. A análise desses aspectos apoiou-se em Andrade (2002) e Costa (1997), entre outros autores que colaboraram para sua compreensão.

Por meio das análises, foram evidenciados alguns elementos que impactam na gestão e na preservação documental, no âmbito da Administração Central, tais como a divisão estrutural dos órgãos responsáveis por políticas de gestão documental e de difusão das políticas de memória. Embora trabalhem com preservação, memória, identidade e documentos, o Arquivo Central e o Museu da UFRGS têm os seus âmbitos de atuação limitados, de certa forma, pela hierarquia organizacional, o que gera empecilhos para uma aproximação efetiva entre estes órgãos, que crie possibilidades de diálogo e ações integradas. Por sua vez, o reduzido número de profissionais arquivistas na Universidade e a recente reestruturação do Arquivo Central ainda não permitem a proposição de uma política arquivística que integre todos os órgãos e setores da Universidade. Mesmo com as limitações estruturais, os dois órgãos oferecem assessoria técnica, quando solicitados, mantendo parceria com os órgãos que demandam seus serviços.

A pesquisa bibliográfica evidenciou a Arquivologia como campo de conhecimento privilegiado para refletir sobre a gestão e a preservação de acervos documentais. E apesar de apresentar um desenvolvimento tardio no Brasil, já se percebe que a formação superior tem produzido como resultado maior reflexão expressa em publicações científicas e no fortalecimento da identidade profissional. Por meio da análise de dados, observou-se que o número limitado de profissionais arquivistas para administrar o imenso volume de processos físicos e ainda as massas documentais descentralizadas e acumuladas pelos diversos setores ao longo de décadas tem sido um obstáculo para o estabelecimento de uma política de gestão documental na Universidade. Nesse sentido, a parceria com as unidades acadêmicas é fundamental para que através da assessoria técnica se promova a institucionalização da gestão documental nesse âmbito. Identificou-se na abordagem da memória institucional um caminho para a adesão dos gestores do IME a uma

mudança de percepção em relação a si mesmos, e aos seus documentos, como produtos de uma coletividade.

Como objetivo específico, buscou-se descrever a trajetória do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a partir dos relatos encontrados e de entrevistas realizadas, o estudo possibilitou a recuperação de fontes que ampliaram o conhecimento sobre a fase inicial do IME, assim como o conjunto de dezoito entrevistas semiestruturadas privilegiou um diálogo polifônico, cujas categorias e recortes contemplados evidenciaram reconstruções sobre a fase contemporânea do IME. A contextualização analítica do IME permitiu evidenciar memórias na perspectiva dos gestores docentes, a partir dos relatos dos pioneiros, fundadores do Instituto de Matemática (IM), além de recuperar através de entrevistas os testemunhos da transição relacionada à mudança de sede, bem como uma visão contemporânea sobre as recentes mudanças que culminaram na alteração do próprio nome, que passou a ser Instituto de Matemática e Estatística (IME).

O entrelaçamento do material pesquisado com a abordagem teórico-metodológica proposta por Costa (1997) e outros autores possibilitou analisar a percepção de gestores e servidores sobre a memória institucional e sua relação com a gestão documental no IME da UFRGS, como outro objetivo específico. Costa (1997) percebe a memória institucional como um fenômeno que apresenta uma face dupla e indissociável, na qual lembrança e esquecimento se alternam. Associando essa imagem com a expressão da memória institucional e da gestão documental manifestadas no IME, observou-se que a memória institucional se apresenta nessa forma dupla e indissociável, onde podem ser identificadas duas faces. De um lado, a face das lembranças, associada ao plano da expressão oral, da comunicação das práticas e conhecimentos tácitos, da longa permanência e legitimidade frequentemente associada aos gestores docentes. De outro lado, a face associada aos seus registros documentais, cuja gestão embora predominantemente realizada por gestores técnico-administrativos, sujeita-se a flutuações e descontinuidades que remetem à face do esquecimento.

A análise da visão de seus gestores docentes e técnico-administrativos sobre o IME revelou diferentes facetas. Evidenciou-se que os gestores, tanto da Administração Central quanto do próprio IME, conhecem pouco sobre a trajetória institucional, sendo referido apenas pelo fato de uma das entrevistadas ter iniciado lá

sua trajetória profissional. No próprio IME a maioria dos gestores e servidores técnico-administrativos veio a conhecê-lo somente após o ingresso no quadro da unidade acadêmica. Os gestores docentes reconstruíram os relatos dos pioneiros, misturados a suas próprias reconstruções memoriais.

As reflexões que emergiram a partir dos depoimentos reunidos na categoria gestores permitem entender que as mesmas se baseiam em práticas e experiências realizadas nos diversos setores que integram o IME. Isso aparece nas falas, tais como: “não te preocupa que eu também não sei, vamos aprender!”; “vou falar do meu cantinho”; “aqui no setor...”. Em geral, não são feitas generalizações sobre o conjunto de gestores ou de servidores técnico-administrativos. Essa postura é reflexo das próprias divisões setoriais, bem como a ausência de maior diálogo e integração.

No âmbito da gestão documental no IME, verificou-se evidências de que há: 1) dispersão e armazenamento inadequado de documentos históricos; 2) desconhecimento sobre a legislação arquivística e suas diretrizes institucionais; 3) ausência de uma política de tratamento e preservação de documentos, em suporte papel, que representam uma considerável parte da história da instituição, e; 4) desconhecimento sobre o processo de eliminação de documentos na Universidade, como também ausência de critérios no IME para manutenção de seus documentos memoriais e da memória institucional.

Existem outros elementos que configuram registros de parte da memória institucional, observados de forma dispersa, como por exemplo, o *site* institucional, as séries de publicações internas (as séries de boletins informativos e o recente jornal do IME), a galeria de ex-diretores, os quadros com as reproduções das antigas dos prédios históricos, mobiliário, a árvore genealógica de docentes do IME, e os documentos administrativos nas fases corrente, intermediária e permanente.

O *site* institucional é um importante meio de divulgação das atividades do IME e de sua trajetória. Portanto, requer que tenha constante atualização. Embora possua alguns documentos digitalizados e um vídeo institucional, são raras as fotografias. O site baseia-se em textos, mas sugere-se que contenha mais elementos visuais e um espaço virtual destinado a reunir mais expressões de memória institucional.

Observou-se que a preocupação com o patrimônio documental da UFRGS, e do IME especialmente, ainda está centrado em pessoas que mobilizam ou buscam

mobilizar esforços para organizar e constituir acervos documentais, mas precisa ser pensada como uma política institucional. Os resultados das análises indicam que problemas comuns aos diversos setores da Universidade poderiam ser amenizados a partir da criação de uma política institucional em relação à gestão documental e à gestão cultural. Para isso, entende-se como primordial uma mudança de comportamento como resultado da convergência da identidade, do compromisso com a própria memória, e fundamentalmente pelo reconhecimento de si e do outro dentro da instituição.

Diante das percepções que se entrelaçam para formar essa comunidade, evidenciaram-se decisões a serem tomadas, tais como se o patrimônio documental do IME deve ser reunido em um único local ou ficar custodiado em cada setor produtor. Em ambos os casos, recomenda-se que os gestores da unidade acadêmica considerem a qualificação das pessoas envolvidas nesse processo, buscando um legado de boas práticas. Recomenda-se ainda que os princípios da legislação arquivística sejam observados, buscando assegurar que a cada troca de gestão ou ingresso de novos integrantes ao quadro funcional ocorra a transmissão das práticas e decisões pactuadas.

Nesse sentido, como produto derivado deste estudo, foi proposto um ciclo de palestras intitulado *Gestão documental e construção da Memória Institucional: o que, como e por que queremos preservar?*, com a finalidade de sensibilizar a comunidade do IME da UFRGS para a memória institucional através da gestão documental. Este produto partiu da percepção sobre a necessidade de uma compreensão mais ampla pelos gestores sobre a memória do IME para que resulte em adesão e colaboração mútua e não simples prescrição de regras e normas de gestão documental. Além disso, há um conjunto de pesquisadores refletindo sobre essa temática na Universidade, e dispostos a apresentar seus estudos, proporcionando uma visão mais ampla de práticas e de ações possíveis de serem empreendidas no IME.

Além desta ação, aproveitou-se o momento de revisão do Regimento Interno do IME para apresentação de proposta de criação de um Núcleo de Gestão Documental, constituindo um fórum com caráter consultivo e mediador entre os aspectos técnicos apresentados pelo Arquivo Central e as necessidades locais. A proposta de inclusão de um artigo no novo Regimento do IME referindo o Núcleo Documental teve aceitação durante avaliação de propostas na comissão preliminar, e aguarda-se aprovação e tramitação do novo Regimento do IME nas instâncias

competentes. Além disso, são previstos desdobramentos dessas ações, tais como: 1) encontros de trabalho para operacionalização conjunta de ações e proposta de melhoria na gestão documental do IME; 2) construção de um Manual para orientação quanto aos procedimentos de gestão documental acordados pelos gestores.

Em síntese, pode-se evidenciar como resultados empíricos deste estudo que: 1) a problemática da gestão documental foi visibilizada internamente; 2) houve um processo de salvaguarda, ainda que para um local temporário, da massa documental que estava abandonada e sob risco de se perder em um depósito do IME; 3) o relato dos docentes Aron Taitelbaum e Eduardo Brietzke foi encaminhado à Biblioteca Setorial de Matemática para registro no repositório institucional como produção intelectual; 4) houve a difusão da pesquisa em eventos científicos e a visibilidade externa do IME; 5) houve a produção de fontes que podem servir para pesquisas futuras, na medida em que o estudo gerou um pequeno acervo fotográfico, além dos áudios e transcrições das entrevistas.

À medida que as gerações se sucedem, os acontecimentos, circunstâncias e escolhas distanciam-se e diluem-se no tempo, no espaço e na memória tanto individual quanto coletiva. O sentido de permanência que contrapõe-se à característica fugaz e efêmera do tempo presente pode ser atribuído aos fragmentos de um passado percebido em elementos, simbólicos ou concretos, que ressignificam e representam a instituição. Fragmentos que, ao serem reavivados, têm potencial para reafirmar os laços de pertencimento que unem gerações de indivíduos à instituição, e quem sabe assim, podem torná-los agentes mais conscientes de sua importância na constituição da memória e da gestão documental da instituição.

O olhar retrospectivo através de uma linha do tempo pode apresentar apenas fatos, datados e pontuais. Entretanto, isso não basta para explicar e demonstrar a construção social que caracteriza esta instituição. Por isso a relevância da preservação dos documentos que registram as transformações pelas quais a instituição se reinventa.

A consolidação de um espaço de memória institucionalizado, constituindo este um desejo emergente da comunidade, passa pela formulação e compreensão de uma noção de memória pelos indivíduos que partilham dado espaço e, principalmente, o desejo de lembrar e partilhar estas memórias.

Sugere-se ao IME a definição de procedimentos e a capacitação permanente, baseados em concepções amparadas na legislação, mas também em critérios que caracterizem a memória institucional local, para determinar o que poderá ser eliminado, cumpridos os prazos e trâmites legais, e o que será considerado de guarda permanente, independentemente da legislação.

Espera-se que esta investigação possa sinalizar um primeiro passo para que futuramente seja possível disponibilizar um acervo de fontes primárias, para conhecimento da sociedade e para estudos futuros, viabilizar a constituição de um memorial ou mesmo que possa ajudar a mudar a relação dos indivíduos com a memória e seus documentos.

Instituições podem viver em um eterno presente, mas a percepção de pertencimento e o despertar da consciência de seus integrantes de que possuem papel relevante na construção da trajetória do IME pode gerar uma vantagem e um diferencial para essa unidade acadêmica da UFRGS.

É necessário dar um ponto final nesta trama tecida por tantos fios. Mas espera-se que os fios deixados ao final possam ser retomados para uma nova trama e que possam incentivar novos trabalhos.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). **História e histórias de vida: destacados educadores fazem a história da educação rio-grandense**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- ANDRADE, Ana Célia Navarro de. Microfilmagem ou digitalização? O problema da escolha certa. In: SILVA, Zélia Lopes da. **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1999.
- ANDRADE, Rogério Ferreira de. As análises institucionalistas nas organizações e o conceito de institucional. **Revista de Comunicação e Cultura**, Portugal, n.3, 2002.
- ARAÚJO, Cidália; PINTO, Emília M.F.; LOPES, José; NOGUEIRA, Luís; PINTO, Ricardo. **Estudo de Caso**. Métodos de Investigação em Educação. Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do Minho. Minho, Portugal, 2008. Notas de Aula.
- ARBOIT, Aline Elis; MARTINS, Rúbia. A gestão do patrimônio documental arquivístico em instituições públicas: considerações sobre uma eficaz fiscalização. **Revista Aurora**, UNESP Marília, v.7, p.163-176, 2013. Edição Especial
- ARQUIVO. Verbetes. IN: BERND, Zilé; MANGAN, Patricia Kayser Vargas. (Orgs.). **Dicionário de Expressões da Memória Social, dos Bens Culturais e da Cibercultura**. Canoas: Unilasalle, 2014.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. São Paulo: UNICAMP, 2011.
- BARBOSA, Andréia, Arruda de. Memória Institucional: possibilidade de construção de significados no ambiente organizacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9., Ouro Preto, MG, 30 maio - 05 junho, 2013. **Anais eletrônicos...** Ouro Preto: ALCAR, 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historiografia-da-midia/memoria-institucional-possibilidade-de-construcao-de-significados-no-ambiente-organizacional>>. Acesso em: 15 de janeiro, 2015.
- BARBOSA, Andréia, Arruda de. **O Lugar da Memória nas Organizações Complexas**. In: Congresso brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Realções Públicas, 4. ABRAPCORP, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: edições 70, 2016.
- BARROS, Thiago Henrique Bragato. A Indexação e a Arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 21, n.46, p. 33-44, mai./ago., 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/42393/31600>. Acesso em: jan2017.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. 2.ed. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: FGV, 2006.

BENCHETRIT, Sarah Fassa. Preservar por quê? Preservar para quem? In: CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa. (Orgs.). **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.

BIANCHI, Allaydes Sant'Anna; MÜLLER, Marilene Jacintho. Ary Nunes Tietböhl – um exemplo de humildade. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). **História e histórias de vida: destacados educadores fazem a história da educação rio-grandense**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p.55-67

BIAVASCHI, Magda; LÜBBE, Anita. **A Preservação da Memória da Justiça do Trabalho: Experiência do TRT da 4ª Região**. Palestra realizada na reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais da Justiça do Trabalho. Aracajú/SE: Comissão Coordenadora do Memorial da Justiça do Trabalho no RS, 19/07/2006.

BOEIRA, Sergio Luis; KNOLL, Alessandra; TONON, Ivan Luis. Edgar Morin, Chanlat e Institucionalistas. **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 250-306, mar. 2016. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/2885>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

BOHRER, Iza N.; PUEHRINGER, Janaina Orso; SILVA, Daniele S.; NAIRD OF, Judith. A História das Universidades: o despertar do conhecimento. In: JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 14. Santa Maria, 7-10 out 2008. **Anais eletrônicos...** Santa Maria: UNIFRA, 2008. Disponível em: <http://www.unifra.br/eventos/jne2008/Trabalhos/114.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

BORGES, M. L.; GONÇALO, C. R. Criação de sentido nas organizações. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 6, n. 2, p. 185-186, 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3372/337228638008.pdf>. Acesso em: nov. 2016.

BOTTINO, Mariza. Arquivo Universitário: sonho ou realidade. In: VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson. **Universidades & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012.

BRAGA, Luciene de Castro; COSTA, Alessandro Ferreira. A fotografia nos arquivos: um breve estudo sobre a necessidade de uma gestão documental. CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 7., 2016, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, João Pessoa, v. 4, n. especial, p.719-732, out. 2016. Disponível em:

<http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_nesp>. Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: out. 2016.

BRASIL. **Decreto n. 4.073**, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Diário Oficial da União, Brasília, 4 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm>. Acesso em: 19 set. 2016.

BRASIL. **Lei 8112**, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112compilado.htm>. Acesso em: 15 set. 2016.

BRASIL. **Lei n. 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 9 jan. 1991, ret. 28 jan. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 19 set. 2016.

BRASIL. **Lei 12.527**, de 18 nov. 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm#art46>. Acesso em: 19 set. 2016.

CANDAU, Joël. Pensar e classificar: memória e ordenação do mundo. In: CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.

CARPES, Franciele Simon; FLORES, Daniel. O arquivo universitário e a memória da universidade. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.23, n.3, p. 13-22, set./dez. 2013.

CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues de. Preservar para Conhecer. In: CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa. (Orgs.). **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; SILVA, S. M. G. A trajetória conservadora da Teoria Institucional. **GESTÃO.Org** - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, v. 10, n. ed. esp., p. 469-496, 2012.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. 169f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - IBICT-UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. Memória institucional: um conceito em definição. **Informare** - Cadernos Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.45-51, jul./dez.1995.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001.

DI MAMBRO, Galba Ribeiro. **Considerações sobre a Gestão Arquivística de Documentos**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Pró-Reitoria de Pesquisa. Arquivo Histórico da UFJF. Juiz de Fora, 2007. 13p. Disponível em: <<http://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/02/gest%C3%A3o-arquivistica-de-documentos.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos. A Condição do Patrimônio: uma Questão de Informação? Florianópolis, SC. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 6., 2005. Brasília. **Anais eletrônicos ...** Brasília: IBICT, 2005. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/vienancib/schedConf/presentations>>. Acesso em: mar. 2016.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. Construindo o conceito de documento. In: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes; MORAES, Nilson Alves. **Memória e construções de identidades**. Rio de Janeiro, 7Letras, 2000.

DODEBEI, Vera ; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill . Memória e informação; uma proposta de modelização discursivo-conceitual. In: Journée Scientifique Internationale du Réseau MUSSI, 2e., 2012, Rio de Janeiro. **Anais 2a Jornada Científica Internacional da Rede MUSSI/Redes e processos info-comunicacionais: mediações, memórias, apropriações**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. v. 2. p. 426-437.

EDMONDSON, Ray. Memória do Mundo. **Diretrizes para Salvaguarda do Patrimônio Documental**. UNESCO: edição revisada, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. O Homem e seus duplos: o empírico e o transcendental. In: FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das Ciências Humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Justiça do Trabalho no Brasil: notas de uma pesquisa. In: BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina (Coords.). **Memória e preservação de documentos: direito do cidadão**. São Paulo: LTR, 2007.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. In: DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco R. de; GONDAR, Jô. (Orgs.). Por que memória social? **Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social: edição especial**, Rio de Janeiro, v.9, n.15, 2016.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. (Org.). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: Contra-capa, p.11-26, 2005.

GOULART, Medianeira Aparecida Pereira. **Políticas arquivísticas no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul [manuscrito]**: Arquivo Central e cultura organizacional, um elo indissociável. 2016. 157f. Dissertação (mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Centro Universitário La Salle, Canoas, 2016.

GRUPO SOCIAL. Verbete. IN: BERND, Zilá; MANGAN, Patricia Kayser Vargas. (Orgs.). **Dicionário de Expressões da Memória Social, dos Bens Culturais e da Cibercultura**. Canoas: Unilasalle, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLLÓS, Adriana Cox. **Entre o passado e o futuro: os limites e as possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil**. 2006. 99f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2006. Rio de Janeiro, 2006.

HORA, Genigleide Santos da.; TAVARES, Gleydson da Paixão. A Interdisciplinaridade no Ensino Superior: o exercício docente no curso de Pedagogia do Programa de Formação de Professores (PROAÇÃO/UESC). **Revista PROEX**, v.1, n.1, jan./jun. 2011.

INDOLFO, Ana Celeste. Vinte anos da lei de arquivos: a questão da gestão de documentos. In: VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson. (Orgs.). **Universidades & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012. p.9-22

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v.25, n.2, 1995.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica Para Ciências Sociais Aplicadas**. 2.ed. São Paulo, Atlas, 2009.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto. **Memória Institucional e Gestão Universitária no Brasil: o caso da Universidade Federal da Bahia**. 2004. 184f. Tese (doutorado) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento, História e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & Informação**, Londrina, v.20, n. 1, p.26-42, jan./abr. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOLINA, Letícia Gorri; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Memória organizacional, memória corporativa e memória institucional: discussões conceituais e terminológicas. **Revista EDICIC**, v. 1, n.1, p. 262-276, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115215>>. Acesso em maio 2015.

MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da. (Org.). **Para Navegar no Século XXI – Tecnologias do Imaginário e Cibercultura**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina/EDIPUCRS, 2003.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, v.10, p.7-28, 1993.

OLIVEIRA, Simone Rosa; LEITE JR., Aramis Macedo; LUNA, Sérgio Ricardo Lima. 70 anos do Instituto de Tecnologia de Pernambuco: Traços de uma Memória Organizacional. **Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**, promovidos pela BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Lisboa, n.11, 2012. Acesso em: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/issue/view/10>>. Disponível em 24 fev. 2016

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. Entre a História e a Arquivologia: diálogos a partir de um Centro de Documentação. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal, RN. **Anais eletrônicos ... Natal: ANPUH**, 22-26 jul 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364523361_ARQUIVO_ANPUH_2013_VITOR_OLIVEIRA.pdf>. Acesso em:

OTT, Fernanda. **Os centros de documentação e memória criados por empresas privadas no Brasil das décadas de 1990 e 2000 e o caso Gerdau: a construção de patrimônio, memórias e identidades**. 2013. 160f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História. IFCH, UFRGS, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/78140>>. Acesso em: jun 2015.

PEREIRA, Rafael Moraes; MARQUES, Humberto Rodrigues; CASTRO, Fernando Luiz; FERREIRA, Fernando Luiz de Castro. Funções de confiança na gestão universitária: a dinâmica dos professores-gestores na Universidade Federal de Viçosa. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, Florianópolis, v.8, n.1, p.260-281, jan.2015.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n.53, São Paulo jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002&lng=es&nrm=iso> . Acesso em: set. 2016.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.03-15, 1989.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BARBOSA, Marialva. Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional. **Comunicação & Sociedade**, São Paulo, v.28, n.47, p.99-114, jun. 2007.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

RIOS, Diogo Franco. **Memória e História da Matemática no Brasil: a saída de Leopoldo Nachbin do IMPA**. 2008. 143f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal de Feira de Santana, Feira de Santana, 2008.

RODRIGUES, Antonio. Reminiscências de um ex-diretor: um depoimento de memória. **Cadernos de Matemática e Estatística**. Série C, Colóquio de Matemática SBM/UFRGS. Porto Alegre, n. 15, p. 1-15, abr. 1991.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. Patrimônio Documental Nacional: conceitos e definições. **RDBCI – Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v.14, n. 1, p.110-125, já./abr., 2016.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 85-92, jul. 1996. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

RUEDA, Valéria Matias da Silva; FREITAS, Aline de; VALLS, Valéria Martin. Memória Institucional: uma revisão de literatura. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v.4, n. 1, p.78-89, abr. 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da Ideia de Universidade à Universidade de Ideias. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.27/28, jun, 1989.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. 2.ed. São Paulo: Anablume; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. 256 p.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Anablume; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2003. 210 p.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. Gestão de documentos arquivísticos eletrônicos: o caminho percorrido pela administração pública brasileira. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.14, n.20, 2013.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos**. São Paulo: FGV, 2002.

SCHMITT, Michele. Sobre uma Memória Sem Sujeito!? SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2., 2005, Porto Alegre, RS. **Anais eletrônicos ...** Porto Alegre: SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso [recurso eletrônico] UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead2.html>>. Acesso em: 24 set.2016.

SILVA, Fernando Teixeira da. Nem Crematório de Fontes nem Museu de Curiosidades: por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho. In: BIAVASCHI, Magda; LÜBBE, Anita. (Orgs.). **Memória e Preservação de Documentos: direito do cidadão**. São Paulo: LTr, 2007.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. **Visitando laboratórios: o cientista e a preservação de documentos**. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Acesso em: 13 jan. 2017.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. (Org.) **Preservação documental: uma mensagem para o futuro**. Prefácio, Naomar Monteiro de Almeida Filho. Salvador: EDUFBA, 2012.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil. Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ, 2008a.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9., 2008b. Brasília. **Anais eletrônicos ...** Brasília: IBICT, 2008b. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3062/2188>>. Acesso em: mar. 2016.

SILVA, Zélia Lopes da. (Org.) **Arquivos, Patrimônio e Memória**. São Paulo: UNIFESP, 1999.

SILVEIRA, Catarina Heralda Ribeiro da. **Patrimônio Documental e Políticas Públicas: o que reflete a literatura, o que se inscreve nos documentos**. 2013. 127f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal Fluminense Niterói, RJ, 2013.

SIMON, Cristiano. Imbricações da memória: possibilidades. **Cadernos do CEOM**, Espaço de memória: abordagens e práticas, v.22, n.31, p. 1-5, 2009.

SOARES, Martha Myrrha Ribeiro. O direito à memória e arquivos municipais: a preservação do acervo documental de Angra dos Reis e o espaço para a implantação de um arquivo público municipal. ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA - ENECULT, 12., 2016. **Anais eletrônicos ...** Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult/anais/2894-2/>>. Acesso em: jan.2017.

SOUZA, Cidara Loguercio. **Um itinerário, muitas memórias**: a cópia da carta do Prof. Otto Alcides Ohlweiler na Coleção CEUE. Trabalho de conclusão de graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Museologia: Bacharelado. Porto Alegre, 2014. 128p.

SZPUNAR, Piotr M., SZPUNAR, Karl K. Collective future thought: Concept, function, and implications for collective memory studies. **Memory Studies**, v. 9, n.4, p.376-389, 2016.

TAITELBAUM, Aron; BRIETZKE, Eduardo. **Um pouco da História do Instituto de Matemática da UFRGS**. s.d. Disponível em: <http://www.mat.ufrgs.br/historia_taitelbaum_brietzke.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2016

TAITELBAUM, Aron; BRIETZKE, Eduardo. **Um pouco da história do Instituto de Matemática da UFRGS**: origens [manuscrito]. Porto Alegre: IME, 2004. 12 p.

TEVES, Nilda. Imaginário Social, Identidade e Memória. In: FERREIRA, Lucia M.A.; ORRICO, Evelyn E. D. (Org.). **Linguagem, Identidade e Memória Social**: novas fronteiras, novas articulações. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TIETBOHL, Ary Nunes. Criação do Instituto de Matemática da UFRGS. **Cadernos de Matemática e Estatística**. Série C, Colóquio de Matemática SBM/UFRGS. Porto Alegre, n. 12, p. 1-8, mar. 1989.

TOUTAIN, Lídia Maria Brandão. Registro da memória social e institucional no lançamento da pedra fundamental do ICI-UFBA. In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. **Preservação documental**: uma mensagem para o futuro. Salvador: EDUFBA, 2012.

UNESCO. Representação no Brasil. Comunicação e informação. Acesso ao conhecimento. **Patrimônio Documental**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/access-to-knowledge/documentary-heritage/>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Instituto de Matemática e Estatística**. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/mat>>. Acesso em: 2015, 2016 e 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Estrutura Administrativa. [1991] Disponível em: < <http://penta.ufrgs.br/gm/ufrgsorg.html>>. Acesso em: dez 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: PDI 2011-2015. Porto Alegre: UFRGS, [2010]. 51p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/elaboracaopdi2016/PDI_2016a2026_UFRGS.pdf>. Acesso em: set. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2016-2026: Construa o futuro da UFRGS.** Porto Alegre: UFRGS, 2016. 99 p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pdi/PDI_2016a2026_UFRGS.pdf>. Acesso em: set. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório do Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2011-2015.** Porto Alegre: UFRGS, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Guia REMAM 2012-2014: conhecendo os acervos e museus da UFRGS.** Porto Alegre: Museu da UFRGS, 2014. **REMAM:** Rede de Acervos e Museus UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2014. Disponível em: <<https://issuu.com/ufrgsmuseu/docs/remamcatalogo>>. Acesso em: abr. 2016.

WEBER, Regina; HEINEN, Nívea; KÜMMER, Lizete. Acervos documentais da UFRGS: riqueza e desorganização. **Anos 90**, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v.9, n.15, 2001.

WERTSCH, James V. Beyond the archival model of memory and the affordances and constraints of narratives. **Culture & Psychology**, v. 17, n.1, p.21-29, 2011.

WOODS, Chris WOODS e BALL, Stephen. Conservação de arquivos e objetos efêmeros. In: Museums, Libraries and Archives Council. **Conservação de Coleções/Museums, Libraries and Archives Council;** [tradução Maurício O. Santos e Patrícia Souza]. São Paulo: EdUSP: [Fundação] Vitae, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre, Bookman, 2001.

ZÚÑIGA, Solange. Políticas públicas, vontade política e conscientização dos níveis decisórios para preservação. **Cadernos do CEOM** (Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina), Arquivo: pesquisa, acervo e comunicação, v. 18, n. 22, p. 231-256, 2005.



UNILASALLE

CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
MEMÓRIA SOCIAL E BENS CULTURAIS**

**APÊNDICE A – GUIA DE ENTREVISTA PARA APLICAÇÃO
NO ARQUIVO E NO MUSEU DA UFRGS**

**A MEMÓRIA INSTITUCIONAL NO INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Apresentação

Este estudo vincula-se ao curso de Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle (UNILASALLE), à Linha de Pesquisa Memória e Gestão Cultural, na qual a pesquisadora integra-se desde 2015.

A pesquisa apresenta-se como uma investigação qualitativa sobre memória institucional e preservação documental no Instituto de Matemática e Estatística (IME) da UFRGS, constituindo-se em um estudo de caso.

Seu objetivo⁴³ é analisar os efeitos de atual gestão documental para a preservação e construção da memória institucional. Para isso, busca-se: 1) compreender a trajetória do IME; 2) diagnosticar através da localização, identificação e classificação os registros da memória institucional; e 3) elaborar um Relatório Técnico sobre a situação documental e seus efeitos para a memória institucional do IME. Propõe-se uma abordagem teórica capaz de gerar reflexões sobre as práticas de preservação da memória institucional do IME.

Como técnicas de pesquisa qualitativa, utilizam-se a observação participante, registros fotográficos e a presente entrevista semiestruturada com: 1) gestores(as) do Museu e da Divisão de Documentação (Arquivo Geral), respectivamente, que coordenam as políticas e diretrizes para a preservação da memória e do patrimônio documental da UFRGS; 2) gestores dos setores produtores de documentos: a) Direção; b) Núcleo Administrativo, Acadêmico e de Graduação da Gerência Administrativa; c) Programas de Pós-Graduação em Matemática, em Matemática Aplicada e em Ensino da Matemática, respectivamente; d) Biblioteca; e) Núcleo de Assessoria Estatística. As informações subsidiarão Relatório Técnico, constituindo um referencial para a tomada de decisões futuras.

Dados gerais da entrevista

Entrevista concedida em:

Local:

Data:

Horário de início:

Horário de término:

⁴³ Os objetivos do estudo foram realinhados, posteriormente, o que não interferiu nos resultados das entrevistas. Manteve-se a denominação de Arquivo Geral, à época de realização das entrevistas.

Roteiro de entrevista semiestruturada

(Para aplicação no Arquivo e Museu/UFRGS)

DADOS DO ENTREVISTADO

Nome: _____

Cargo e função : _____

E-mail para contato: _____

1) TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

- Conte-me como tem sido sua trajetória profissional (formação, experiências profissionais, planos e expectativas)

2) MEMÓRIA E PATRIMÔNIO DA UFRGS

- Como o Arquivo/Museu vem trabalhando com a memória e a identidade da UFRGS?
- E como vem sendo trabalhada a questão do patrimônio documental da UFRGS?
- Qual o teu entendimento sobre memória em relação às Unidades Acadêmicas, como o IME?
- Em relação ao IME, existem documentos históricos no Arquivo/Museu? Quais?
- Qual a política de gestão do Arquivo/Museu, especificamente em relação ao tratamento documental nas Unidades Acadêmicas?
- O que você conhece da trajetória do IME?

3) PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

- Em relação à gestão do patrimônio documental, quais as diretrizes institucionais para a documentação produzida e armazenada?
- Qual a política de gestão documental?
- Quais os critérios que orientam a identificação de documentos arquivísticos de valor histórico na Universidade?
- Há algum incentivo para a constituição e para a manutenção de acervos setoriais?



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
MEMÓRIA SOCIAL E BENS CULTURAIS**

APÊNDICE B – GUIA DE ENTREVISTA PARA APLICAÇÃO NO IME/UFRGS

**MEMÓRIA INSTITUCIONAL NO INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Apresentação

Este estudo vincula-se ao curso de Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle (UNILASALLE), à Linha de Pesquisa Memória e Gestão Cultural, na qual a pesquisadora integra-se desde 2015.

A pesquisa apresenta-se como uma investigação qualitativa sobre memória institucional e preservação documental no Instituto de Matemática e Estatística (IME) da UFRGS, constituindo-se em um estudo de caso.

Seu objetivo é analisar os efeitos de atual gestão documental para a preservação e construção da memória institucional. Para isso, busca-se: 1) compreender a trajetória do IME; 2) diagnosticar através da localização, identificação e classificação os registros da memória institucional; e 3) elaborar um Relatório Técnico sobre a situação documental e seus efeitos para a memória institucional do IME. Propõe-se uma abordagem teórica capaz de gerar reflexões sobre as práticas de preservação da memória institucional do IME.

Como técnicas de pesquisa qualitativa, utilizam-se a observação participante, registros fotográficos e a presente entrevista semiestruturada com: 1) gestores(as) do Museu e da Divisão de Documentação (Arquivo Geral), respectivamente, que coordenam as políticas e diretrizes para a preservação da memória e do patrimônio documental da UFRGS; 2) gestores dos setores produtores de documentos: a) Direção; b) Núcleo Administrativo, Acadêmico e de Graduação da Gerência Administrativa; c) Programas de Pós-Graduação em Matemática, em Matemática Aplicada e em Ensino da Matemática, respectivamente; d) Biblioteca; e) Núcleo de Assessoria Estatística. As informações subsidiarão Relatório Técnico, constituindo um referencial para a tomada de decisões futuras.

Dados gerais da entrevista Entrevista concedida em:

Local:

Data:

Horário de início:

Horário de término:

Roteiro de entrevista semiestruturada
(Para aplicação no IME/UFRGS)

Nome: _____

Cargo e função: _____

E-mail para contato: _____

1) TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

- Como tem sido sua trajetória profissional no IME? (experiências profissionais, planos e expectativas)

2) PERCEPÇÕES QUANTO À PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

- O que você conhece da história do IME?

- Como você se percebe inserido nessa trajetória?

- Na sua visão, quais os principais momentos da trajetória do IME?

- E quais os momentos positivos que você destacaria?

- E quanto os momentos negativos ou de dificuldades, quais você destacaria?

3) GESTÃO DO SETOR

- Há quanto tempo você exerce a função de _____?

- Você tem experiências de gestão anteriores? Onde? Quais?

- E como está sendo esta experiência na gestão, para você?

- Como é realizada a gestão documental no setor?

- Quais os documentos que estão sob guarda deste setor?

- Como estão armazenados os documentos mais antigos? Onde? [Somente para TAs]

- Existem documentos que estejam sob guarda pessoal? Onde? Quais tipos?

- Qual a relação entre memória e gestão documental na sua percepção?

4) CONHECIMENTO TÉCNICO

- Quais os critérios de guarda adotados no setor?

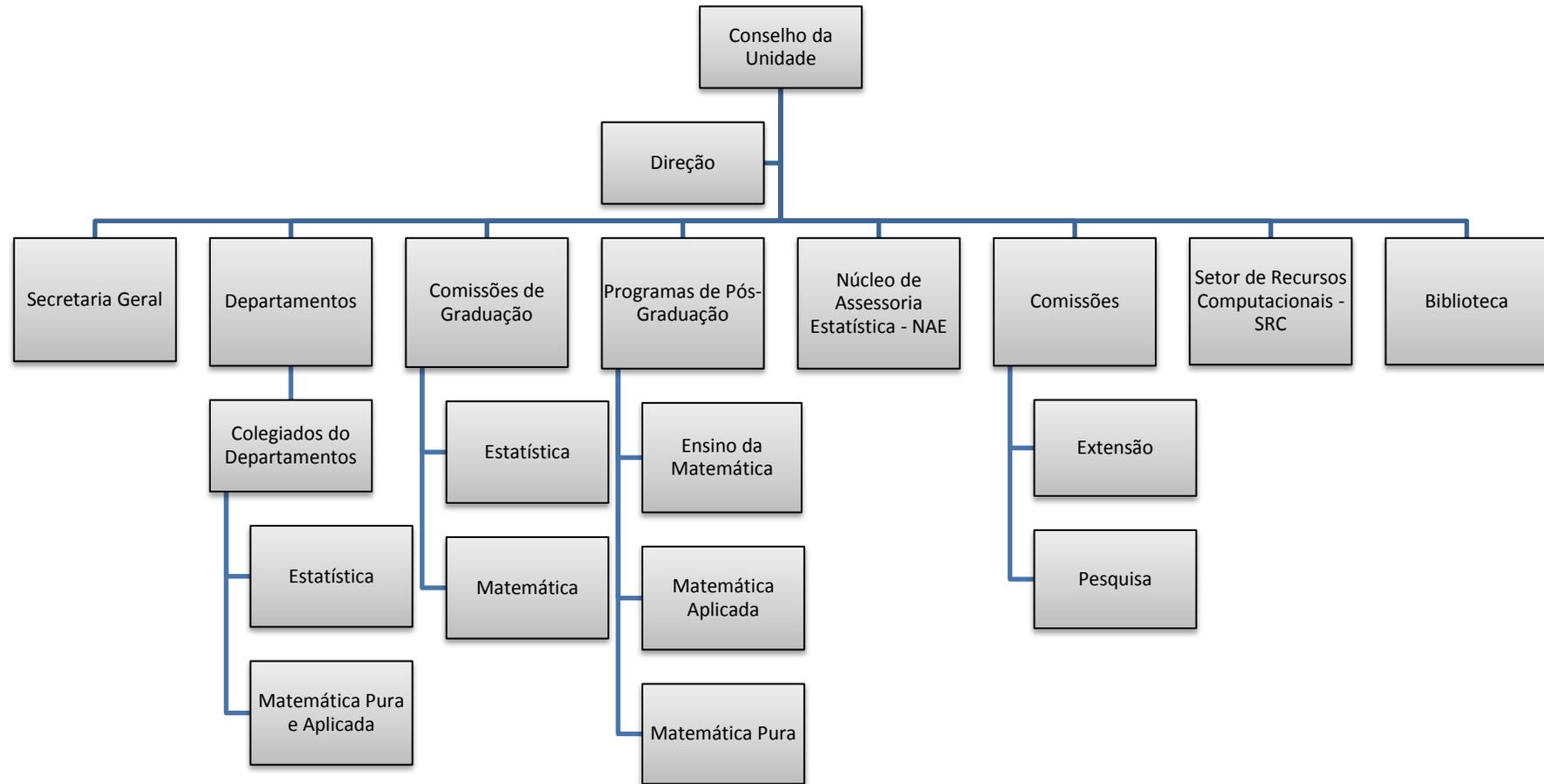
- Há alguma norma em relação à documentação produzida e armazenada? Qual(is)?

- O que você sabe sobre a legislação arquivística?

- E sobre a Política de Gestão de Arquivos da Universidade?

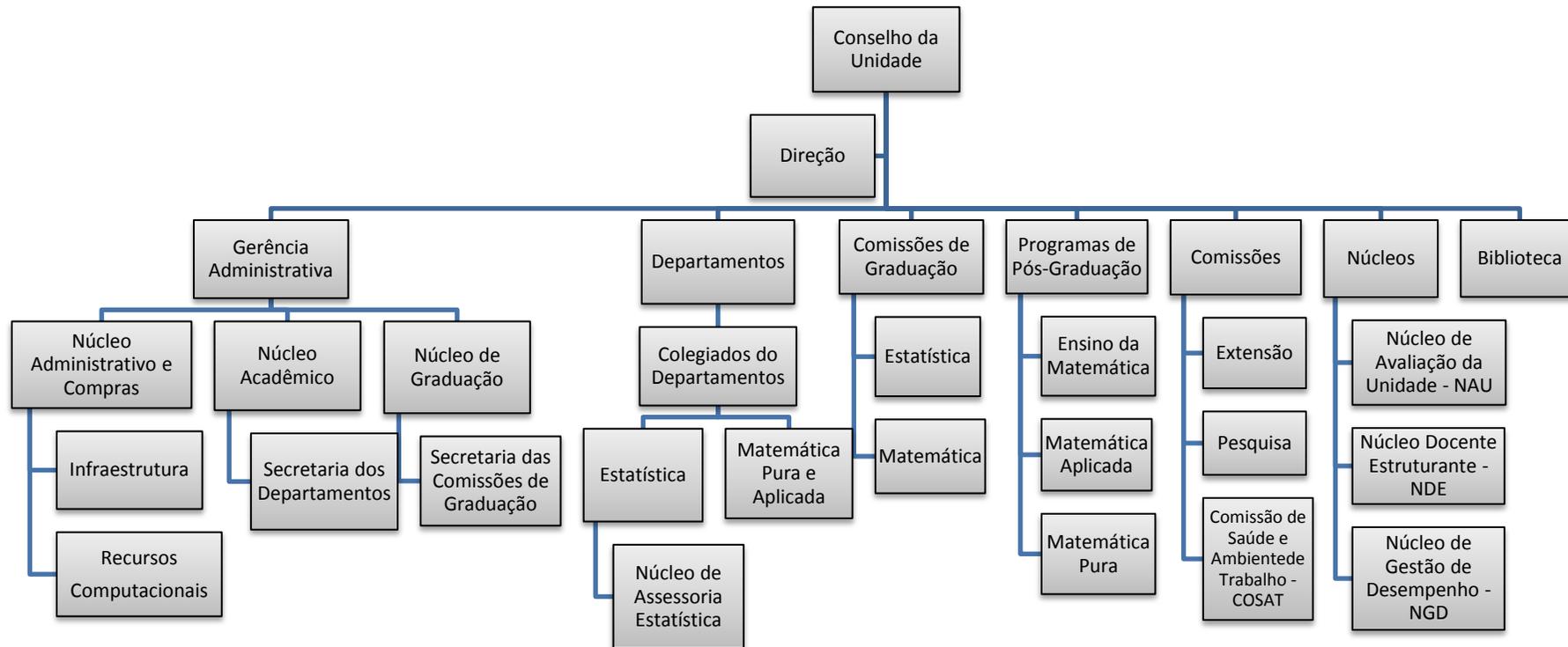
- Quais os instrumentos de gestão documental utilizados no setor? (Tabela de Classificação? Tabela de Temporalidade?)

APÊNDICE C - Organograma do IM até dezembro de 2014



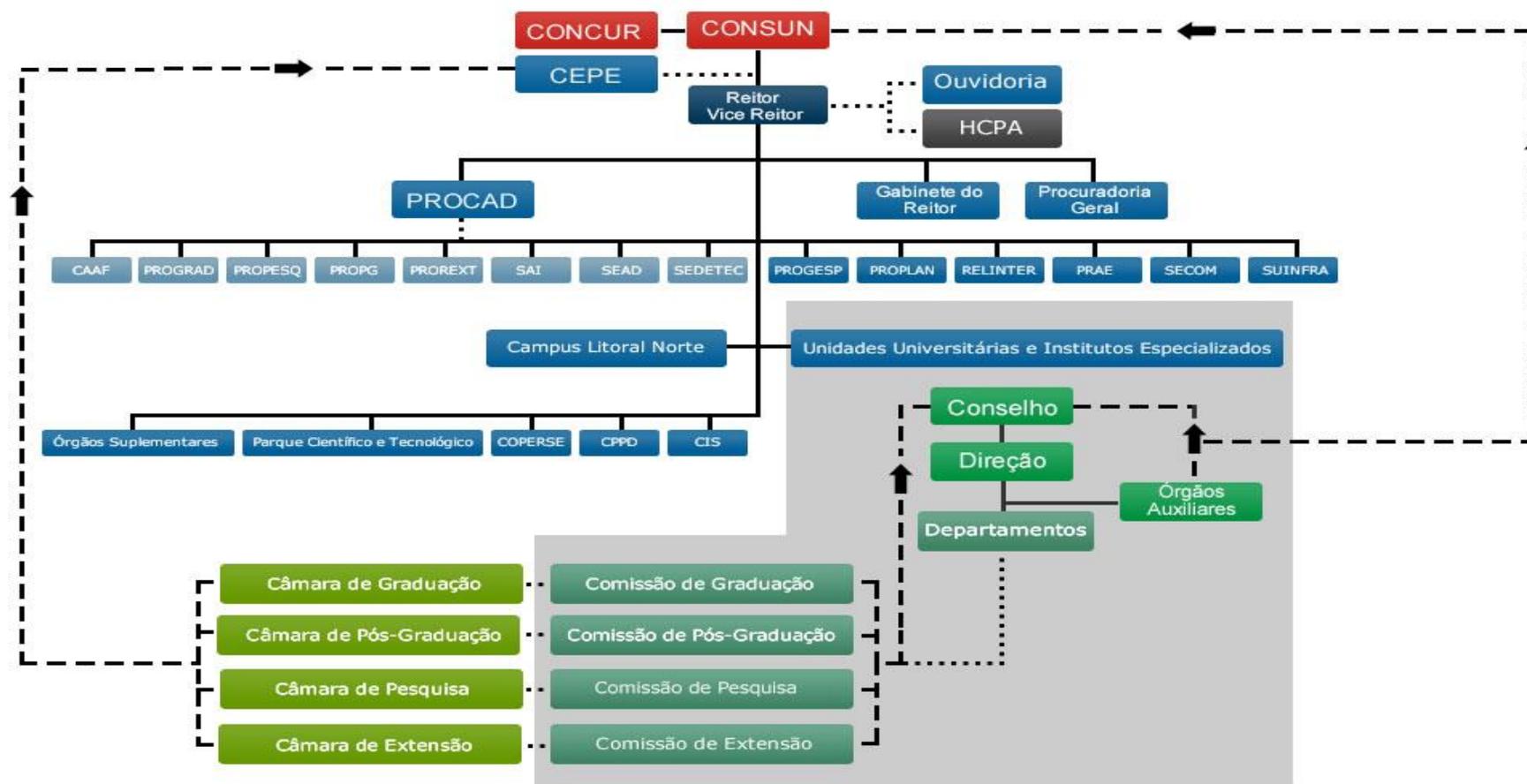
Fonte: elaborado pela autora.

APÊNDICE D - Organograma do IME a partir da aprovação do Regimento, em 2015.



Fonte: elaborado pela autora

ANEXO A – Organograma da UFRGS



Fonte: site Institucional da UFRGS, 2016.